



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 61ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE – pela conquista histórica representada pela Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que estabelece uma política de valorização dos servidores da educação

1.2 – 62ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destinada a homenagear a empresa Agrocereis de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação

1.3 – Reuniões de Comissões

2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Professor Neivaldo – Entrega de Placa – Entrega de Votos de Congratulações – Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Doutor Jean Freire – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Doutor Jean Freire, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE – pela conquista histórica representada pela Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que estabelece uma política de valorização dos servidores da educação.



Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE; Marilda de Abreu Araújo, secretária de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Regina Cruz, presidente da CUT Paraná e da Direção Nacional da CUT; Bernadete Monteiro, representante da Marcha Mundial das Mulheres; e Rosaura de Magalhães Pereira, 1ª-presidente da União dos Trabalhadores de Ensino; o Exmo Sr. Jairo Nogueira Filho, secretário-geral da CUT-MG; a Exma. Sra. Flávia Lessa Ribas, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e o Exmo. Sr. deputado Professor Neivaldo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a presença, nesta solenidade, do Exmo. Sr. deputado federal Weliton Prado.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Neste momento, assistiremos a um vídeo do Sind-UTE, que retrata a luta pelo piso salarial.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Professor Neivaldo

Boa noite Fui até pego de surpresa, pois achei que demoraria um pouco mais para falar. Queria, primeiro, dizer da minha alegria. Para mim, realmente, é um momento de emoção, de muita alegria mesmo ver a minha categoria, o meu povo, ver os trabalhadores e as trabalhadoras da educação unidos e ter a oportunidade de estar com vocês numa homenagem. Então, quero dizer a vocês dessa minha grande alegria.

Eu estava vereador em Uberlândia, onde geralmente é feita uma homenagem muito relevante, a mais importante da cidade. No primeiro ano, quando tive de escolher alguém, minha primeira escolhida foi uma professora, representando todos e todas vocês, representando a minha categoria. É a Neusa Chagas, ali presente. E agora estou aqui, na Assembleia Legislativa, como deputado. Tenho a certeza de que só estou aqui por causa da minha categoria, só estou aqui porque construí essa luta dentro do Sind-UTE, o meu sindicato, que respeito e defendo em todo lugar.

Aconteceu que aqui também tínhamos a oportunidade de fazer uma homenagem, e para mim era importante, mais uma vez, fazer uma homenagem à minha categoria, fazer uma homenagem a vocês, fazer uma homenagem ao meu sindicato, o Sind-UTE. É um sindicato que reconheço como aquele que tem lutado pela transformação da nossa sociedade. Para mim, de fato, é um momento muito especial estar com vocês aqui esta noite. E não é à toa que a minha alcunha ficou sendo Professor Neivaldo, para que eu não me esqueça nunca de onde vim; para que eu não me esqueça nunca quem eu sou; para que eu não me esqueça nunca qual é a minha profissão. E tenho orgulho de ser professor. Então, Professor Neivaldo é o meu nome, em homenagem à minha categoria, que me colocou aqui.

Quero agradecer ao nosso presidente em exercício, o deputado Rogério Correia, professor, sindicalista do Sind-UTE. Tive a honra de conhecê-lo na luta. Quando comecei, em 1991, o Rogério já estava na luta. Faz tempo – não é, Bia? O Rogério já era nosso líder à época. Ele era da Tendência Marxista, e eu era da... Do que eu era mesmo? Não era a DS ainda, era a Alternativa Socialista. Nós nos juntávamos todos na Antártica. É bom ver que o Rogério, depois de tanto tempo, continua na mesma linha, na mesma defesa.

Tenho a honra de dividir essa luta com a nossa companheira e coordenadora-geral do Sind-UTE, Beatriz da Silva Cerqueira. Para mim foi muito bom chegar até aqui, nesse processo de luta da nossa categoria. Já disse para a Bia o que vou dizer a vocês. Comecei na luta, é lógico, primeiro que a Bia, uns 10 anos antes. Quando a conheci, na primeira greve, e ela



subiu no caminhão, na Praça Sete, para falar, eu disse a alguém que estava perto de mim: essa menina ainda vai ser a coordenadora do Sind-UTE estadual, ela leva jeito para a coisa. E a minha previsão estava certa. A Bia hoje é a nossa coordenadora do Sind-UTE e também nos representa muito bem como presidenta da CUT.

Cumprimento a Sra. Marilda de Abreu Araújo, secretária de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, companheira de luta de muitos anos e também tenho a satisfação de fazer parte dessa confederação há muitos anos também. Cumprimento a Sra. Regina Cruz, presidente da CUT Paraná e da direção nacional da CUT. É um prazer tê-la conosco, leve um abraço para os nossos companheiros do sindicato no Paraná, nossos companheiros da DS, que fazem parte do sindicato; a Sra. Rosaura, primeira presidenta da União dos Trabalhadores de Ensino, é um prazer tê-la conosco, parabéns pela luta que você empreende, e o resultado está aqui. É bom, depois de tantos anos, vemos que a nossa luta valeu a pena, e a luta continua. Cumprimento ainda a Sra. Bernadete Monteiro, representante da Marcha Mundial das Mulheres, e a Sra. Flávia Lessa Ribas, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, é um prazer tê-la conosco. Diferente de muitas outras Mesas, hoje nossa Mesa é composta por mulheres. É um prazer tê-las conosco.

Tentarei ser bem rápido. Havia elaborado um histórico, mas não vejo necessidade de ser minucioso no histórico, primeiro, porque foi passado no vídeo aquilo que falaríamos aqui. E acho que todos nós, mesmo aqueles que vieram depois, já tiveram a oportunidade de conhecer a história do Sind-UTE, que foi forjada na luta, desde o início, nos anos 1970. E o Sind-UTE nasceu no final dos anos 1970, construído em uma reunião, com a presença de 500 delegados de 71 cidades mineiras, realizada em Belo Horizonte. Para nós, foi um momento importantíssimo para o movimento sindical, pois nascia a nossa UTE em um momento de golpe, em um momento de ditadura militar, em um momento de repressão, mas os trabalhadores da educação tiveram a coragem de se organizar e de construir o nosso sindicato. Esse sindicato ousou ir para as ruas, reivindicar salários dignos e denunciar o abandono da educação.

Naquela época, tínhamos como presidente do Brasil, o Gen. João Baptista Figueiredo e, em Minas Gerais, o governador era Francelino Pereira.

Em 1980, foi deflagrada nossa segunda greve. Nessa greve, nossos líderes foram presos: Luís Dulce, Fernando Cabral, o Carceroni – Lembramos muito do Carceroni durante este ano; o Carlão, que hoje está na Secretaria de Educação – e a Ísis Magalhães. Todos guerreiros esses nossos companheiros que foram presos nessa época pela ditadura militar. Muitos que estão aqui levaram jatos d'água, gás lacrimogênio em nosso movimento, na nossa segunda greve.

Depois, nos anos 1990, a luta continuou. Entrei no Estado em 1991. Nessa época, o Sin-UTE lutou muito para que as indicações e os jeitinhos para entrar nas escolas acabassem. E eu entro nessa luta para que isso acabe. Quando entro no Estado, já no primeiro momento, meus amigos eram do Sind-UTE, e foi quase uma obrigação entrar para o sindicato. Depois fui entender a importância de entrar no Estado e filiar-se ao Sind-UTE. A partir de 1991, incorporo-me à luta dos trabalhadores e trabalhadoras em educação do Estado de Minas Gerais.

Para mim, realmente, a partir de 1991 essa é a minha bandeira, esse é o meu ideal, ser um trabalhador de educação, ser um professor, estar na sala de aula, mas estar à frente da nossa luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade, por trabalhadores e trabalhadoras valorizados, para que tivéssemos um plano de carreira, para que tivéssemos um piso salarial decente. E é nessa luta que vou crescendo também politicamente. Então, ao mesmo tempo que lutávamos, ao mesmo tempo que estávamos em sala de aula, também nos tornávamos referência dentro da luta no Triângulo, na cidade de Uberlândia.

O Sind-UTE esteve presente nos principais acontecimentos da história do nosso país e do nosso estado, e estivemos presentes também nessa luta. Então, a história do nosso país, a história do nosso estado, a minha história, vai se confundir com a história do Sind-UTE, esse sindicato que nasceu na luta, esse sindicato que nasceu com o objetivo de transformar a nossa sociedade. Para que a nossa sociedade entendesse a importância de uma educação de qualidade, nós nos construímos nesse movimento, conquistando avanços e acreditando que só a luta política, consciente, crítica e organizada é capaz de garantir conquistas, vitórias para a classe trabalhadora. E essa história continua sendo escrita, continua sendo construída, graças à força e à disposição dessa categoria, que é a sustentação do Sind-UTE.



Em 2011 tivemos a maior greve da categoria, que enfrentou bravamente as imposições dos governos Aécio Neves e Anastasia, governos esses que firmaram acordos que nunca foram cumpridos. Vivemos aí a era Neves, a era Anastasia, a era Alberto Pinto Coelho, um momento também de ditadura, um momento de choque de gestão, um momento de total desvalorização. Criaram um regime de subsídio, que todos nós conhecemos muito bem, que todos nós sentimos na pele. Digo todos nós porque eu estava na sala de aula e também senti na pele as consequências do governo Aécio Neves. Criaram o subsídio e uma lei que prejudicou e continua prejudicando milhares de trabalhadores.

Mas, mesmo diante desse governo, mesmo diante dessas atrocidades, o nosso lema era “A gente nunca desiste”. E foi nessa disposição de nunca desistir, nessa disposição de lutar, que derrotamos Aécio Neves, derrotamos Anastasia, nas urnas de Minas Gerais. E fomos nós que também demos ao Aécio Neves uma derrota, uma derrota nacional.

Recentemente, em 2015, no governo Fernando Pimentel, o Sind-UTE consegue um acordo histórico.

A própria Bia disse aqui no vídeo que esse acordo foi conquistado pela categoria, por meio de negociação, mobilização, debates, liderados pelo Sind-UTE e pela Assembleia Legislativa, principalmente aqui na pessoa do nosso deputado Rogério Correia e por mim também, Professor Neivaldo, na Comissão de Educação. Então, juntos, intermediados pela Assembleia Legislativa, Sind-UTE e governo estadual, conseguimos um acordo histórico, celebrado por essa categoria. É um acordo que vem resgatar a nossa luta: piso salarial profissional nacional, descongelamento da carreira, eleições para diretores, aposentadoria, efetivação de concursados, enfim, direitos que reivindicávamos há muito tempo e que não eram colocados em prática. Agora, passam a ser uma realidade. É bom registrar que a luta continua, não acabou. Temos muito a conquistar. Temos aqui, também, representantes das SREs da Secretaria de Educação, que fizeram uma greve, também reivindicaram, conquistaram e continuam mobilizados para que possamos conquistar ainda mais.

É por essa luta, por essa disposição, por essa vitória histórica que estamos fazendo essa reunião especial, celebrando 36 anos do Sind-UTE: a nossa luta, a nossa disposição. Muitos companheiros foram presos, muitas vezes fomos para a rua, muitas greves fizemos. Nunca conquistamos nada de graça na nossa categoria. Sempre foi com muita luta e disposição, mas, neste momento, celebramos essa conquista histórica, esse acordo histórico e os 36 anos do Sind-UTE. Então, esse momento é para isso.

Como membro dessa categoria e desse sindicato, que foi peça-chave para que eu estivesse nesse Plenário, para que eu estivesse aqui como deputado, sinto-me na obrigação de prestar essa homenagem como forma de agradecer e celebrar as nossas recentes vitórias.

Considero que o maior exercício de reflexão política que podemos realizar hoje encontra-se em cotejar os avanços do novo sindicalismo, nas décadas de 1980 e 1990, com o momento institucional que vivemos hoje. Nunca será demais sublinhar, como filho desse processo, a importância social e política das greves operárias de 1979 e 1980, tanto as do ABC paulista quanto as de outras regiões do País, aqui em Minas com o Sind-UTE, forjando uma nova etapa da vida brasileira. Se por um lado, aquelas greves, com suas formidáveis manifestações de massa e comovedora solidariedade civil, ampliaram o horizonte do possível, por meio da articulação de setores que teoricamente são tão díspares, como o dos trabalhadores rurais, professores, bancários, profissionais de saúde, entre outros segmentos, hoje não encontro uma palavra mais adequada que não seja “decepção”, para iniciativas como o Projeto de Lei Federal nº 4.330, grande ameaça aos direitos da classe trabalhadora, que, sob o pretexto de regulamentar a terceirização no País, acaba por legalizar a fraude e a precarização do emprego. A terceirização é a responsável pelas mortes na cidade de Mariana. Ela é uma das principais responsáveis pelo desastre e pelo crime naquela cidade, isso porque permite que as empresas terceirizem até mesmo sua atividade-fim, aquela que caracteriza o objetivo principal da empresa, o seu empreendimento.

A mesma ameaça ao direito dos trabalhadores paira sobre a tentativa do golpe que tem paralisado o País. A Maria Luíza disse agora um nome chique, *impeachment*, que para nós é um golpe. Esse golpe tem paralisado o País, econômica e politicamente, desde a reeleição da presidenta Dilma. Sob o pretexto de desclassificar a competência ou o mérito do governo petista na crise em que o País está mergulhado, o processo em curso objetiva nada mais nada menos que pôr o Estado

www.almg.gov.br Página 4 de 90



brasileiro nas mãos da direita mais retrógrada, que, em vista da crise econômica do capitalismo mundial, quer atacar ainda mais os direitos dos trabalhadores conquistados nos últimos 30 anos.

Exemplos claros dessa política golpista estão pipocando em todos os lugares, uma reforma política pobre e artificial, que de concreto apenas tolheu os pequenos partidos de esquerda da propaganda eleitoral televisiva; a proposta da redução da maioria penal; e as atividades diárias de ataque às políticas de reconhecimento de direitos étnico-raciais, de orientação sexual e de formação familiar homoparental.

Com toda essa conjuntura, o Sind-UTE é um sindicato que está para além da defesa dos direitos de sua categoria. Foi o Sind-UTE um dos grandes responsáveis pela derrota da direita fascista que reinou por tantos anos.

O Sind-UTE é também um grande responsável pelas lutas que temos feito no Brasil, neste ano, em defesa da democracia e dos nossos direitos já conquistados, que tentam nos roubar a todo o custo.

O Sind-UTE vai à luta contra o projeto de lei da terceirização posto em pauta pelo corrupto Eduardo Cunha e apoiado pelo Congresso, que é o mais conservador desde 1964, contra o extermínio da juventude negra, contra a redução da maioria penal, contra o projeto tucano de entrega do pré-sal para os imperialistas, pelos direitos das mulheres, dos negros e da comunidade LGBT, contra um estatuto da família conservador, contra o golpe e em favor da manutenção da nossa recente democracia, construída à custa da luta e do sangue de tantos, inclusive de membros desse sindicato.

O Sind-UTE se fortaleceu, orgânica e politicamente, ao longo dos anos 1980 e 1990, tornando-se, com os seus 60 mil filiados, sua rede de sedes, suas campanhas salariais, educacionais e político-institucionais, um destacado sujeito da vida mineira, um sujeito ativo na luta contra esse ataque orquestrado pela direita golpista. As derrotas, tanto quanto as vitórias conquistadas nestes últimos 35 anos, fazem parte de um aprendizado coletivo, cuja intenção não era apenas resistir economicamente à força da “grana que ergue e destrói coisas belas”, mas da poderosa autoafirmação política e cultural, que se expressaria na criação da CUT.

Tenho profundo orgulho de, neste momento, entregar um diploma a cada subseção aqui presente e de lembrar daqueles que não puderam estar aqui hoje. Cada trabalhador e trabalhadora em educação estão aqui representados e sendo lembrados por sua luta em favor de mineiros e mineiras, brasileiros e brasileiras, cidadãos e cidadãs. Em um mundo que as vezes teima em nos deixar sem esperança, esse sindicato é o grande responsável por encher nossas almas de energia e vontade de mudança e de ir à luta. Essa energia pode ser vista nos olhos da juventude que hoje mantém mais de 150 escolas ocupadas em São Paulo contra o mesmo projeto de governo feito aqui há anos. Somos nós, professores e professoras, trabalhadores e trabalhadoras em educação, que formamos jovens críticos e donos de si, empoderados para lutar por seus interesses e que vão para as ruas reivindicar seus direitos.

Agradeço a presença de cada um e de cada uma, na pessoa da companheira Beatriz Cerqueira. E encerro com um grito que é de todos nós: Quem luta educa, quem luta educa, educa e conquista. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Rogério Correia, representando o deputado Adalcleber Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e o deputado Professor Neivaldo, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão agora a entrega de placa alusiva a esta homenagem à coordenadora-geral do Sind-UTE, Beatriz da Silva Cerqueira. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A trajetória do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais tem início com a criação, em 1979, da União dos Trabalhadores do Ensino. Em 1990, diversas entidades representativas da categoria se unificam e criam o Sind-UTE-MG. Ao longo desses 36 anos, o sindicato se fez presente nos principais acontecimentos da história recente do País e conquistou vitórias fundamentais para a classe. A mais recente é a Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que estabelece uma política remuneratória e de valorização desses tão relevantes profissionais, que contribuem de forma inquestionável para a formação das futuras gerações e o desenvolvimento



do nosso estado. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais homenageia o Sind-UTE-MG pelos esforços para se estabelecer esse acordo inédito construído entre os servidores da educação, o Parlamento mineiro e o governo do Estado”.

– Procede-se à entrega da placa.

Entrega de Votos de Congratulações

O locutor – O deputado Rogério Correia, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado Professor Neivaldo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, e a coordenadora-geral do Sind-UTE, Beatriz Cerqueira, farão agora a entrega de votos de congratulações aos representantes das subsedes do Sind-UTE-MG. Os votos de congratulações contêm os seguintes dizeres: “A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento dos deputados Professor Neivaldo, Paulo Lamac e Rogério Correia, congratula-se com o Sind-UTE subsedes pela conquista histórica com a sanção da Lei nº 21.710, de 30 de junho de 2015, que estabelece uma política de valorização dos servidores da educação”. Convidamos para o recebimento dos votos os representantes das seguintes subsedes: Subseção Águas Formosas, Subseção Além Paraíba, Subseção Almenara, Subseção Amazonas, Subseção Araguari, Subseção Araxá, Subseção Barbacena, Subseção Barreiro, Subseção Betim e Subseção Bocaiuva.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos agora os representantes das subsedes do Sind-UTE Bom Despacho, Brumadinho, Campestre, Campo Belo, Capelinha, Capinópolis, Carangola, Caratinga, Cataguases e Caxambu.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos agora os representantes das subsedes do Sind-UTE Centro-Sul, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Esmeraldas, Espinosa, Floresta e Frutal.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos agora as subsedes do Sind-UTE-MG Governador Valadares, Ibité, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaobim, Itaúna, Ituiutaba, Jaíba e Janaúba.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulação.

O locutor – Convidamos agora os representantes das subsedes Sind-UTE-MG Januária, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa da Prata, Lagoa Santa, Leopoldina, Manga, Manhuaçu, Monte Carmelo e Montes Claros.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos os representantes do Sind-UTE-MG, subsedes Muriaé, Nanuque, Ouro Preto, Padre Eustáquio, Pará de Minas, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Patrocínio e Pirapora.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos os representantes das subsedes do Sind-UTE-MG Poços de Caldas, Ponte Nova, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sabará, Sacramento, Salinas, Santa Luzia, Santa Vitória e São Francisco.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

O locutor – Convidamos os representantes das subsedes do Sind-UTE-MG São João del-Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Teófilo Ottoni, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Unaí, Varginha, Venda Nova, Vespasiano e Viçosa.

– Procede-se à entrega dos votos de congratulações.

Palavras da Sra. Beatriz da Silva Cerqueira

Boa noite. Ufa, não é? Depois de tantas lutas, este é um momento de celebração. Vou tentar ser breve, embora isso seja uma tarefa quase impossível. Uma professora e dirigente sindical, duas coisas ao mesmo tempo, mas a gente se esforça.

Primeiro, queria cumprimentar a Mesa e explicá-la. Quero cumprimentar o Rogério Correia, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa. O Rogério Correia, assim como o Adalclever, foram importantes



parceiros nossos no enfrentamento de tudo que vivemos para chegarmos aqui. O Rogério é um dos primeiros a quem eu ligo para xingar, um dos primeiros a quem ligo para cobrar, quem primeiro recebe a bronca de alguma coisa que deu errado ou não está dando certo, quem recebe a primeira pressão por demandas nesta Casa, porque vir fazer a disputa nesta Casa é importante. Se a gente abandona este espaço, a gente deixa que os outros decidam por nós. Então queria cumprimentá-lo. O que é curioso é que tanto o Rogério quanto o Neivaldo eram oposições históricas à direção estadual do Sind-UTE, na militância do movimento sindical.

Quero cumprimentar o Neivaldo, conhecida militância do Sind-UTE, que foi muito corajoso em assumir um mandato nesta Assembleia, abrindo mão do cargo de presidente da Câmara Municipal de Uberlândia, onde é feita uma disputa muito acirrada.

Ele veio para cá com uma humildade surpreendente para estar presente, querer aprender e não ter a vaidade de só aparecer nos holofotes. Isso é importante, porque tem deputado que nunca está do lado da gente, mas, na hora do holofote, aparece. E os momentos não holofote é que decidem o momento do holofote. Então, ao cumprimentá-lo, Neivaldo, quero agradecer-lhe, principalmente por essa dinâmica de homenagear todas as subseções, dando a real dimensão do que é o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, que não é apenas a sua direção estadual, mas muito maior que isso.

Quero cumprimentar a Regina, uma companheira de luta. Fez o enfrentamento, levou gás lacrimogênio e bala de borracha no dia 29 de abril deste ano, quando o governador Beto Richa fez o massacre aos professores do Paraná, que resistiam lá ao modelo de choque de gestão implementado aqui. Queria muito agradecer, companheira, por você estar aqui conosco. A Regina representa o Fórum 29 de Abril, que é semelhante ao Quem Luta Educa, que construímos aqui, e também a direção nacional da Central Única dos Trabalhadores. Fez um grande esforço de agenda para estar aqui conosco, participando desta celebração.

Quero cumprimentar a minha companheira de direção, mas também a nossa representante na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a companheira Marilda. O Sind-UTE tem se esforçado para estar presente no cotidiano das lutas nacionais. É a Marilda que está lá nos representando, fazendo essa ponte, que é muito importante.

A Rosaura era essencial para esta noite. Nós só estamos aqui por causa dos que lutaram antes. É claro que a luta é coletiva, mas lideranças ruins não ajudam com boas lutas. Boas lideranças nos levam pelo caminho certo. Não tenho dúvida de que, ao celebrarmos aqui os 36 anos do Sind-UTE, devemos muito a essa mulher que está nesta Mesa. Não tinha como neste dia não ter você aqui conosco. A você, mais uma vez, a minha admiração.

Quero cumprimentar a Bernadete, que é da Marcha Mundial de Mulheres, e a Flávia, do Movimento dos Atingidos por Barragens. As duas representam um pouco o que foi esse período em que nós decidimos por uma outra estratégia, que foi a aliança com os movimentos populares, com o movimento social. Nós também só chegamos até aqui, e sobrevivemos principalmente ao massacre de 2011, porque vários movimentos entenderam que a luta do piso não era só do professor, era uma luta de todo o movimento social, era uma luta de toda a sociedade mineira. São elas e os demais movimentos que compõem o Quem Luta Educa também responsáveis por nós estarmos aqui.

Propositadamente, à exceção do Neivaldo e do Rogério, nós montamos uma mesa de mulheres. A maioria das mesas nesta Casa é de homens. A maioria dos lugares de poder é de homens, embora, no nosso caso, a maior parte da nossa categoria seja constituída por mulheres. É uma mesa feminista, não uma mesa feminina, nessa disputa do empoderamento e do recado muito claro das mulheres nos espaços de poder. Então, com a licença dos dois deputados, esta é uma mesa de mulheres. Já tive a experiência de estar aqui em mesas em que eu era a única mulher, e não foi uma ou duas vezes, mas várias. Enfim, nossa prática é diferente.

Antes de falar do dia de hoje, quero lembrar aquilo que é o nosso compromisso, porque, se um dia todos disseram que o professor tinha o direito de receber o piso salarial profissional nacional, nós também temos a obrigação de vestir a camisa de



outras lutas sociais. E hoje não há luta mais importante no Estado de Minas Gerais que a luta para que o crime que aconteceu em Mariana, cujos responsáveis são a Vale, a Samarco e a BHP, não seja esquecido.

Não podemos esquecer essa pauta, que precisa ser de todos nós. Se deixarmos que o poder econômico vença essa batalha, o poder econômico nos vence, e as empreiteiras vencem os eletricitários. Daqui a pouco, vão terceirizar as nossas escolas, e precisaremos implementar um processo de ocupação, como acontece hoje em São Paulo, na luta por uma educação pública de qualidade.

A luta para que o crime de Mariana não caia no esquecimento precisa ser de todos nós, cotidianamente. Agora, vamos enfrentar o esquecimento, e nós, como trabalhadores e trabalhadoras em educação, enfrentamos muito aqui o esquecimento da nossa pauta, o esquecimento desse crime, para que tudo permaneça como está.

Confesso a vocês que faria a leitura de uma carta. Mas achei que a carta era muito impactante e, além da denúncia, este precisa ser um momento de celebração. Depois vou disponibilizar essa carta, que conta a história da jovem, que não deve ter 30 anos, que foi salvar o seu filho correndo da lama. Enquanto estava correndo da lama, e a lama, evidentemente, alcançando no Distrito de Bento Rodrigues, ela sofreu um aborto involuntário. Não vimos isso nos meios de comunicação. Ela estava fugindo da lama com um filho nos braços e abortando o outro filho, pois estava grávida de três meses. Alguém precisa contar essas coisas. Se não somos nós, não haverá outros, porque são os oprimidos que contam as histórias que vivem. Sugiro que depois façamos a leitura dessa carta e de tantos outros episódios de que não tomaremos conhecimento através dos grandes meios de comunicação, mas que são essenciais para ficar em nossa memória para entendermos o porquê de não podermos esquecer o crime de Mariana, cometido também contra toda a Bacia do Rio Doce.

Quero explicar que festa é essa que estamos fazendo. As pessoas podem achar um pouco estranho, principalmente porque o piso está sendo concedido gradativamente. O professor só vai receber o piso integralmente em julho de 2018. Ainda não está no contracheque de ninguém. Mas há um processo gradativo, que conquistamos, para que isso fosse efetivado. Se não celebrarmos os passos que damos, ninguém vai celebrar. Ninguém além de nós, que sofremos o que sofremos, contaria a nossa história. O dia de hoje é de lembrar tudo que sofremos: a greve de fome, que a Marilda e o Bidu fizeram; o acorrentamento aqui, no Plenário desta Casa, de que a companheira Maria Helena e tantos outros participaram; o acorrentamento na Praça Sete, de que as companheiras Juliane, Ana Lúcia e tantos outros companheiros participaram; os mais de 40 dias na porta da casa do governador, em um frio horroroso, comendo em *marmitex*, para fazer um processo de enfrentamento e de não esquecimento da nossa pauta; a nossa campanha pelos R\$8.000.000.000,00 da educação – e poucos falavam nisso, que o governador Antonio Anastasia saiu do governo nos devendo mais de R\$8.000.000.000,00 na educação e outros R\$8.000.000.000,00 na área da saúde –; as 5 horas de fechamento da MG-010, e a Polícia Militar incentivando os motoristas a nos tacarem pedras e atirarem as motos sobre nós, enquanto fazíamos o bloqueio pacífico da MG para abertura da negociação.

Se não contamos essas histórias, ninguém vai contá-las. Os 86 dias da greve das superintendências regionais de ensino e do órgão central, que foi uma greve histórica; a nossa manifestação do 21 de abril, este ano, cobrando do governador o cumprimento da sua palavra para que fosse feita proposta para o pagamento do piso salarial profissional nacional.

Rememoro todas as vezes em que estivemos aqui, nesta Casa, e que, das galerias, assistíamos, gritávamos, denunciávamos, chorávamos, cada vez que os deputados roubavam um direito nosso, como o Funpemp – foram mais de R\$3.000.000.000,00 que o governo tirou, com a participação da Assembleia –; o congelamento da carreira, o fim das tabelas de vencimento básico e a imposição do subsídio, que aconteceram sempre aqui, na Assembleia Legislativa. Então o sentido de comemorar está em termos feito uma caminhada da qual começamos a colher os frutos. Se não celebramos aquilo que conquistamos, desistimos, porque a luta na educação básica pública no Brasil é muito árdua, muito sofrida e nos adocece e entristece. Se não tivermos a perspectiva de conquista, desistimos. Mas o lema do Sind-UTE mostra o contrário: a gente nunca desiste.



Para as pessoas entenderem o motivo da festa de hoje: como comemoramos um piso de R\$1.917,00, enquanto há secretarias em que se ganha uma média de R\$17.000,00? Como comemoramos um piso que já não é um salário condizente com a valorização necessária para a nossa profissão? Estamos comemorando chegar até lá para depois termos outras comemorações e outras lutas.

Então fazer essa celebração é fundamental para que nós comemoemos aquilo que construímos com nosso suor, com nossa lágrima, com nosso sangue, com nosso adoecimento, com as muitas noites dormidas na estrada, porque a maioria que está aqui é do interior. Vi o pessoal de Itaobim. São quantas horas de ônibus? São 12 horas, todas as vezes que fazem uma caravana. Então são as muitas horas nas estradas. As mulheres que enfrentam o poder na sua comunidade e na sua família para vir aqui, porque não é fácil enfrentar o que cada uma enfrenta para estar aqui nas nossas atividades. Então devemos fazer essa celebração.

Num momento como este, eu não poderia, além de celebrar, deixar de fazer um momento de uma breve reflexão, que é pensar o momento do País que estamos vivendo. Muitas pessoas acham que sindicato não tem que se posicionar, muita gente acha que sindicato só tem que cuidar das coisas do sindicato. É assim que a elite nos ensina a pensar, para que os fazendeiros, os latifundiários, os donos do agronegócio, os empreiteiros decidam a vida do País, e a gente sofra as consequências disso. Então, essa ideia de que sindicato não pode falar sobre algo que é inerente à vida do País é uma ideia para nos calar, para que os outros decidam por nós. Estamos num momento em que não podemos nos calar. Não para defender a Dilma, não para defender o PT, mas para defender a democracia, que é muito maior do que tudo isso.

A Rosaura começou num momento em que era proibido haver sindicato. Quem já teve oportunidade de ouvir um pouco da história que o Cássio tão brilhantemente organizou no livro que foi lançado hoje saberá que é uma história de tortura, é uma história de morte. Isso não queremos. Não queremos a volta da morte. E vocês não tenham dúvida de que, com a saída da presidenta hoje, quem entra vem com um plano muito pior. Quem lê a *Agenda Brasil* sabe o que está nos aguardando. É a privatização do SUS, é a entrega da Petrobras. Então adeus pré-sal, Marilda, para a educação, por causa da entrega da Petrobras para a iniciativa privada. É a terceirização, e a nossa categoria também pode ser atingida.

Conheci experiências no Paraná de terceirização dos serviços da secretaria de escola, porque a alimentação e a limpeza já haviam sido terceirizadas há muito tempo, e eram ótimos instrumentos de caixa dois para as demandas dos políticos na região. É isso que nos espera. Somos nós que pagaremos essa conta, se esse golpe for instaurado. E todo dia escutamos que todos os políticos são iguais, que todos os partidos são iguais. Logo, se afaste da política. Afastar-nos da política é tudo o que eles querem. Fica muito mais fácil para eles fazer um jogo na própria perspectiva.

A minha experiência de acompanhar o crime de Mariana tem me dado muitas outras perspectivas.

O crime de Mariana está muito ligado ao que estamos vivendo, porque é o poder econômico, é a mineradora agindo livremente, financiando desde a pesquisa, a universidade, ao candidato ao governo do Estado, à Presidência da República, aos deputados, aos vereadores e aos prefeitos. Quando você chega à região, à comunidade onde está a mineração, não há sequer saneamento básico. Isso é só para ficar extremamente no básico.

Então, precisamos nos posicionar num momento que nos exige isso. A nossa inércia, a nossa omissão pode ser muito mais danosa para o conjunto de todos nós do que possamos imaginar.

Concluo fazendo um agradecimento especial àqueles que não vemos, àqueles que tornam o dia de hoje belo, de celebração plena, àqueles que fazem com que, numa assembleia estadual, corra tudo bem, que um conselho geral aconteça sem nenhum problema. Termino, fazendo um agradecimento especial aos funcionários e às funcionárias do Sind-UTE. Sem vocês não teríamos sobrevivido a nada; não é a uma atividade ou outra, não. Não teríamos sobrevivido aos 23 processos do PSDB, a uma maratona de agendas de rua que tivemos nesta semana, a um congresso da CUT com a participação de quase 3 mil pessoas, um congresso do Sind-UTE na perspectiva de luta que foi. Assim, deixo um agradecimento especial a todos que fazem do cotidiano do Sind-UTE o seu local de trabalho; portanto, são essenciais.



Não consigo encontrar palavras para terminar, mas é preciso fazê-lo. Quero falar da emoção de todos nós com a celebração do dia de hoje. Aprendi na vida que a maior parte do nosso tempo é de denúncia e de protesto, mas *hay* que celebrar, pois não podemos perder a ternura, apesar da luta dura. Então, hoje é o dia da ternura. Parabéns para todos nós.

Palavras do Presidente

Exmo. Sr. Deputado Professor Neivaldo, boa noite. Está aqui também o deputado Doutor Jean Freire, nosso deputado do Vale do Jequitinhonha. Os dois são deputados de primeiro mandato, mas têm nos ajudado muito aqui na luta pela educação e na luta dos trabalhadores de Minas Gerais. Assim, parabenizo-os pela presença, e ao Neivaldo por essa bela homenagem que está sendo feita ao Sind-UTE e pela luta do piso. Cumprimento também o deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, que esteve aqui conosco também. Cumprimento a Sra. Beatriz Cerqueira, coordenadora-geral do Sind-UTE, presidenta da CUT, na pessoa de quem cumprimento a todos e a todas. Cumprimento a todos e a todas também na pessoa da Rosaura Magalhães. A Bia agora é presidenta do Sind-UTE, coordenadora; a Rosaura foi a primeira presidenta da União dos Trabalhadores do Ensino, que depois virou Sind-UTE. Ao cumprimentá-las, faço aqui uma lembrança carinhosa e uma saudação em memória do Luiz Fernando Carceroni, professor também fundador do Sind-UTE, meu amigo, que tanto lutou por nós nesse período. Ainda cumprimentando a todos, saúdo a Marilda de Abreu, que representa aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE –, que hoje também está no caminho da luta. Já tentamos no passado, como a CNTE não lutava, fazer outra entidade – não é, Rosaura? Era o Nate. Ela está dizendo que não deu certo. Voltamos para a CNTE, que deu certo. Assim, cumprimento a Marilda que está aqui conosco nessa homenagem. Também cumprimento a Regina, presidenta da CUT do Paraná e da direção nacional da CUT.

Parabenizo a CUT pelo apoio que deu aos professores e às professoras. Essa luta foi também histórica e denunciou a truculência do PSDB no Paraná. Já havíamos denunciado isso aqui, como estão fazendo os estudantes de São Paulo. Depois dizem que isso é perseguição nossa. Vamos ligando os fatos e vendo que algo há em comum: isso aconteceu exatamente nos governos tucanos. Lembramo-nos dessas lutas como heroicas.

Cumprimento também a Bernadete Monteiro, da Marcha Mundial de Mulheres, e a Flávia Lessa Ribas, representante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. A Bia já havia lembrado da luta nessa questão de Mariana. Sou o relator da comissão extraordinária da Assembleia Legislativa que dará o parecer sobre o crime da Samarco, da Vale e da BHP.

Estou com o discurso do presidente Adalclever Lopes, que ele me pediu para ler, mas desobedecerei a ele e não farei essa leitura. Prestarei uma homenagem que, talvez, o deputado Adalclever Lopes não pudesse prestar, a qual julgo oportuna para o momento.

Quando a luta pelo piso se transformou em uma greve de 112 dias, houve um momento em que o governo do Estado, PSDB, prometeu que enviaria uma proposta à Assembleia Legislativa, contendo pontos do piso salarial. Disseram que não seria o piso, mas pontos desse piso salarial. O governo assinou um acordo, e eu fui testemunha da assinatura. Quem assinou foi o secretário à época, Danilo de Castro, após consultar o governador, que estava na sala ao lado. Eu, o deputado Adalclever Lopes e outros deputados estávamos lá e testemunhamos que aquilo tinha o aval do governador Anastasia.

A greve terminou, e a Bia chorava, porque não queria que terminasse. A greve já tinha 112 dias, ninguém aguentava mais, e havia o compromisso assinado por eles. Quando a greve terminou, assisti à coisa mais covarde que um governante poderia fazer. Depois de 112 dias de greve, que exauriu os trabalhadores da educação em luta, ele mandou exatamente o não piso, o “antipiso”, que chamou de subsídio. Ele o aprovou na Assembleia Legislativa, na marra, com a maioria dos deputados que compunham, à época, a base do governo. Eles saíram daqui indignados e chorando de revolta, pois não havia mais como reagir àquela traição. E o deputado Adalclever Lopes me chamou em um canto e disse: “Eu sabia. A assinatura do Danilo de Castro e um risco n’água são a mesma coisa”. Essa expressão “risco n’água” veio do deputado Adalclever Lopes. Popularizei bastante essa expressão, pois ela foi o símbolo do que um governo não pode e não deve fazer: esperar todo um procedimento de greve e, ao final, trair o povo, transformando a sua assinatura em um risco n’água.



Este ano o procedimento foi bem diferente. Já parabeneizei a Beatriz e a direção do Sind-UTE por terem enxergado a necessidade de lutar logo no início do governo e pôr a pauta da educação como prioridade da sociedade, pois, na campanha, essa também foi a prioridade dita por todos que disputaram a eleição. A pauta da educação se transformou em prioridade, pois as pessoas viram que isso seria recuperar aquilo que o PSDB havia tirado, por traição, dos trabalhadores da educação. Essa traição custou muito caro para o PSDB. O senador Aécio Neves e o Anastasia foram derrotados em Minas Gerais. Essa derrota teve tudo a ver com a luta de vocês durante, especialmente, essa greve de 112 dias.

Este ano, quando vocês iniciaram o movimento, muita gente pensou que fosse cedo. E a Bia dizia: “ou colocamos a educação na pauta agora, no início do governo, ou outras pautas substituirão a luta que precisamos para a conquista do piso”. E deu certo. Hoje creio que pode acontecer tudo no governo, menos o descumprimento do piso, transformando a lei em um risco n'água, pois há mobilização. Por isso comemorar hoje é também uma forma de luta, pois é uma lembrança de que esse compromisso tem de ser cumprido, já que foi assumido não apenas com vocês, mas também com toda a sociedade mineira que elegeu a educação como a pauta principal a ser cumprida por este governo.

Parabéns pela luta e pela conquista que vocês fizeram. Fica-me uma imagem muito diferente da imagem daquele ano da greve traída de 112 dias. Fica-me a imagem do presidente Adalclever chamando todo mundo que estava na galeria para tirarmos uma foto – e me emociono com isso – aqui de cima. Os professores aqui entraram e comemoraram, de dentro do Plenário da Assembleia Legislativa, a conquista do piso salarial, mesmo que parcelado, mas fruto de uma negociação e de uma vitória. Portanto, isso é muito distinto e é preciso comemorar este momento.

Ao fazer a comemoração, devemos também nos precaver contra os que querem retrocesso. A Bia disse muito bem: contra os que tramam golpe na calada da noite, que se unem. Um chantagista-mor da República, chamado Eduardo Cunha, corrupto confesso, pego com a boca na botija, que quer escapular do único lugar que ele merece, que é a cadeia. E que, infelizmente, por morosidade da Justiça, continua presidindo a Câmara Federal, por haver lá vários deputados que ele mesmo diz ter na mão. E hoje sabemos como ele tem esses deputados nas mãos. E esse senhor se junta hoje a um *playboy* que quer jogar gasolina no País e não aceita a derrota eleitoral que Minas impôs a ele, que a educação lhe impôs. Esse *playboy* e esse chantagista não podem submeter a República a esse vexame. É fundamental que agora nós, em Minas Gerais, e particularmente os professores de Minas, fiquemos atentos para que as conquistas tão duras que a Rosaura acompanhou durante muitos períodos, e eu também, que esse avanço jamais se transforme num novo retrocesso e que não tenhamos que começar tudo de novo. Não, vamos continuar em luta, mas é luta para avançar em outras conquistas. Parabéns ao Sind-UTE! Parabéns aos trabalhadores em educação! Parabéns aos professores! Um abraço.

Apresentação Musical

O locutor – Teremos agora a apresentação do Grupo Xicas da Silva, com as seguintes músicas: *Louva a Deus*, de domínio público; *Cálix Bento*, de Milton Nascimento, e *Meninas de Minas*, de autoria de Ana Paula Alvarenga.

– Procede-se à apresentação musical.

Uma musicista – Boa noite, gente! Obrigada pelo convite. A gente quer agradecer ao Mateus, à Kênia, que nos receberam aqui superbem e fizeram esse convite. Há educadoras também aqui, no Grupo Xicas da Silva. A causa é nossa, a luta é nossa. Obrigada pelo convite.

– Procede-se à apresentação musical.

Uma musicista – Nós somos o Grupo Xicas da Silva e fomos convidadas para fazer essa breve apresentação para os participantes deste evento. Agradecemos o convite novamente. Caso queiram conhecer um pouco mais do Grupo Xicas da Silva, estamos no [facebook.com/xicasdasilva](https://www.facebook.com/xicasdasilva). Quem quiser fazer contato, deixar o seu recado, mandar mensagem ou beijinho fique à vontade.

– Procede-se à apresentação musical.



O presidente – Muito bem. Então, uma salva de palmas. Vamos agradecer ao Grupo Xicas da Silva, que fez essa finalização tão bonita para nós.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 14, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 62ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/12/2015

Presidência do Deputado Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Roberto Andrade – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Fernando Antônio Pereira – Palavras do Sr. João Cruz Reis Filho – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Hely Tarquínio – Antônio Carlos Arantes – Dalmo Ribeiro Silva – Roberto Andrade.

Abertura

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a empresa Agroceres de Minas Gerais pelos 70 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Fernando Antônio Pereira, presidente executivo do Grupo Agroceres; e João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; a Exma. Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa; e os Exmos. Srs. Urbano Campos Ribeiral, presidente do Conselho Administrativo do Grupo Agroceres; e deputados Dalmo Ribeiro Silva e Roberto Andrade, este autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a presença dos Exmos. Srs. Anylton Sampaio, prefeito de Arapongas; Francisco Márcio Teixeira, prefeito de Teixeiras; Ângelo Chequer, prefeito de Viçosa; Helder Souza Mattos, presidente da Câmara Municipal de Ervália; Antônio Carlos Vasconcelos, presidente da Avimig; e Amarildo José Brumano, presidente da Emater-MG; e da Exma. Sra. vereadora Marilange Santana Pinto Coelho, presidente da Câmara Municipal de Viçosa.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes a, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da 4ª Região Militar, sob a regência do Cap. Newton Faria de Souza.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo dos 70 anos da história da Agrocerec.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Roberto Andrade

Exmos. Srs. Deputado Hely Tarquínio, presidente da Assembleia de Minas Gerais em exercício; Fernando Antônio Pereira, presidente executivo do Grupo Agrocerec; João Cruz Filho, secretário de Agricultura e Pecuária; deputado Dalmo Ribeiro Silva; Urbano Campos Ribeiral, presidente do Conselho Administrativo do Grupo Agrocerec; Profa. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa – Profa. Nilda, acho que 80% dos que aqui estão se formaram em Viçosa, poderíamos ter feito esta solenidade em Viçosa, aqui estão o Amarildo, o João, a própria equipe da Agrocerec, só tem gente da nossa universidade. Faço uma saudação especial ao meu primo Maurício Nacif de Faria, aos meus tios José Vigiano e Rui Medina, que também trabalharam na Agrocerec – o Maurício ainda trabalha. Cumprimento e agradeco à Banda de Música da 4ª Região Militar; cumprimento os prefeitos Anylton, de Araponga, Chiquinho, de Teixeiras, Ângelo Chequer, de Viçosa; mineiros e mineiras que nos assistem pela TV Assembleia, senhoras e senhores.

O Grupo Agrocerec e Viçosa, minha terra natal, fazem parte de uma bem-sucedida história de grandes inovações tecnológicas e serviços prestados à sociedade brasileira na forma de produtos de qualidade inquestionável e de pesquisas pioneiras que alavancam o progresso de nosso país.

Logo no início do período do pós-guerra, em 1945, o fundador da Agrocerec, Antônio Secundino de São José, fez germinar suas ideias ao tirar do papel o conhecimento apreendido em sala de aula e laboratórios para aplicá-lo na prática. Formado na primeira turma de agronomia da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – Esav –, que posteriormente se transformaria na Universidade Federal de Viçosa – UFV –, o Dr. Secundino foi um dos responsáveis por instituir uma longa tradição de destaque no agronegócio nacional de que hoje a UFV se orgulha por fazer parte. Tive a satisfação de conhecer pessoalmente esse notável acadêmico e visionário homem de negócios.

Aos 27 anos, já como professor da Esav, Dr. Secundino foi estudar nos EUA, onde se dedicou a pesquisar o melhoramento genético das plantas e a visitar novas escolas de agricultura. Foi nessa época que conheceu uma tecnologia amplamente difundida naquele país: a semente de milho híbrido.

Ao voltar para o Brasil, Dr. Secundino trouxe uma coleção de linhagens e cruzamentos de milho obtidos em universidades americanas e iniciou, com Gladstone Drummond, também professor e pesquisador da Esav, pesquisas para obter milho híbrido adaptado às condições brasileiras, embora os primeiros resultados indicassem que aquelas sementes não conseguiriam se adaptar às condições brasileiras. Até a obtenção de um milho híbrido genuinamente nacional, seria necessária a criação de outras linhagens a partir de variedades brasileiras, processo que ainda tomaria muito tempo e recursos. Nesse meio tempo, Dr. Secundino foi secretário de Agricultura da Paraíba, trabalhou na Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios e, em seguida, foi contratado para trabalhar na General Mills, em Niterói, Rio de Janeiro, onde conheceu o químico John Ware, que o incentivou a apresentar seu projeto de milho híbrido à companhia.

A falta de investidores não constituiu barreira para fazer com que Secundino e Ware desistissem da ideia. Eles se uniram a outros sócios e, em 20/9/1945, deram início à Agrocerec. O resto é história, e vocês a conhecem. Ao longo das décadas, a empresa cresceu, despontou no mercado e se tornou um grande conglomerado de marcas e empresas referências em vários setores. Hoje o Grupo Agrocerec possui seis marcas que atuam nos ramos de genética animal, nutrição animal, isca

formicida, palmito cultivado e sementes. Seu propósito tem sido levar tecnologia ao campo e contribuir para o agronegócio brasileiro em sua busca incessante por produzir cada vez mais e melhor.

Cada empresa do grupo é destaque no setor em que atua. A Agrocere PIC revolucionou o mercado de genética animal com o suíno híbrido. A Agrocere Multimix é sinônimo de tecnologia e inovação em nutrição animal. As iscas Formicidas Mirex-S são líder de mercado. A Biomatrix e a Santa Helena Sementes retomaram a tradição da Agrocere na produção de sementes e são reconhecidas pelo alto padrão de qualidade de seus produtos. E a Inacere está no topo do *ranking* da produção, do processamento e da comercialização de palmitos cultivados em todo o Brasil. Enfim, um grupo 100% nacional que deve ser motivo de orgulho para os brasileiros.

Nesse sentido, a homenagem à Agrocere vem em momento oportuno. Nossa economia vive um período delicado, o cenário político é conturbado, e devemos buscar, no exemplo desse prestigiado grupo, a inspiração de que o País precisa para retomar o crescimento socioeconômico, tendo como norte os pilares defendidos pela instituição: tecnologia, inovação, qualidade, atendimento e resultado. Em meus discursos, tanto aqui na Assembleia como em outros lugares, tenho insistido na importância de como a tecnologia e a inovação podem fazer diferença em nosso progresso social. Para tanto, é preciso aproximar as empresas das universidades, fomentando uma relação harmoniosa entre iniciativa privada e setor público, assim como a UFV e o Grupo Agrocere sempre mantiveram um relacionamento saudável e benéfico para ambas as partes. Nós temos acadêmicos e cientistas que não param de produzir tecnologia de ponta, mas não estamos sabendo aproveitar todo esse conhecimento – o Dr. Secundino soube – desenvolvido aqui e temos visto grandes mentes migrarem para outras nações em busca de melhores oportunidades.

Precisamos de uma revolução constante. Nossos governos têm investido pouco. Às vezes, o Estado custeia uma bolsa de estudo ou pesquisa para um professor ou estudante, mas sem ter o devido retorno. É hora de mudar esse ciclo e dar início a uma nova era, uma era marcada por um Brasil revolucionário, moderno e dinâmico, tal qual aquele país vislumbrado pelo Dr. Secundino, em meados do século passado; um Brasil sem entraves para quem quer empreender e gerar emprego e renda para a nossa população. São de mulheres e homens ousados, que não temem empreender e enfrentar o desconhecido que o Brasil necessita mais do que nunca. Então vamos fazer como o Dr. Secundino e plantar mais sementes inovadoras para colhermos frutos férteis como as empresas da Agrocere.

Mais uma vez parabéns ao grupo nas pessoas de seus diretores, funcionários e clientes presentes a esta cerimônia. Parabéns, Agrocere! Que suas sementes continuem cada vez mais rendendo bons frutos ao Brasil. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Hely Tarquínio, presidente em exercício da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e o deputado Roberto Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, farão agora a entrega ao Sr. Fernando Antônio Pereira, presidente executivo do Grupo Agrocere, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Criada com o propósito de levar tecnologia e inovação ao campo, oferecendo produtos e serviços de qualidade, além de atendimento diferenciado ao produtor rural, a Agrocere é, hoje, uma das marcas mais lembradas e respeitadas do agronegócio brasileiro. Pioneira na produção de semente de milho híbrido para uso comercial no País, a empresa se destaca por investir em melhoramento genético de aves e suínos, bem como em nutrição animal. O resultado desse excelente trabalho pode ser comprovado pelo enorme salto em produtividade e sustentabilidade do setor agropecuário, um dos sustentáculos da economia do Brasil. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais congratula-se com a Agrocere, que completa 70 anos de uma história de empreendedorismo voltado para o desenvolvimento do Estado e da Nação”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Fernando Antônio Pereira

Exmo. Sr. deputado Hely Tarquínio, presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Exmo. Sr. deputado Roberto



Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro; Exma. Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa; Urbano, meu amigo e colega, presidente do Conselho Administrativo do Grupo Agroceres; colegas; amigos Agroceres; senhoras e senhores; é com muita alegria que recebemos desta Casa a honrosa homenagem pelos 70 anos de fundação da Agroceres, proposta pelo nobre deputado Roberto Andrade.

Não é fato comum uma empresa completar 70 anos e, menos ainda, uma empresa brasileira, que, depois de sete décadas, se mostra jovem na sua mentalidade inovadora, empreendedora, disseminadora de conhecimentos, tendo sua marca consolidada nos mais distantes rincões desta nação como sinônimo de tecnologia e credibilidade naquilo que faz.

Precisamente em 20/9/1945, alguns homens abnegados, sob a liderança do Dr. Antônio Secundino de São José, criaram a Agroceres. Eram tempos muito difíceis: o mundo convivia com as drásticas consequências da Segunda Guerra Mundial, que recentemente havia terminado, e o Brasil, um País muito pobre e com uma agricultura incipiente ou de subsistência, era campo muito pouco promissor para a disseminação de qualquer tipo de tecnologia. Pois bem, foi nesse cenário que o Dr. Secundino e o Prof. Gladston Drumond, ambos professores da antiga Esav, hoje Universidade Federal de Viçosa, junto com mais três amigos, ousaram sonhar e fazer com que seus sonhos se materializassem.

Hoje, sete décadas depois, estamos aqui recebendo tão distinta homenagem, que, na realidade, se estende a um número incontável de pessoas que, direta ou indiretamente, ajudaram e ajudam a continuar a construção daquele sonho. Como bem dizia o Dr. Secundino: "O maior patrimônio da Agroceres é a sua gente".

Bem sabemos quantos desafios e transformações a agricultura brasileira experimentou durante estes 70 anos, até chegar ao estágio de grande destaque que hoje ostenta. A Agroceres muito se orgulha de ter sido parte desse processo e, mais do que isso, de ter sido uma das empresas protagonistas dessa verdadeira revolução nos negócios em que atuou ou em que atua.

Hoje o Brasil desponta como uma das grandes lideranças do agronegócio no cenário mundial, e é inquestionável seu papel crescente como produtor de excedentes exportáveis para alimentar uma população mundial que, até o ano 2050, deverá crescer o equivalente a 11 vezes a população atual do Brasil, atingindo cerca de dez bilhões de pessoas, e com um agravante: grande parte desse crescimento se dará em regiões menos desenvolvidas da Ásia, da África e da América Latina. Isso é mais que oportunidade, é um dever do Brasil para com o mundo diante do gigantesco desafio de viabilizar a equação: crescimento demográfico com justiça social e com menos impacto ambiental.

Neste momento em que a Agroceres recebe tão distinta homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quero externar ao deputado Hely Tarquínio, ao nobre deputado Roberto Andrade e aos demais congressistas o nosso compromisso de continuar dando nossa contribuição para Minas Gerais e para o Brasil, como um dos protagonistas na busca das soluções para esse desafio gigante. Para tanto, continuaremos fiéis a alguns elementos dessa empresa de 70 anos atrás que permaneceram imutáveis na sua cultura interna. É o caso da obsessão por tecnologia, pela inovação e pela qualidade do que ela se propõe a fazer, do compromisso com o bom atendimento e com os resultados obtidos por seus clientes.

Minas Gerais é a terra natal dos líderes fundadores da Agroceres; é onde se deu a sua formação e a inspiração acadêmica; é o berço das suas operações; é a grande plataforma inicial de expansão dos seus negócios; e é onde, ainda hoje, são mantidos três de seus negócios principais: sementes de milho e sorgo, nutrição animal e genética de suínos. E neste momento difícil do Brasil, quero destacar que todos eles estão recebendo, em Minas Gerais, expressivos investimentos para expansão.

Na pessoa do deputado Hely Tarquínio, reitero nossos mais sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais por esta tão distinta homenagem. Também envio um especialíssimo agradecimento ao nobre deputado Roberto Andrade, conterrâneo da Agroceres na origem acadêmica dos seus fundadores, pela carinhosa proposição desta homenagem. Muitíssimo obrigado!



Palavras do Sr. João Cruz Reis Filho

Boa noite. Começo saudando nosso presidente em exercício da Assembleia Legislativa, querido deputado Hely Tarquínio; saúdo também o autor do requerimento, a quem já cumprimento e parabeno pela brilhante iniciativa, nosso querido deputado Roberto Andrade; o nosso deputado Dalmo Ribeiro Silva; o nosso presidente Fernando, da Agroceres; o Dr. Urbano Ribeiral, presidente do conselho da Agroceres; por fim, mas não menos importante, na pessoa da nossa reitora Nilda, cumprimento todas as mulheres e todos os presentes nesta noite especial de homenagem à Agroceres.

Este ano, por indicação do prefeito Antônio Godinho, de Presidente Olegário, tive a oportunidade de ser indicado para receber a Comenda Antônio Secundino de São José, o que muito me honrou. Infelizmente, por uma questão climática, por uma dificuldade de pouso, não conseguimos chegar ao local. Estávamos eu, o vice-governador Antônio Andrade, o secretário de Fazenda, que também foi agraciado, e o Dr. Roberto Simões, da Faemg. Fiquei muito triste por não ter podido receber a Comenda Antônio Secundino de São José, porque, na verdade, ele representa muito do espírito do povo brasileiro e do mineiro, em especial.

Reitora, a gente estudou em Viçosa, e sabemos que a nossa biblioteca é a maior fonte de conhecimento tradicional, antes do Google. O nome da nossa biblioteca na Universidade Federal de Viçosa é Antônio Secundino de São José. Uma questão interessante da trajetória é que o nosso Dr. Antônio Secundino se formou na primeira da turma da Esav, não é, Roberto? Conforme você mesmo disse, era uma turma de notáveis. Com ele, formou-se o Prof. Geraldo Carneiro, amicíssimo de meu avô, que foi amigo também do Dr. Urbano. Lá se formou também Paulo Sálvio, o primeiro presidente da Emater. A nossa sala de reuniões na Emater se chama Paulo Sálvio. Era uma turma de tão brilhantes e notáveis homens que tinham uma amizade muito grande. O Prof. Carneiro tem um filho chamado Paulo Emílio por conta do Paulo Sálvio; seu outro filho é Antônio por conta do nosso querido Antônio Secundino de São José, que esteve muito à frente do seu tempo.

Vou falar um pouco a respeito da Agroceres, mas acho que o mais relevante é o espírito que criou essa empresa há 70 anos. Recordo-me de que, em 2004, uma lei foi transformadora na relação público-privada, chamada Lei da Inovação – a reitora sabe muito bem disso. Ela quebrou um paradigma extraordinário que havia na academia brasileira do impedimento dos professores e pesquisadores universitários em ter uma relação mais próxima com a iniciativa privada. Havia a cultura estabelecida de que o professor, que era servidor público, não poderia desenvolver trabalhos em cooperação com a iniciativa privada, porque era uma relação considerada inadequada. E a lei de inovação veio mostrar ao povo brasileiro que, muito pelo contrário, a universidade deveria, sim, apoiar e se aproximar da iniciativa privada; que o pesquisador poderia ser cedido a uma instituição privada, para desenvolver ciência e tecnologia e fazer o que estamos chamando hoje de *startup*, empresas incubadas. Só que isso aconteceu em 2004. Sessenta anos antes, o Antônio Secundino de São José fez a primeira empresa incubada no Brasil, que é a Agroceres. Digo isso para lhes mostrar, de maneira inequívoca, a visão desse homem que foi o fundador da nossa querida Agroceres e que fez o que fez: transformou a agricultura brasileira e mineira e gerou milhares de empregos. Acredito que, se a nossa Universidade Federal de Viçosa tivesse algumas evasões de professores e cérebros, conforme foi o nosso precursor da Agroceres, certamente a nossa agricultura brasileira estaria ainda muito mais evoluída.

Nesta noite comemoramos os 70 anos da Agroceres, que trabalha num ramo particularmente originário e que tem muita relação com tudo o que a minha família sempre fez, que é genética e melhoramento – o Dr. Urbano se lembra de que o meu avô foi professor e colega dele. Sou o oitavo geneticista da minha família, e a grande maioria é de geneticistas animais, assim como o nosso Fernando, da Agroceres, mas também há os geneticistas vegetais. A Agroceres fez uma transformação profunda da agricultura. Se não fosse o progresso da ciência, não seríamos hoje o exportador de alimentos que somos, a liderança em todos os setores. O nosso querido Antônio Carlos, da Avimig, está aqui para confirmar que o Brasil é líder mundial. Um de cada três frangos consumidos no mundo é produzido pelo nosso Brasil e pela nossa ciência e tecnologia.

Então queria cumprimentar todos os colaboradores da Agroceres por esse belíssimo trabalho de longo tempo e dizer que nós, do governo do Estado de Minas, a reputamos como um dos patrimônios da agricultura mineira. Desejamos vida longa à Agroceres; que venham mais 70 anos, 140 anos, enfim, muito sucesso. Boa noite e muito obrigado.



Palavras do Presidente

Sr. Fernando Antônio Pereira, presidente executivo do Grupo Agroceres, nosso conhecido – revejo-o depois de muitos anos; Exmo. Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nosso querido amigo; Exmo. Sr. deputado Roberto Andrade, companheiro, colega e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro, querido amigo que prestigia esta homenagem – muito obrigado pela presença; Sra. Nilda de Fátima Ferreira Soares, reitora da Universidade Federal de Viçosa – é uma honra recebê-la aqui, neste momento em que tratamos de um assunto pertinente a sua instituição; e Sr. Urbano Campos Ribeiral, presidente do Conselho Administrativo do Grupo Agroceres; tenho um texto do presidente, feito pela Casa, e passarei a lê-lo, representando o deputado Adalcleber Lopes. (– Lê:)

“A partir da gestão visionária de seu primeiro presidente, o mineiro Antônio Secundino de São José, a Agroceres construiu uma trajetória de sucesso inquestionável, que completa 70 anos em 2015 e traz, na composição de sua marca, o nome Ceres, deusa romana das colheitas, do qual vem a palavra cereal.

Com o propósito de levar tecnologia ao campo e contribuir com o agronegócio brasileiro, a empresa firmou-se em quatro pilares aqui já referidos, seguidos à risca por sua administração e por seus funcionários - repetindo: tecnologia, inovação, qualidade e atendimento. Como resultado, ocupa posição consolidada nos mercados de sementes, genética e nutrição animal, entre outros, sendo considerada ainda pioneira na introdução de diversos avanços científicos, como a primeira semente de milho híbrido comercial no País. Com essas qualidades, rapidamente conquistou a confiança do produtor rural. O agronegócio realizado em solo brasileiro é um dos mais reconhecidos do mundo e, sem dúvida, a Agroceres tem contribuído para essa distinção, proporcionando aos seus clientes um empreendimento cada vez mais produtivo, rentável e sustentável. Assim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando os mineiros, parabeniza a Agroceres desejando um futuro de colheitas tão gloriosas quanto as alcançadas em seu passado e em seu presente.”

Quero fazer um comentário, continuando esta fala: sou representante do Alto Paranaíba, sobretudo de Patos de Minas. Quando lá cheguei, em 1968, fiquei conhecendo a Agroceres, que logo a seguir apresentou um projeto de semente híbrida, com alta tecnologia implantada. A seguir, sempre ela participou e confundiu o seu desenvolvimento com a própria história do desenvolvimento da região de Patos de Minas e as constelações de municípios que se agregaram à região. Logicamente, a terra é benigna, é divina no aspecto de reservar o milagre do desenvolvimento do milho. Logicamente isso produziu um crescimento inestimável, uma produtividade inestimável com as pesquisas do milho híbrido implantado pela Agroceres.

Depois assistimos à criação de um polo de suinocultura extremamente avançado. Com a Agroceres PIC foi implantado o polo da suinocultura. Certamente também as pesquisas de alto nível e as tecnologias trouxeram a riqueza do núcleo genético para a nossa Patos de Minas e o Brasil. Houve um desenvolvimento acentuado da suinocultura. Dessa forma, participou, faz parte da vida de Patos de Minas esse desenvolvimento.

Há um símbolo da Agroceres. Eu conheci naquele tempo o Fernando Antônio junto a outros companheiros; contudo, não tive o prazer de conhecer a figura de Antônio Secundino de São José, que representa o símbolo de tudo isso, de quando isso se iniciou. Ele foi um pioneiro heroico junto a outros que acreditaram no seu idealismo. A região e Patos lhe prestam uma homenagem, porque lá foi criado, por projeto, a Festa Nacional do Milho. Esta tem como ponto principal dos festejos a concessão de uma comenda que foi concedida pela Casa dos mineiros, pela Casa que representa a soma de todos os mineiros, por meio de um projeto do ex-deputado Elmiro Nascimento, que foi secretário de Agricultura no governo passado. Ele é meu colega e também concorrente, mas somos amigos cordiais e trabalhamos com o mesmo intuito do desenvolvimento. Então, a partir de 1991, todos os anos eles conferem essa honraria, um símbolo de desenvolvimento da agricultura e da pecuária, no aspecto genético e no aspecto da nutrição, que a Agroceres sempre liderou. Com pesquisas cada dia mais avançadas, a Agroceres fez com que produzíssemos, com menos ração, mais quilos de carne na suinocultura, na avicultura e na bovinocultura. Essa tríade da ração animal é cada dia mais colocada à disposição. Sou testemunha e quero dar o meu testemunho de que a nutrição melhorou muito no Brasil com a Agroceres, com reflexos na carne, e trazendo uma segurança ao

produtor, até porque a Agroceres não assiste só ao lado genético, com o projeto de infraestrutura e de saúde animal, mas ela ensina também como deve ser a comercialização.

Depois, ela criou outras unidades, como a de Rio Claro e mesmo em outros estados – como a unidade criada para lidar com o palmito. Então, a Agroceres faz parte da história da nossa região do Alto Paranaíba, sobretudo de Patos de Minas. E Antônio Secundino de São José nasceu ali, em uma fazenda chamada Onça, antigo Distrito de Presidente Olegário, hoje, depois de desmembrado, de Patos. Então, ele é filho de Presidente Olegário, e todo ano é concedida essa honraria, que tem em volta da efígie o nome de Antônio Secundino de São José e, no verso, Fenamilho. Então, é um símbolo que carregamos com muita honra, lembrando da história da Agroceres, que promoveu o Brasil a um lugar de destaque no agronegócio. O Brasil é um celeiro na produção na agricultura e na pecuária de corte e de leite, e tudo isso está ligado ao nome da Agroceres, assim como o desenvolvimento da nossa região.

Por isso mesmo estamos aqui, hoje até substituindo o presidente da Assembleia, para dar nosso testemunho da importância da Agroceres para o Brasil, com uma alta tecnologia e uma disposição de servir ao povo, irmanada no sentido de justiça. Ouvi bem o seu discurso e me alegra muito ouvi-lo falar em justiça social, mas sobretudo com trabalho e com o apoio do governo. E estamos aqui na Assembleia exatamente para buscar os resultados no sentido da sustentabilidade, considerando o trabalho que a Agroceres trouxe para todos nós, em Minas e no Brasil, ao qual queremos agregar o nosso trabalho nesta Casa. Você também falou na ecologia que vocês promovem não só mudando cenários, mas também recompondo cenários, do ponto de vista sustentável.

Por tudo isso, receba o nosso abraço, o abraço da Assembleia Legislativa e, em nome do povo de Minas Gerais, a nossa gratidão. Obrigado.”

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora a Banda de Música da 4ª Região Militar, que, sob a regência do Cap. Newton Faria de Souza, vai apresentar *Travessia*, de Milton Nascimento e Fernando Brant, e *Carinhoso*, de Pixinguinha.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Queremos agradecer aos componentes da Banda de Música da 4ª Região Militar, sob a regência do Cap. Newton Faria de Souza, a bela apresentação que abrilhantou esta solenidade. Agradeço também a presença dos Srs. deputados que atenderam ao nosso convite – Antônio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva –, além de todos os componentes da Mesa. Agradeço e parablenizo, de forma especial, a quem requereu esta reunião, o deputado Roberto Andrade, pela feliz iniciativa que aproximou a Assembleia da Agroceres.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 15/12/2015.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2015

Às 11h4min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Geraldo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por

unanimidade, os Projetos de Lei nºs 983/2015 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira), e 4.010/2013 (relator: deputado Geraldo Pimenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 806, 815 e 894/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de junho de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/8/2015

Às 10h15min, comparecem na Associação dos Fornecedoros de Cana da Região Campo Florido, os deputados Antônio Carlos Arantes, Felipe Attiê e Antônio Lerin, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Gil Pereira, Leonídio Bouças, Tony Carlos e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Felipe Attiê, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do setor sucroenergético do Estado durante a 7ª Canacampo Tech Show e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ademir Ferreira de Mello, prefeito de Campo Florido; Moacir Quintilhano Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Campo Florido; Orlando Caixeta Fialho, subsecretário de Desenvolvimento Rural, representando João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Altamir de Araújo Rôso Filho, secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Ronaldo Ernesto Scucato, presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais – Ocemg; Mário Ferreira Campos Filho, presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais – Siamig; Amarildo Jose Brumano Kalil, presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater; Paulo Piau Nogueira, prefeito de Uberaba; Ademir Ferreira de Mello Júnior, presidente da Associação dos Fornecedoros de Cana da Região de Campo Florido; Alberto Pinto Coelho, ex-governador do Estado de Minas Gerais; Nelson Krastel, vice-presidente da Canacampo, representando a o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – Faemg; e Marcos César Brunozzi, produtor de cana-de-açúcar, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2015.

Antônio Carlos Arantes, presidente – Antônio Jorge – Isauro Calais.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/10/2015

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Geraldo Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante da pauta e a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento do ofício da deputada Marília Campos e do deputado Thiago Ulisses, presidentes das Comissões de Participação Popular e Fiscalização Financeira, convidando esta comissão para participar da audiência pública que debaterá o Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental para o quadriênio 2016-2019, a realizar-se no dia 4 de novembro próximo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a

discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.610/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido e aprovado pela comissão o Requerimento nº 3.885/2015, do deputado Geraldo Pimenta, em que solicita seja encaminhado aos servidores desta Casa Legislativa, Patrícia Maria da Costa e Wesley Fonseca, campeões da categoria Servidor, e aos demais campeões de categoria da 12ª Edição da Corrida Rústica da Assembleia Legislativa voto de congratulações pelo sucesso na competição. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Geraldo Pimenta – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/11/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Elismar Prado (substituindo o deputado Professor Neivaldo), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Douglas Melo, declara aberta a reunião e suspende os trabalhos. Vencido o prazo regimental de duração da reunião e não havendo quórum para reabertura dos trabalhos e apreciação da matéria, a reunião é dada por encerrada.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo – Rogério Correia.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/11/2015

Às 9h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cristiano Silveira, Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Elismar Prado (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e Rogério Correia (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Nívia Mônica da Silva, promotora de Justiça e coordenadora do CAO-DH, encaminhando expedientes da Promotoria de Justiça de Jequitinhonha, referentes a tratativas acerca da audiência pública realizada em 28/10/2015, e do Sr. Roberto Chateaubriand Domingues, gerente do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania LGBT, encaminhando a moção aprovada durante a realização da II Conferência Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Belo Horizonte. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (30/10/2015), Sândia Sousa, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Luciana Silva Garcia, coordenadora-geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação (4/11/2015), e do Sr. Thiago dos Santos Luz, procurador da República em São João del-Rei (29/10/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.961/2015, em turno único (Carlos Pimenta), 2.753/2015, em turno único (Cristiano Silveira), 2.949/2015, em turno único (Duarte Bechir), 2.941/2015, em turno único (Paulo Lamac). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.750/2015. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.612/2015. Passa-se à 3ª



Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência e, submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.187/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as retaliações e perseguições sofridas pelos servidores do Judiciário do Estado por parte da presidência do Tribunal de Justiça - a exemplo de cassação de promoções e descontos em remunerações -, em descumprimento a compromissos anteriormente assumidos e gerando graves violações aos direitos fundamentais desses servidores, considerando sua participação em greve, além de sofrerem assédio moral por reivindicarem o cumprimento de acordos e leis aprovadas na Constituição Federal, bem como pelos servidores do Ministério Público;

nº 4.188/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para esclarecimentos e providências cabíveis quanto ao fato de o Cb. PM Anderson Alderico Teles Lopes, que se encontrava em licença médica, ter sido investigado por uma equipe de agentes P2 do 52º Batalhão de Polícia Militar, de Ouro Preto, tendo sua vida pessoal exposta;

nº 4.189/2015, dos deputados Rogério Correia, Cristiano Silveira e Thiago Cota, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a violação dos direitos humanos das famílias afetadas pelo rompimento de duas barragens da mineradora Samarco, no Município de Mariana, no dia 5/11/2015;

nº 4.190/2015, dos deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a democratização da comunicação, tendo em vista o importante papel dos meios de comunicação na luta, na promoção e na efetivação dos direitos humanos;

nº 4.191/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o movimento grevista nacional dos trabalhadores do Sistema Petrobras, com atividades paralisadas desde o dia 1º/11/2015;

nº 4.192/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil pedido de providências para apuração de suposto crime de abuso de autoridade, violação aos direitos e garantias fundamentais e liberdade individual, cometidos pelo Cap. Ronaldo Fernandes, comandante da 118ª Companhia de Polícia Militar de Minas Gerais, em Rio Casca;

nº 4.193/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Samarco Mineração pedido de providências para solucionar o problema de abastecimento de água no Município de Governador Valadares e nos demais municípios da Bacia do Rio Doce, afetados pelo rompimento de duas barragens, tendo em vista a ação civil pública com pedido de liminar já impetrada pelo Ministério Público de Minas Gerais;

nº 4.201/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que sejam fiscalizadas todas as barragens de rejeitos de exploração mineral em Minas Gerais;

nº 4.206/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pelo embargo das atividades da Samarco Mineração na região de Mariana, devido ao rompimento de duas de suas barragens no dia 5/11/2015;

nº 4.208/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja realizada visita às barragens de contenção de rejeitos minerais, ainda a serem definidas, tendo em vista a tragédia ocorrida no Município de Mariana, no dia 5/11/2015, quando duas barragens da Samarco Mineração se romperam;

nº 4.209/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Ministério Público de Minas Gerais por sua atuação no caso do rompimento de duas barragens da Samarco Mineração no Município de Mariana;

nº 4.210/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio ao governador do Estado pelas declarações infelizes e apressadas do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, segundo o qual a



Samarco Mineração seria vítima da tragédia ocorrida no Município de Mariana no dia 5/11/2015, quando duas barragens daquela empresa se romperam.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2015.

Cristiano Silveira, presidente – Rogério Correia – Paulo Lamac.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/11/2015

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro, Arnaldo Silva e Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Arnaldo Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.131, 4.132, 4.133 e 4.134/2015. São recebidos pela presidência e, após serem submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.229/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Lagoa Viva, no Município de Brumadinho, que se destina à recuperação de pequenas acumulações de água em propriedades administradas em regime de agricultura familiar, mediante desassoreamento e remoção de ervas invasoras;

nº 4.230/2015, do deputado Doutor Jean Freire, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater o uso da água na mineração com foco nas barragens de rejeitos de resíduos de mineração;

nº 4.231/2015, do deputado Leandro Genaro, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as circunstâncias do rompimento das barragens da Samarco Mineração no Distrito de Bento Rodrigues, no Município de Mariana, e as providências tomadas para minimizar os impactos ambientais, principalmente quanto à qualidade da água do leito do Rio Doce;

nº 4.232/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a situação atual do Hidroex.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de dezembro de 2015.

Iran Barbosa, presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e o deputado Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Wander Borges, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é considerada aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a entregar manifestações de aplauso a trabalhadores da limpeza urbana de Belo Horizonte que transformam o trabalho em música e dança. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os

seguintes convidados: Marcelo Frederico Maximiano Senna, gerente de Limpeza Urbana da KTM Administração e Engenharia; Ivanete Souza Coradi, supervisora da Equipe Feminina de Limpeza Urbana da KTM Administração e Engenharia; Grazielle Santiago de Oliveira, coletora da KTM Administração e Engenharia; Karen Cristina dos Santos Ribeiro, coletora da KTM Administração e Engenharia; Sinália Pedroso Ramos, coletora da KTM Administração e Engenharia; Sara Lages Gregório, motorista da KTM Administração e Engenharia, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra à deputada Ione Pinheiro, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Registra-se a presença da deputada Cristina Corrêa. A seguir, a presidência procede à entrega dos diplomas aos convidados. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 426, 1.250, 1.278, 1.534, 1.548, 1.614, 1.974, 2.072, 2.125, 2.153, 2.157, 2.212, 2.214, 2.267, 2.328 e 2.557/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pelo presidente e aprovado o Requerimento nº 4.420/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as possíveis irregularidades praticadas pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad – em relação à cobrança para a apresentação de agremiações que prestam serviços de utilidade pública. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2015.

Bosco, presidente – Wander Borges – Thiago Cota.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Professor Neivaldo e Rogério Correia (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a aplicação da Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de Professor de Educação Básica e dá outras providências (Lei do Piso), bem com realizar um balanço do acordo celebrado entre o governo do Estado, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – e a Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 564, no 1º turno, e 2.039/2015, em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva), Projetos de Lei nºs 341, no 1º turno, e 1.558/2015, em turno único (deputado Douglas Melo), Projeto de Lei nº 1.557/2015, em turno único (deputado Ivair Nogueira), Projetos de Lei nºs 735, no 1º turno, 2.109, no 1º turno, 1.554, em turno único, 1.688, em turno único, e 1.906/2015, em turno único (deputado Paulo Lamac), Projetos de Lei nºs 1.018, em turno único, e 2.067/2015, em turno único (deputado Professor Neivaldo). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG e presidenta da CUT-MG; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais do Estado de Minas Geras – Adeomg; e os Srs. Antônio David de Sousa Júnior, subsecretário de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação, representando Macaé Maria Evaristo dos Santos, secretária; Wieland Silberschneider, secretário adjunto de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, representando, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, um dos autores dos requerimentos que deram origem aos debates, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados Rogério Correia e Professor Neivaldo, também autores dos



requerimentos que deram origem aos debates, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado Requerimento nº 4.437/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita à Escola Estadual Melo Viana, em Belo Horizonte, para verificar o andamento das obras de reforma e expansão desta unidade de ensino. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Geraldo Pimenta – Glaycon Franco.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/11/2015

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Douglas Melo (substituindo o deputado Fred Costa, por indicação da liderança do BCMG) e Glaycon Franco (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.427/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada a conduta do comandante e policiais militares lotados na 3ª Região da Polícia Militar, 36º Batalhão, que, segundo relatos, atuaram com excesso de poder durante acompanhamento da fiscalização realizada no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015, e que sejam tomadas as providências cabíveis;

nº 4.428/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada a conduta do comandante e policiais militares lotados na 3ª Região da Polícia Militar, 36º Batalhão, que, segundo relatos, atuaram com excesso de poder durante acompanhamento da fiscalização realizada no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015, e que sejam tomadas as providências cabíveis;

nº 4.429/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de providências para que seja apurada a denúncia contra Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental, que, segundo relatos, agiu de forma arbitrária e personalista durante fiscalização no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015;

nº 4.430/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que seja apurada a denúncia contra Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental, que, segundo relatos, agiu de forma arbitrária e personalista durante fiscalização no Instituto Vivendi, no dia 29/10/2015;

nº 4.431/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações sobre a atuação do servidor público Robson Ferreira Bastos Morato, analista ambiental que realizou fiscalização no Instituto Vivendi no dia 29/10/2015, especificando-se: se o fiscal estava no exercício de suas funções no dia em que houve a fiscalização e se estava autorizado a realizar a ação no local; se tinha competência para realizar buscas, vasculhando armários e gavetas com objetos



pessoais de funcionários; se podia dar voz de prisão ao Sr. Leonardo Maciel, médico-veterinário voluntário do Instituto Vivendi; se estava autorizado a utilizar veículo e colete da Semad para realizar a fiscalização; e se a prefeitura adota alguma providência em relação ao controle populacional e de zoonoses;

nº 4.432/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao presidente da CPI dos Maus Tratos de Animais pedido de providências para que seja apurado o não cumprimento de cláusula de contrato que prevê convênio da Concessionária Via 040, responsável pela gestão da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, com clínicas veterinárias para encaminhamento de animais domésticos e silvestres feridos no trecho que está sob sua gestão, tendo em vista os relatos recebidos por estes parlamentares;

nº 4.433/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público do Meio Ambiente pedido de providências para apurar o não cumprimento de cláusula de contrato que prevê convênio da Concessionária Via 040, responsável pela gestão da BR-040 entre Brasília e Juiz de Fora, com clínicas veterinárias para encaminhamento de animais domésticos e silvestres feridos no trecho que está sob sua gestão, conforme relatos recebidos por estes parlamentares;

nº 4.434/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis pedido de providências para imediata atuação supletiva na fiscalização do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte, tendo em vista omissão e falhas nas vistorias feitas pelos órgãos competentes no local;

nº 4.435/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Itaúna pedido de providências quanto à situação do Centro de Controle de Zoonoses do município no que se refere aos procedimentos adotados com os animais portadores de leishmaniose;

nº 4.436/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Pirapora pedido de providências para que os cães com leishmaniose no município sejam tratados, e não sacrificados.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Duarte Bechir – Leandro Genaro.

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater as demandas e dificuldades da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg; Mônica Fernandes Abreu, professora e ativista de direitos humanos; Marília Maia Coutinho Preihnsner, aposentada do Ipsemg; Michelle Regina Aparecida de Paula Rocha, representante da Colônia Santa Fé – Três Corações; Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, diretora de Assuntos Institucionais do Sisipsemg; e os Srs. Silvério do Prado, assessor educacional da Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais – Fesempre, representando Aldo Geraldo Liberato, presidente; Carlos Augusto dos Passos Martins, diretor da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg; Marcelino Jonas dos Santos, técnico em enfermagem do Hospital Alberto Cavalcanti,



que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, a presidência recebe dois *e-mails* intitulados “Comunicado Rede Fhemig – Urgente” e “Monstruosidades Rede Fhemig”. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, Elismar Prado e Tito Torres, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bonifácio Mourão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 17/11/2015: ofício do Sr. André Quintão Silva, secretário de Trabalho. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.225/2015 (relator: deputado Tito Torres) e 2.867/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão), que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.500/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita sejam ouvidas as convidadas presentes na 30ª Reunião Ordinária desta comissão;

nº 4.502/2015, dos deputados Duarte Bechir, Tito Torres, Elismar Prado, Bonifácio Mourão e Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria de Estado de Educação para discutir a situação dos professores designados para as Apaes atingidos pela ADI nº 4.876, que declarou a inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007;

nº 4.503/2015, dos deputados Bonifácio Mourão, Duarte Bechir, Elismar Prado e Tito Torres, em que solicitam seja enviado pedido de informações ao secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania e ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre o acesso à água potável pelas pessoas com deficiência moradoras dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco Mineração.

Em seguida, o presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Fabiana Cruzelina da Silva, Sirlene Alves Primo Xavier e Terezinha Rocha, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente.

**ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015**

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Cristiano Silveira, Isauro Calais e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Sargento Rodrigues, Wander Borges e Elismar Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos autores dos Projetos de Lei nºs 1.783 e 2.737/2015, encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos aos respectivos projetos. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Antônio Carlos Ramos, secretário adjunto de Educação, publicado no Diário do Legislativo de 21/11/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.789, 3.001, 3.033, 3.055, 3.032, 3.051, 3.075 e 3.076/2015 (Antônio Jorge); 1.029, 2.613, 3.046, 3.061, 3.065, 3.077 e 3.037/2015 (Bonifácio Mourão); Projetos de Resolução nºs 31 e 33/2015 e Projetos de Lei nºs 2.779, 3.029, 3.050, 3.057, 3.060, 3.067 e 3.068/2015 (Cristiano Silveira); 2.998, 3.016, 3.038, 3.073, 3.030, 3.054, 3.035, 3.059 e 3.071/2015 (Isauro Calais); Projetos de Lei Complementar nºs 41, 43 e 44/2015 e Projetos de Lei nºs 533, 680, 2.999, 3.044, 3.058, 3.059 e 3.072/2015 (João Alberto); Projeto de Resolução nº 32/2015, Projeto de Lei Complementar nº 34/2015 e Projetos de Lei nºs 835, 1.581, 1.788, 2.276, 2.783, 2.991, 3.047, 3.062, 3.064 e 3.078/2015 (Leonídio Bouças); 2.972, 3.040, 3.049, 1.887, 2.411, 2.987, 3.010, 3.020, 3.031, 3.034, 3.052, 3.063, 3.066, 3.070, 3.074 e 3.079/2015 (Luiz Humberto Carneiro). Registra-se a saída do deputado Antônio Jorge. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os projetos de lei mencionados entre parênteses são retirados da pauta por deliberação da comissão e a requerimento dos deputados Bonifácio Mourão (2.075/2015), Cristiano Silveira (691, 1.141 e 1.916/2015), João Alberto (1.200 e 1.982/2015) e Leonídio Bouças (263 e 1.916/2015). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Cristiano Silveira, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Resolução nº 8/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Luiz Humberto Carneiro. São convertidos em diligência ao secretário de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei Complementar nº 7/2015, ao secretário de Estado de Defesa Social o Projeto de Lei nº 821/2015, ao secretário de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Sedinor – o Projeto de Lei nº 925/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.131, 1.346, 1.420, 2.604/2015, sendo os três últimos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); 3.004/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 110/2015 na forma do Substitutivo nº 1 e 528/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Cristiano Silveira); 704/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 144/2015 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro) e 282/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira). Registra-se a saída do deputado Isauro Calais. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 806/2015 (relator: deputado João Alberto). Registra-se a saída do deputado Cristiano Silveira e a entrada dos deputados Elismar Prado e Isauro Calais. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.017 e 1.028/2015 (relator: deputado Elismar Prado). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.053, 1.121, 1.159, 1.233, 1.321, 1.600, 1.859, 1.874, 2.521, 2.781, 2.856, 2.870, 2.999 e 3.033/2015, em 1º turno, e 1.531, 1.605, 2.190, 2.712 e 3.037/2015, em turno único,



deixam de ser apreciados em virtude de encerramento da reunião por decurso de prazo. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2015.

João Alberto, presidente – Bosco – Tiago Ulisses – Cristiano Silveira – Isauro Calais.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 10h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante em pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Comissão de Representação do Seminário das Águas Minas III, solicitando reunião com esta comissão para apresentação e debate das propostas do referido seminário relativas ao Projeto de Lei nº 2.946/2015; ofício da Câmara Municipal de Igarapé, em que solicita seja realizada visita desta comissão, junto com a equipe técnica competente, às barragens de rejeitos do Município de Igarapé com o objetivo de verificar sua regularidade. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Flávia Gomes de Barros, superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas (13/11/2015) e Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (12/11/2015 e 13/11/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.978/2015, em turno único (deputado Dilzon Melo), Projeto de Lei nº 2.935/2015, em turno único (deputado Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.132/2015 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.748/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.530/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho para debater o assoreamento dos cursos d'água e cavidades localizadas nos municípios da Bacia do Rio Paraopeba e questões ambientais que envolvem o tema, especialmente os impactos causados no sistema de abastecimento de água e a degradação ambiental;

nº 4.531/2015, do deputado Douglas Melo, em que solicita seja realizada visita ao entorno da Lagoa do Matadouro, no Bairro Vapabuçu, no Município de Sete Lagoas, para averiguar denúncias de existência de fumaça tóxica que emana da lagoa causando transtornos aos moradores e afetando a saúde da população que reside na região;

nº 4.532/2015, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater a degradação ambiental no Vale do Jequitinhonha;

nº 4.533/2015, do deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja apresentado, aos deputados presentes durante reunião da comissão, o vídeo "A Expedição ao Velho Chico" para conhecimento;

nº 4.534/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável as seguintes informações sobre a extensão dos prejuízos sofridos pelos municípios afetados pelo rompimento das barragens do Fundão e Santarém: quais os municípios afetados; número de mortos, de pessoas desalojadas e desaparecidas; cálculo



dos danos ambientais e econômicos; alcance, composição química e riscos ambientais e sanitários oferecidos pelos rejeitos; como e onde serão armazenados os novos rejeitos oriundos da atividade de mineração.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo – Marília Campos.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 25/11/2015

Às 16h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Isauro Calais, Glaycon Franco e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Isauro Calais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Glaycon Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.538/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada visita ao Hospital Ana Nery e à Associação dos Cegos de Juiz de Fora, para verificar a situação dos idosos abandonados pelas famílias em unidades de saúde no Estado;

nº 4.539/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o problema dos idosos abandonados pelas famílias em unidades de saúde do Estado;

nº 4.540/2015, dos deputados Isauro Calais e Glaycon Franco, em que solicitam seja realizada audiência pública para debater as possíveis medidas para fomentar a implementação de conselhos do idoso em todos os municípios do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2015.

Isauro Calais, presidente – Geisa Teixeira – Glaycon Franco.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 15/12/2015

O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada, senhoras deputadas, senhores deputados, o que me traz hoje à tribuna da Assembleia Legislativa é o dever como deputado, em especial como deputado da oposição, de fazer um balanço do que estão sendo os primeiros 365 dias do governo do Sr. Fernando Pimentel, do PT. O grande desafio desse pronunciamento será conseguir fazê-lo em 15 minutos, que é o tempo que nós, oradores, temos na tribuna, neste momento da reunião ordinária.

São muitos os assuntos que precisam ser tratados e lembrados no balanço deste primeiro ano do governo do PT em Minas Gerais. Liste-os e vou discorrer um pouco a respeito de cada um deles. Falaremos sobre a reforma administrativa do governo do PT, que inchou a máquina pública, mesmo dizendo que encontrou o Estado com déficit orçamentário. Em vez de enxugar a máquina para gastar mais com o cidadão, inchou a máquina para abrigar a companheirada, aumentou o número de secretarias, elevou o salário de subsecretários para que estes pudessem ganhar mais do que ganham secretários de Estado.



Depois da reforma administrativa, houve a lei do confisco, lei que deu, com voto contrário da oposição, autorização ao governo para confiscar o dinheiro de cidadãos. Há discussões na Justiça e dinheiro depositado em juízo.

O Estado meteu a mão em mais de R\$4.000.000.000,00 de cidadãos mineiros, através dessa lei do confisco aprovada na Assembleia Legislativa, com o voto contrário da oposição, é bom que fique claro.

Aumento de impostos. O senhor governador Fernando Pimentel indo na contramão daquilo que propôs enquanto candidato ao governo. Em vez de reduzir, aumentou impostos de mais de 150 produtos no Estado. Boa parte deles com uma canetada só, sem que fosse encaminhado à Assembleia projeto de lei para que pudéssemos discutir o assunto. Aumentou o ICMS cobrado sobre a energia elétrica de estabelecimentos comerciais, passando de 18% para 25%. Mostrou-se completamente insensível frente ao momento que vivemos no País, frente ao momento que vivemos no Estado, de arrocho, de aperto. Necessidade teria o senhor governador Fernando Pimentel de reduzir impostos, incentivar os empresários, as empresas e as indústrias a aumentarem a produção para gerarem mais empregos e, conseqüentemente, mais renda, para trazerem mais benefícios aos mineiros.

Atraso de salário dos funcionários. Este mês de dezembro já foi pago o salário dos funcionários públicos do Estado com atraso de 48 horas. Para os que não perceberam, o acerto do pagamento dos salários dos servidores públicos estaduais foi uma conquista que eles tiveram durante os 12 anos de governo do PSDB, porque antes de o PSDB assumir o governo, em 2003, eles recebiam de maneira escalonada, com chamadas ao longo do mês. Quando assumimos o governo com o ex-governador Aécio Neves, estabelecemos que o salário seria pago no quinto dia útil do mês subsequente, e assim foi por 12 anos, independentemente de estarmos vivendo tempos de bonança financeira e orçamentária ou não. Chegamos a outubro de 2015, menos de um ano depois de o governador Fernando Pimentel assumir o governo, e já temos um atraso de 48 horas no pagamento do salário dos funcionários públicos. O salário teria de ter sido pago na segunda-feira e só foi pago na quarta, sob o argumento de que segunda e terça eram feriados. Esqueceram-se de que não há funcionário público bobo no Estado, de que a informação corre aos quatro cantos, com muita celeridade, e de que o feriado dito por eles ou utilizado por eles como justificção para o pagamento ter sido feito na quarta só valia para Belo Horizonte e região metropolitana. Pagaram o salário apenas na quarta-feira.

Falas de secretários ao longo deste ano de que corremos o risco de ter o salário dos servidores públicos escalonados pelos próximos meses, de que corremos o risco de não ter o pagamento do 13º salário pago integralmente no mês de dezembro, como ocorreu ao longo dos últimos 12 anos. Isso também foi algo que o senhor governador Fernando Pimentel ajudou a desconstruir, ajudou não, desconstruiu em Minas, além da segurança dos servidores públicos, que recebiam até o 5º dia útil do mês subsequente, a segurança dos servidores públicos de que receberiam seu 13º salário integralmente até meados de dezembro. Pouco ou nenhum investimento no Estado.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* – Deputado Gustavo Valadares, quero apenas ajudá-lo a lembrar que havia R\$1.190.000.000,00 à disposição do Estado no Banco do Brasil para financiar a construção de mais de sessenta rodovias. O governador Pimentel dispensou esse dinheiro no dia 7 de janeiro e agora não consegue pegá-lo mais. As rodovias estão paradas, muitos serviços foram paralisados, prejudicando o que já foi executado.

No governo Aécio, o pessoal da educação teve dificuldade para legalizar sua situação no Estado, e foi criada a Lei nº 100, aprovada por esta Casa, inclusive com os votos favoráveis do PT. Na ocasião, eu estava chegando aqui como deputado. Depois, para prejudicar o Aécio, a discussão cresceu. Podemos pensar seriamente que, a partir de 31 de dezembro, se bobear, 40 mil pessoas que trabalharam, suaram, desenvolveram e lutaram por este estado, cuidaram de nossas crianças, limparam banheiros, fizeram merenda escolar, foram para as salas de aula muitas vezes doentes correrão o risco de perder o seu emprego. Esse é um grande problema que está vindo pela frente. Esperamos que o governador ainda ache uma saída e tenha sensibilidade, pense com o coração, porque há formas de ajudar as pessoas atingidas pela Lei nº 100. Estaremos aqui para apoiá-las.



O deputado Gustavo Valadares* – Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Senhoras e senhores, continuamos a falar do balanço do governo Pimentel em Minas. Pouco ou nenhum investimento foi feito nas principais áreas. Deputados e deputadas, pasmem: enquanto o governo do PSDB e dos partidos aliados gastou R\$60.000.000,00 na construção de hospitais regionais de janeiro a novembro de 2014 – o ex-secretário da Saúde está aqui e pode confirmar essa informação –, o governo do PT gastou R\$34.000.000,00 no mesmo período este ano. Foram R\$60.000.000,00 de janeiro a novembro do ano passado e R\$34.000.000,00 neste ano!

Nós, mineiros e brasileiros, estamos preocupados com mais um surto da dengue, agora com o risco maior do zica vírus. Gastamos no ano passado R\$52.000.000,00 de janeiro a novembro com o programa de combate à dengue em Minas. No mesmo período, o governo do PT gastou R\$9.000.000,00.

A educação sempre foi tida como bandeira do Partido dos Trabalhadores. Nós, do PSDB, gastamos R\$35.000.000,00 com o desenvolvimento do ensino profissional em 2014, sendo que o Pimentel e o seu Partido dos Trabalhadores gastaram R\$860.000,00. Repetindo, no ano passado, foram investidos R\$35.000.000,00 no desenvolvimento do ensino profissional no Estado de Minas Gerais; e, neste ano de 2015, gastaram R\$860.000,00, sob a administração do PT. Os investimentos no apoio à educação municipal, aquilo que faz com os prefeitos e as prefeitas venham a Belo Horizonte constantemente, caíram 85%, comparando-se janeiro a novembro de 2014 a janeiro a novembro de 2015.

Esse é mais um retrato do que é o governo do PT em Minas Gerais. Mas Minas não ficou de fora das principais capas de revistas nacionais durante este ano, deputado Mourão. Minas não se furtou a ser capa, manchete nas principais revistas, a ser comentada no Brasil como um todo. Antigamente, deputado Carlos Pimenta, Minas era comentada pelo choque de gestão, pela boa gestão, pela gestão moderna, que gastava menos com a máquina pública para gastar mais com o cidadão. O que traz e o que trouxe Minas às capas das revistas e dos jornais nacionais neste ano foram atos de corrupção do senhor governador, dos seus principais aliados e secretários. Temos aqui: Revista *Época* de junho de 2015, revista *Veja* de junho de 2015, revista *IstoÉ* de junho de 2015, revista *IstoÉ* de julho de 2015, revista *Veja* de julho de 2015, revista *Época* de agosto de 2015, revista *Época* de agosto de 2015, revista *IstoÉ* de setembro de 2015, outra *IstoÉ*, de outubro de 2015, outra *Veja*, de outubro de 2015, outra *Época*, de outubro de 2015. (– Exibe exemplares de revistas.) Minas esteve nas principais manchetes dos jornais, nas principais manchetes das principais revistas de circulação nacional durante este ano de 2015. Ninguém, nenhum de nós pode negar. Esteve, mas com notícias que muito nos envergonham, que têm como principal sujeito, ator, o nosso governador do Estado, envolvido em diversos escândalos de corrupção. Quem diz não sou eu, são as três principais revistas de circulação nacional. Isso sem contar jornais de grande circulação, como a *Folha de S.Paulo*, *O Globo*, *o Estadão*. Esse foi o balanço do governo Pimentel neste ano de 2015.

Para concluir, presidente, gastaram menos com o cidadão e mais com a companheirada. São dezenas de revistas estampando na capa o senhor governador e seus aliados por causa de corrupção. Tivemos também a lei do confisco, que tirou dinheiro do cidadão de bem para tapar buraco do incompetente governo do PT.

Concluindo, houve atraso de salário de funcionários, pouco ou quase nenhum investimento em saúde, segurança, educação e infraestrutura.

Espero, para concluir, Sr. Presidente, como todos os mineiros esperam, que 2016 seja um ano muito diferente para nós, mineiros, do que foi 2015. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Léo Portela* – Obrigado, Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, estou aqui, novamente, no Plenário da egrégia Casa de Leis, Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para trazer à discussão um assunto importante que tem assombrado as famílias brasileiras: a ideologia de gênero.

Hoje é um dia emblemático para toda Minas Gerais. A capital dos mineiros está discutindo, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, a inserção da ideologia de gênero no plano municipal de educação. Veja bem, meu senhor, minha senhora, que nos



acompanha de casa pela TV Assembleia, o que querem fazer com sua família: eles querem trazer para as escolas uma ideologia que prega que menino não nasce menino e menina não nasce menina. Veja bem o absurdo que querem implementar na sociedade brasileira e mineira, mas não permitiremos isso de maneira alguma. A ideologia de gênero traz para os alunos da rede municipal, especificamente de Belo Horizonte, brincadeiras, sugestões, jogos lúdicos, que incentivam jovens e crianças a experimentarem os diversos papéis sexuais antes de escolher o papel que efetivamente querem exercer na sociedade.

Deputado Leandro Genaro, isso é um absurdo e sei que V. Exa. também não concorda com essa questão e não permitirá, não será uma voz sem atividade, ou seja, vai posicionar-se contrariamente a esse absurdo que se levanta contra a sociedade mineira. Querem dizer: menino, menina, vocês podem exercer o papel que quiserem livremente. Você só é menina hoje, porque a sociedade a obrigou a ser menina. Você só é menina hoje, porque a sociedade disse que você tem de ser menina, porque sua família a obrigou a ser menina, porque na verdade você não nasceu menina, você nasceu ambígua, você ainda não sabe o que quer.

Veja que absurdo, deputado Bonifácio Mourão, V. Exa. que está na Casa há diversos mandatos e é um homem de família, é um homem que defende valores cristãos, é um homem que defende a moral, que defende os bons costumes, é um homem de índole irretocável. Tenho certeza de que V. Exa. não permitirá que Valadares e região adotem esse tipo de comportamento nas escolas, pratiquem esse tipo de ensinamento nas escolas. Vimos a bancada evangélica na Câmara Federal se levantar contra o infame *kit gay*, que trazia na literatura a história de uma princesa que foi prometida a um príncipe. De repente, quando essa princesa foi fazer seu vestido de casamento, conheceu uma costureira e se apaixonou por ela. Eles queriam colocar essa história no *kit gay* para que as crianças do Brasil se familiarizassem com essa realidade nefasta, que destrói futuros, destrói famílias, impõe um paradigma civilizacional bizarro no País. Querem implementar isso em Minas Gerais. Querem implementar isso em Belo Horizonte.

Hoje Belo Horizonte está discutindo essa realidade. Tenho certeza de que existem homens de valor na câmara municipal e não permitirão que nossas crianças sejam suggestionadas por essa ideologia nefasta que, inclusive, esteve nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Quero apartear-lo, porque V. Exa. está abordando um tema que, a meu ver, todos nós deveríamos abordar. Conforme V. Exa. registrou bem, não podemos cruzar os braços mediante uma situação como essa. Estamos investidos em mandato pelo povo de Minas Gerais, que confiou em nossas ações. Não podemos admitir, conforme V. Exa. esclareceu bem, em hipótese alguma, que se leve para as escolas um ensinamento desse, que é uma intromissão totalmente indevida na família mineira, quiçá na família brasileira. Somos deputados em Minas Gerais. Não podemos admitir isso. Conforme V. Exa. sabe, nossa Bíblia, nosso livro maior, mostra muito bem todos os princípios familiares a partir do “crescei e multiplicai-vos”.

Ao se incentivar um procedimento desse, com certeza não se está incentivando a multiplicação das famílias e não se está incentivando o princípio basilar da família. A família começa com o homem e a mulher, mas a mulher no sentido bíblico da expressão. A mulher, desde os tempos de Adão e Eva – todos acreditamos e cremos no Velho Testamento –, exatamente conforme V. Exa. está falando, não pode. É um desrespeito, é absoluta falta de respeito com todos os princípios cristãos um ensinamento dessa natureza, é agressivo. Nós, deputados, não só temos o direito, deputado Léo Portela, mas o dever de reagir porque somos investidos de mandato para reagir a atentados contra a família mineira, e esse é um dos mais fortes e agressivos deles. Muito obrigado.

O deputado Léo Portela* – Obrigado, deputado Bonifácio Mourão. V. Exa., sempre com consciência, com sabedoria, como uma voz que não clama no deserto, mas uma voz que clama em meio a essa multidão de ideias aqui na Assembleia Legislativa, faz a diferença. Parabéns, deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Leandro Genaro (em aparte)* – Deputado Léo Portela, quero parabenizar V. Exa. por, mais uma vez, abordar esse tema tão importante. Infelizmente, é triste nos depararmos com um cenário como esse e com essa possibilidade da introdução da ideologia de gênero nas escolas. Na verdade, é um plano muito bem arquitetado para alcançar as crianças na www.almg.gov.br Página 32 de 90

mais tenra idade, incutir em suas mentes exatamente o que V. Exa. estava comentando agora há pouco: que ela é menina porque a sociedade impôs a ela isso, ou que ele é menino porque o pai ou a mãe disseram a ele, porque colocaram uma roupa azul nele e lhe deram um carrinho e uma bola de futebol. Ele não teve escolha, não teve opção. Ideologia de gênero, já disse e vou repetir com as mesmas palavras e nos mesmos termos: é uma praga, um lixo que tem de ser combatido.

Como disse bem o deputado Bonifácio Mourão, não temos escolha diante de um assunto como esse. Temos de nos manifestar e deixar claro que estamos aqui para defender a família. Creio na família, acreditamos na família homem, mulher e sua prole. É interessante porque dizem os que defendem a ideologia de gênero que eles são progressistas, como se fôssemos os que trazem o retrocesso. Eles trazem o progresso, e trazemos ou promovemos o retrocesso.

Sei que estamos falando várias vezes desse tema. Quero reforçar a nossa posição. Hoje eu e V. Exa. acompanharemos pessoalmente a votação na Câmara Municipal de Belo Horizonte e deixaremos nossa posição contrária a essa famigerada ideologia. Muito obrigado.

O deputado Léo Portela* – Muito obrigado, deputado Leandro Genaro. V. Exa., sempre com coragem e audácia, enfrenta esse tema tão importante para nossa sociedade.

A ideologia de gênero liquefaz valores tão caros à sociedade brasileira, liquefaz, relativiza valores para nossa sociedade e cria uma geração de jovens que não sabem o que são, o que querem, de onde vieram e para onde vão. Não permitiremos nada nesse sentido. Na Assembleia Legislativa, estamos mobilizados para que, no Plano Estadual de Educação, a ideologia de gênero não seja apresentada. Conversamos diversas vezes com o deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Educação, que se mostrou sensível ao pleito das famílias mineiras. Não queremos ideologia de gênero em Minas Gerais. Igualmente, conversei com o governador Fernando Pimentel por diversas vezes. O governador, todos bem sabem, é um homem de valores cristãos, é filho de pastor, cresceu em lar evangélico e não se conforma com essa realidade, não se conforma com uma realidade que busque simplesmente destruir o futuro de nossa juventude, destruir as famílias, destruir as crianças brasileiras.

Não permitiremos isso em Minas Gerais. Quero conclamar os pais de família: você, pai de família; você, mãe de família, que nos acompanham pela TV Assembleia. Agora, às 16 horas, ainda temos tempo de chegar juntos à Câmara Municipal de Belo Horizonte e levantar uma voz de indignação e não permitir que ali pessoas que ainda levantam essa bandeira nefasta vençam e consigam impor a ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação em Minas Gerais. Eles já perderam em todos os níveis. Eles já perderam no Plano Nacional de Educação, que rechaçou essa ideia, de maneira democrática, obedecendo o devido processo legislativo, por meio de discussões democráticas com o contraditório. Nós rejeitamos, em nível federal, o Plano Nacional de Educação com ideologia de gênero. Então, eles, inconformados, procuraram o Conselho Nacional de Educação, que emitiu resoluções que interferiram nos planos municipais de educação, ao arrepio da lei e na inobservância do devido processo legislativo, que aprovou a retirada total da ideologia de gênero do Plano Nacional de Educação.

Então, em Belo Horizonte, nós não permitiremos. Em Minas Gerais, não permitiremos. Eu conclamo todos vocês que nos acompanham de casa que se dirijam à Câmara Municipal de Belo Horizonte, agora, às 16 horas, para enfrentar essa batalha pelo futuro das crianças, pelo futuro das famílias, pelo futuro de Minas Gerais, pelo futuro do Brasil.

Tenho certeza, deputado Felipe Attiê, de que V. Exa., um homem de família, um homem que defende valores cristãos, que é uma voz ativa em Uberlândia, não vai permitir que Uberlândia tenha esse tipo de comportamento nas escolas, tenha esse tipo de comportamento no Plano Municipal de Educação. V. Exa não permitirá também que aquelas cidades tão importantes do Triângulo Mineiro tenham esse tipo de comportamento imposto, incutido na mente das nossas crianças.

Mais uma vez, conclamo: esteja conosco, na Câmara Municipal de Belo Horizonte, às 16 horas, para enfrentar essa grande batalha. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Muito obrigado. Sr. Presidente, senhores deputados, companheiros da galeria que nos visitam hoje, telespectadores da TV Assembleia, cuja criação conseguimos há 20 anos. Muito obrigado, deputado Felipe.

Vou contar para os senhores e para as senhoras: o governo no Brasil continua escabroso, continua assustador. O que acontece em Brasília estamos vendo hoje: helicóptero ali, helicóptero aqui. Então, vou voltar a dizer: precisamos ter uma eleição geral neste país. O Brasil não aguenta mais. O brasileiro não aguenta mais o modelo que está aí, o modelo de emendas dos parlamentares na Câmara Federal da melhor forma! E todo mundo gosta de levar uma vantagzinha!

Senhores, senhoras, telespectadores da TV Assembleia, população em geral, no Denatran mais uma vez deve ter rolado uma bola lá dentro, um dinheirinho, um presente e está colocando mais uma resolução que vai prejudicar a população brasileira. Não falo que só a população mineira, mas a população brasileira será roubada mais uma vez. Por que mais uma vez? Há meses, tivemos o roubo dos *kits* para primeiros socorros, que seriam obrigatórios em todos os veículos. O brasileiro bem-intencionado o colocou no seu carro, e três meses depois as empresas estocaram, três meses depois proibiram: não era preciso mais usar o *kit* de primeiros socorros. O tempo passou, e fizeram mais uma barganha, negociata, porque alguém levou dinheiro para dentro do Denatran.

Vou pedir para quem está me ligando agora no celular que ligue a TV Assembleia e me acompanhe na tribuna fazendo o pronunciamento. A pessoa não acompanha a TV Assembleia, fica só cobrando; ou deve estar querendo que eu fale também do extintor de incêndio.

O extintor de incêndio foi outra barganha. Foi dado um dinheiro, fizeram uma resolução, as empresas estocaram, todos correram atrás de um extintor de incêndio, porque mandaram colocar nos carros, e 30 dias depois outra resolução estabeleceu que ele não era mais necessário. E o coitado do povo? E o empresário que comprou? O povo é bobo neste Brasil; é bem-intencionado e comprou o extintor de incêndio. O empresário investiu no extintor de incêndio, que hoje está encalhado. Precisamos fazer uma ação coletiva, porque isso é um absurdo, é abusar da boa-fé do povo brasileiro.

Agora lhes conto: a partir do dia 1º de janeiro, uma nova resolução do Denatran obrigará as autoescolas a ter um simulador de direção, onde o aluno deverá ter aulas antes de ir para as ruas nos carros. Uma coisa que no mundo inteiro nunca foi exigida e no mundo inteiro nunca deu certo. Simulador de direção faz parte dos fliperamas, e agora será preciso ter nas autoescolas. Resolução do Denatran. E, se não denunciarmos isso na Câmara Federal, se o deputado federal não tomar providências, eles vão fazer a mesma coisa. Eles vão obrigar a autoescola a exigir 15 dias de aulas no simulador.

Agora vem o pior, deputadas e deputados, e atenção telespectadores da TV Assembleia, atenção vocês do Congresso. Enquanto estão preocupados só com a Dilma, com o Eduardo Cunha, o pessoal, por baixo, está metendo o dinheiro no bolso. Somente uma empresa está apta a colocar esses equipamentos nas autoescolas, uma firma espanhola, que já está fazendo contato com as autoescolas do Brasil inteiro para instalar o simulador. O pior: eles sabem perfeitamente que o simulador não deu certo em lugar nenhum do mundo e não vai dar certo aqui, mas o que eles fizeram? Aí vem, no popular, a sacanagem com o povo brasileiro e os donos de autoescolas: não querem vender o simulador, mas os donos de autoescolas devem pagar o aluguel, ou seja, dizem que estão ajudando.

Então, o grupo espanhol, com uma empresa brasileira que é “assim” no Denatran, disse que pode colocar a quantidade necessária desde já: a partir do dia 1º de janeiro vão começar a colocar o equipamento nas autoescolas. Mas sabem o que vai acontecer? O contrato que a autoescola é obrigada a assinar, senhores e senhoras, prevê uma multa pesada e só pode ser rescindido depois de cinco anos, salvo engano. Então, o dono de autoescola, que cobra R\$37,00 por aula, vai alugar – não comprar – o equipamento dessa empresa espanhola a R\$17,90. Mas amanhã, quando eles descobrirem que isso, que não deu certo em lugar nenhum do mundo, também não deu certo aqui e resolverem voltar atrás, o dono da autoescola vai ter de pagar uma multa de R\$40.000,00.

Antes que isso aconteça, deputados estaduais e federais, temos de agir. Não podemos deixar isso acontecer. E já querem implantar isso a partir do dia 1º de janeiro, sendo que sabemos muito bem que nessa data as autoescolas de Minas



Gerais ainda não terão esse equipamento, não conseguirão iniciar os seus alunos e, portanto, vão fechar as suas portas, desempregando pessoas e entregando a loja que era alugada. Mas o sindicato está favorável! Agora, entraram na justiça, e aqui fica o apelo ao Denatran para que prorrogue, analise, veja se realmente há fundamento nisso. Deputados, estão metendo a mão de novo no bolso do povo brasileiro! Quem vai tirar sua carteira tem de passar por um simulador desses. Um equipamento que custa caro! Atenção, Guilherme, filho do Dario: de cima desta tribuna, estou falando que você também tem de fazer um trabalho com os seus colegas motoboys e motoristas. O Guilherme poderá me dizer que já tem carteira, mas se esquecendo de que, no futuro, seu filho e sua filha vão precisar tirar a deles. Não podemos deixar isso acontecer! Nessa brincadeira, com uma resolução dessa, estarão levando dinheiro a partir do dia 1º, quando as autoescolas serão obrigadas a usar o equipamento. Precisamos ampliar o prazo para as autoescolas se adaptarem; é preciso que as empresas brasileiras que têm esse equipamento também entrem no mercado. Não podemos é deixar que o pessoal lá da Espanha venha para cá e assine esse contrato com o coitado do dono da autoescola, que já está em situação difícil hoje e que vai repassar o valor para o aluno, que vai ficar prejudicado. Não podemos aceitar isso; não podemos aceitar que uma multinacional, um cara lá do outro lado do mundo venha para cá. Temos essa tecnologia no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte. O que acontece é que aqui não conseguem homologar; quem consegue homologar deve ter alguma coisa naquele Denatran.

Então, quero mandar um recado. Vou sugerir ao pessoal da defesa do consumidor e ao pessoal do transporte que convide para vir a esta Casa o Sr. Danilo Cândido, coordenador-geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito. Olhe que bacana, deputado Carlos Pimenta.

O moço é coordenador-geral de Qualificação do Fator Humano no Trânsito e será chamado para vir a esta Casa para falar por que está assinando uma resolução dessas, se em nenhum lugar do mundo isso existe. Ora, você consegue usar uma maquininha dessas no fliperama, nessas casas de diversão. Agora, o Brasil vai exigir que você se sente em um simulador desses e fique lá igual a um otário durante 15 horas, pagando R\$37,00. Vai ser a sacanagem do extintor de incêndio, vai ser a sacanagem do *kit* de primeiros socorros. Ora, este Brasil tem de mudar.

O deputado Carlos Pimenta (em aparte)* – Queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento porque, na verdade, o que o senhor está falando aí é o que está acontecendo, é o retrato do Brasil. Sempre estamos nos deparando com portarias dessa natureza no departamento de trânsito, para lesar o motorista, lesar quem tem carro, quem tem carteira de motorista. É uma coisa absurda. Agora vem essa exigência do simulador. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Daqui a uns dias vão falar assim: “Não precisa mais, não”, como sempre falaram da caixa de primeiros socorros e do extintor de incêndio. Quantas vezes fui multado por não estar nem aí para extintor. Ficamos com o carro um ano, o prazo vence, aí vem a polícia: “Seu prazo venceu ontem”. E ferro em você, multa em você. E, agora, a gente não precisa dele mais.

Você se lembra das tomadas? Tenho tomada de tudo quanto é tipo lá em casa: de três pinos, de dois pinos, aquela que encaixa, aquela que sai para fora. É isso que acontece, e o povo fica aí boquiaberto, pasmo, sem saber o que está acontecendo. Como o senhor disse – vou usar as suas palavras –, é a sacanagem que estão fazendo com o povo brasileiro. Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Então, quero só explicar que não podemos deixar isso acontecer. Das empresas que estão aí, que têm jeito e condição de instalá-los, só uma tem os equipamentos. A empresa é espanhola. Ela cobra o aluguel, deputado Felipe Attiê, das autoescolas. Mas o problema não é o aluguel de R\$20,00 por aula, o problema não é o *software*. O problema é que, se a autoescola assinar hoje o contrato, haverá uma multa de R\$40.000,00 – que é o preço do equipamento – se for perdido daqui a um mês, daqui a um ano. Então, eles fazem isso aqui, agora. O pessoal vai chiar. “Ah, mas já está aí”. Quantos contratos assinados nas autoescolas? Foram tantos, uns 100, 200, 500, 1.000, 100.000 contratos? Está bom, está assinado. Agora podem fazer a resolução, não obrigando mais a instalação do equipamento. Resultado: o cara vai ter de pagar. O dono da autoescola, o coitadinho vai ter de pagar.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero lembrar mais uma vez que, para isso parar de acontecer no serviço público, temos de ter uma eleição geral neste Brasil, temos de colocar os nossos cargos à disposição, e o meu está à disposição. Vamos



colocar. Não adianta ficar de braços cruzados. Temos de nos levantar, arregaçar a manga e pegar no pesado. Todos nós vamos colocar o braço, vamos colocar esse pedido em um só: eleição geral neste Brasil, acabar com as emendas. Não adianta ficar só assentado. Temos de acabar com essas emendas políticas. Deputado é eleito para legislar e para fiscalizar. Os deputados, senhores e senhoras, são eleitos.

Para concluir também, Sr. Presidente. Deputado é para legislar e para fiscalizar. Deputado não pode ser para esperar emenda, para levar emenda para cidade. Temos de ter na saúde o dinheiro para cada município, temos de ter na educação o dinheiro para cada município, temos de ter na segurança pública o dinheiro para cada município e vamos estar aqui legislando e fiscalizando.

Diga não a mais essa resolução do governo Dilma, do Denatran. Quero lembrar...

Para concluir, Sr. Presidente. Vai dar direita.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, participantes das galerias, antes de iniciar meu pronunciamento, concedo aparte ao deputado Duarte Bechir, para que dê o seu recado rapidamente, por favor.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) – Agradeço a V. Exa. e serei rápido. Sr. Presidente, deputado Lafayette de Andrada, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, agora, às 15h30min, na reunião ordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovaremos o relatório da nossa visita ao secretário de Educação. Esse relatório contém assuntos de interesse das nossas Apaes. Também apresentaremos os jovens que são deficientes e servirão à Assembleia nos gabinetes. Alguns já estão trabalhando, mas a apresentação oficial se dará através da nossa comissão hoje, às 15h30min. É um convite especial que faço aos demais membros desta Casa pela relevância e o momento que estamos vivenciando nas Apaes, com o apoio à pessoa com deficiência.

Deputado Antônio Carlos Arantes, muito obrigado pela oportunidade.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Obrigado, deputado Duarte Bechir. Estaremos também nessa importante ação promovida por V. Exa.

Venho a esta tribuna falar rapidamente, nestes 15 minutos, da nossa visão, do nosso sentimento durante o ano do governo Pimentel. Agora estamos na oposição, uma oposição construtiva, que defendeu projetos que achávamos que eram bons para o povo. Também votamos contrariamente a todos os projetos que achávamos que prejudicavam o povo, principalmente o do ICMS da energia. E há também a nossa resolução para derrubar o decreto que amplia os impostos em mais de 50% de mais de 150 produtos, entre eles medicamentos, material escolar, material de construção, materiais para o setor agropecuário. São 150 produtos básicos que todo cidadão mineiro usa e nos quais será penalizado.

Para mim o aumento de energia elétrica foi uma facada nas costas do produtor, do trabalhador, de quem produz. E o aumento do ICMS desses 150 produtos é uma baita errada de ação do governo Pimentel, está na contramão. E quem anda na contramão, ou atropela ou será atropelado. O caos é grande. E podem ter certeza, estão atropelando o povo mineiro, que já está asfiziado, já está sem gás com tantos impostos. É um dinheiro que o Estado arrecada muito, que o governo federal arrecada muito. Gasta-se mal, é uma máquina de moer dinheiro, de gastar mal o dinheiro público. Tanto é que nunca houve tantos escândalos neste país como no governo do PT.

Então o governo Pimentel errou, e o povo pagará caro. Agora, em 1º de janeiro, quando a dona de casa for comprar o material escolar para seu filho, que começa as aulas em fevereiro, cairá de costas. E pode creditar na conta do PT e dos deputados que votaram favoravelmente ao aumento da energia e que apoiaram o governador, que teve a audácia de fazer um café da manhã com os deputados para agradecê-lhes por votarem e apoiarem o aumento de impostos para o povo mineiro. Um absurdo. Aliás, agora eu e os deputados Gustavo Valadares, Antônio Jorge e Carlos Pimenta recebemos comissão de uma associação de pessoas que têm diabetes. É um pessoal ligado a essa associação de portadores da doença diabetes. Segundo



eles, em Minas são mais de 1.500.000 pessoas que têm diabetes e usam medicamento. Grande parte usava, porque já não há esse medicamento.

A população mineira está desprovida, está sem acesso aos medicamentos para diabetes. A que ponto chegou o governo do PT! A ponto de cortar medicamentos do povo carente. A que ponto chegou o cidadão mineiro! A humilhação pela qual ele tem passado! São pessoas carentes, sofridas. Pode-se pensar que não é tão caro, que a pessoa consegue de outras formas. Mas não é tão simples assim. É caro, sim. Quando as pessoas não os usam, as consequências são muito maiores, e o custo para o Estado será também maior, porque haverá internações, os pacientes vão ter complicações, muitas complicações. Se a pessoa com diabetes não usa o medicamento, terá sérios problemas de saúde. E isso é real.

Há as farmácias que fazem parte de um programa fantástico criado no governo de Aécio e mantido por Anastasia. Só na minha região conseguimos viabilizar mais de 70 farmácias básicas, com mais de 120 medicamentos gratuitos. Vão lá para vocês verem como está hoje. Estão jogadas às moscas na maioria das cidades, porque os prefeitos estão sem dinheiro, apertados, no vermelho. A maior parte não tem dinheiro para pagar o 13º salário do seu funcionalismo nem para comprar os medicamentos para abastecer essas farmácias. Esse dinheiro teria de ser repassado mensalmente pelo Estado. Isso é grave. Então o governo Pimentel precisa cobrar ação. Até fico sem entender, porque temos um secretário, que é uma pessoa séria, respeitada, cujas atitudes tenho respeitado muito. Mas ele precisa vir a público e mostrar o que está acontecendo, por que estão faltando medicamentos não só para diabetes, mas também para pressão alta. Estão faltando muitos tipos de medicamentos. Hoje recebemos aqui pessoas portadoras de diabetes, que mostraram a grande preocupação que têm.

Há outra coisa sobre a qual queria falar e a qual sempre discuti, sempre mostrei e cobrei não só neste governo, mas também no governo passado. Vimos que houve evoluções no governo passado. Achávamos que agora poderia evoluir mais, porque estavam evoluindo as melhorias, os investimentos em segurança. Estava havendo mais segurança na minha região. Mas eu cobrava, porque precisava mais, achava que ainda era pouco. Gente, perdeu-se o controle. Hoje, quem mora no campo em nossa região Sul e no Sudoeste de Minas, deputado Mourão, pode saber que a qualquer momento vai ter uma surpresa. Vão chegar dois ou três bandidos, vão meter o pé na porta, vão entrar em sua casa e, muitas vezes, vão assassiná-lo, como aconteceu em Passos e Alpinópolis. O pior é que mataram um casal.

Nestes 90 dias, praticamente não houve um dia sem um problema na região. Aliás, um problema, não, há vários problemas na região todos os dias. Agora é essa modalidade de amarrar o produtor, judiar, bater e ameaçar colocar fogo, como aconteceu com o casal de mais de 80 anos na minha cidade, Jacuí, na zona rural, esta semana. Não estou vendo ação efetiva do governo do Estado. O que estou vendo é diminuição.

Esta semana doaram cerca de 113 viaturas, mas não são suficientes. Mas é preciso consertá-las, dar manutenção. Mais de 40% do orçamento estavam bloqueados, não estavam sendo gastos. A verdade é que houve um gasto menor, mais de 40%, só em custeio. Aí o povo paga a conta. Paga e está pagando muito caro.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Antônio Carlos Arantes, estamos acompanhando com atenção o pronunciamento de V. Exa. É realmente preocupante a situação em que se encontram o produtor e o trabalhador rural. Além de todos os sacrifícios que a classe já enfrenta, com falta de apoio total e absoluta, a dificuldade de permanecer no meio rural é muito grande.

Vejo V. Exa., desde o seu primeiro mandato, batalhar permanentemente pela melhoria da situação do homem do campo. E quase nada se vê acontecer. Apesar de V. Exa. ter batalhado permanentemente, de ter presidido a comissão de agronegócio, de agropecuária, ao longo de muitos anos, parece pregar no deserto. Não vemos os ouvidos do governo federal pelo menos se mostrarem sensíveis a pronunciamento semelhante ao de V. Exa. e de alguns outros que defendem a atividade rural neste país. E agora a questão da insegurança total e absoluta no meio rural. Para que essa insegurança contribui? Contribui para afastar, cada vez mais, o homem do campo.



Já não há posto de saúde próximo a sua casa, já não há escola próxima a sua casa, e agora não há segurança. Há o convite permanente para vir para a cidade, a fim de ficar de braços cruzados, recebendo bolsa-família. O produtor rural dificilmente encontra empregado para ficar ali, trabalhando no dia a dia na produção de leite, na recria e assim por diante, ou seja, na produção dos mais diversos produtos agrícolas. E agora V. Exa. nos mostra essa situação.

É por isso, deputado Antônio Carlos Arantes, que estamos vendo os jornais de hoje mostrarem que a produção rural caiu muito neste ano, cresceu muito pouco; acostumada a aumentar 15%. Para o ano que vem, está previsto menos de 1%. Isso é lamentável. O meio rural é que vem sustentando, praticamente nos ombros, o progresso deste país. O PIB da indústria vem caindo assustadoramente, e o meio rural vem sustentando este país Deus sabe como e com qual força. E agora aconteceu o quê? A falta absoluta de apoio, até na área de segurança pública, conforme V. Exa. está salientando.

Agradeço o aparte e compartilho inteiramente as ideias que V. Exa. expõe nesta tarde, aqui, no Plenário.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Muito obrigado.

Para encerrar, queria manifestar a minha preocupação com os servidores da Lei nº 100. Os servidores da educação são as pessoas que hoje fazem parte da Lei nº 100, mais de 40 mil pessoas daqueles 100 mil que ainda não se aposentaram e estão nas salas de aula ou de licença. E agora, dia 31, parece que dificilmente terão retorno. Isso, para nós, é muito complicado. Temos de cobrar do governo Pimentel atitudes, porque, na época, na mesma situação, o governo Aécio encaminhou a esta Casa um projeto de lei em que todos votaram favoravelmente, inclusive o PT. Depois, o próprio PT desmoralizou a lei, porque deu entrada a uma ação que, em nosso entendimento, teve um direcionamento para prejudicar o senador Aécio Neves. Aí, sim, prejudicou mais de 100 mil pessoas, principalmente essas 40 mil.

Então temos de achar saídas. Esse povo não pode ser jogado, descartado na lata de lixo, como se descarta um bagaço de laranja. Usaram essas pessoas que lutaram por nossas crianças, nas salas de aula, cuidando das crianças, limpando banheiro, limpando cozinha, fazendo merenda escolar, formando cidadãos de bem, e agora eles estão sendo descartados. Somos a favor do pensamento de chegar a um entendimento entre o governo e a Justiça. E nós, deputados, temos de ajudar a achar uma saída, para que essas pessoas tenham tempo para se aposentarem. Aí, sim, seguirá de outra forma, mas essa agora é a melhor forma de atender a essas pessoas.

Encerrando, houve várias reuniões com o empresariado nesta semana. É apavorante, é preocupante a situação do Brasil. Vejo que será uma avalanche de demissões a partir de janeiro. O Brasil caminha para um rumo insustentável. É um país que parece aquela pessoa com obesidade mórbida, que cada vez come mais, come mais. Alguém tem de levar-lhe comida, e ele não dá retorno, porque não tem produtividade e não tem coragem de fazer aquela cirurgia bariátrica, de cortar na carne. Tem de cortar despesas, tem de cortar ministérios, tem de fazer reformas tributárias, políticas, sindicais, econômicas, de forma que o Brasil volte a ser produtivo e desenvolvimentista, para que volte a gerar emprego, volte a gerar esperança e a valorizar o cidadão.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Meu caro Antônio Carlos, essa grande liderança do Sul de Minas, esse grande produtor e defensor da nossa agricultura, que, com muita sapiência, veio aqui falar do problema da Lei nº 100. Não podemos abandonar essas funcionárias, que serviram por anos as pessoas e que foram usadas, na última eleição, como verdadeiros cabos eleitorais do terror e da antipatia ao senador Aécio Neves e ao seu candidato Pimenta da Veiga. Esse pessoal foi muito bem usado, muito bem estimado, instigado, e agora está sendo descartado como um copo de plástico de café usado. Isso não pode acontecer. Estamos nessa cruzada, e o governo precisa dar a mão a essas pessoas, porque é isso que ele deixava transparecer que faria se ganhasse a eleição.

E o pior não é isso. Nosso Ipsemg, em Uberlândia, região do Triângulo e do Alto Paranaíba, está fechado sem atendimento médico, sem convênio com hospital nenhum. Nossos servidores, nossas professoras, nossas serventes, pessoas da educação estão sem lugar para serem atendidas em toda a região de Uberlândia. O antigo Hospital Santa Catarina rompeu o convênio por falta de pagamento. O hospital não tem como suportar os atrasos desses pagamentos. Com isso, o servidor do



Estado ficou sem assistência médica. Servidor que já teve, com o Madrecor, um grande convênio. Passou o primeiro ano, e os servidores da educação ficaram este ano sem convênio médico, sem atendimento médico. Isso é muito ruim. Não estamos vendo nenhuma solução ou resposta do governo do PT para beneficiar esses servidores não só da educação, mas servidores em geral do Estado, todos eles da cidade de Uberlândia, da grande região que o Hospital Santa Catarina, e antes o Madrecor, cobria, para ver como fazer voltar o convênio, cuja falta prejudica demais os funcionários que estão doentes e precisam de atendimento.

São dois problemas sérios. Temos de cobrar providências daqueles que se instalaram no poder, que estão com a caneta nas mãos, que têm o poder de resolver. Resolvam, em favor dos servidores públicos estaduais, essa questão da saúde e essa questão da Lei 100. Muito obrigado.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Encerrando, Sr. Presidente, clamo ao governador Pimentel: vamos reunir governo do Estado e o Legislativo e buscar no Judiciário formas de fazer a extensão, mesmo que não seja da Lei 100, mas uma forma que estenda benefícios.

Nem se trata de estender benefícios, mas de fazer justiça aos cidadãos e a esses professores que são pais de família que nem sempre têm outra oportunidade de trabalho. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Professor Neivaldo* – Obrigado, presidente. Escutamos coisas aqui e acabamos até mudando o que gostaríamos de falar. Gostaria hoje de fazer um balanço do governo Pimentel. Faremos um pouquinho disso, mas começaremos pelo que se falou aqui por último. As coisas têm de ser faladas, mas precisam ser verdadeiras. Não dá para vir à tribuna e jogar um problema, ainda mais com mentiras.

Primeiro, realmente temos problemas de atendimento no Ipsemg de Uberlândia, mas esse problema não é de hoje. O contrato com o Hospital Madrecor já apresentava problemas no final do governo passado. O Madrecor não tinha interesse, mas veio prolongando o atendimento, até mesmo em razão de ações do Ministério Público para que atendesse nossos trabalhadores e trabalhadoras em educação. Não é verdade que o Ipsemg esteja atrasando pagamentos. Isso não é verdade. Deputado que falou aqui por último, isso não é fato. Não há atraso por parte do Ipsemg, não há falta de pagamento por parte do Ipsemg. O que o Ipsemg tem feito? Tem feito o papel dele. Acompanhei o nosso subsecretário, o nosso diretor do Ipsemg, em Uberlândia, de hospital em hospital. Ouviram o hospital, ouviram qual era a demanda. Por que não foi feita a negociação com o Ipsemg, apresentando uma tabela melhorada para os hospitais?

E estamos aguardando a resposta de todos eles. Esta semana, aguardávamos a resposta de todos eles. Fomos no Santa Catarina, no Santa Marta, no UMC e no Madrecor. Apresentamos a proposta e ouvimos as reclamações. O Ipsemg tem, sim, trabalhado para que tenhamos, novamente, o atendimento decente em Uberlândia, porque, de fato, isso é necessário. O Ipsemg conseguiu negociar com o hospital em Araguari, e também está adiantada a negociação com o hospital em Uberaba, mas, realmente, Uberlândia precisa de um hospital, e estamos trabalhando arduamente, todos os dias, para que esse contrato seja fechado o mais rápido possível.

Não é verdade que o Ipsemg esteja atrasando ou deixando de pagar. Realmente encontramos o Ipsemg sucateado, porque o dinheiro do servidor não ia diretamente para o Ipsemg. O dinheiro do servidor ia para o fundo comum do governo. Infelizmente, o governo não usava, como devia, o dinheiro do Ipsemg, o dinheiro do servidor. Agora, no governo Pimentel, isso não acontece mais com o dinheiro do Ipsemg, com o dinheiro do servidor, e, como professor efetivo no Estado, posso dizer isto: o Ipsemg é nosso. Nós é que pagamos esse instituto.

Hoje o dinheiro do servidor que paga seu convênio está indo para as mãos do Ipsemg, para que ele possa trabalhar para o servidor. Estamos atentos, estamos cobrando, estamos indo aos hospitais, estamos ouvindo as reclamações do hospital para melhorar o Ipsemg. Há um agravante: Uberlândia não atende só Uberlândia, é um polo regional. Estamos trabalhando para que tenhamos, no futuro, um hospital regional do Ipsemg na cidade de Uberlândia. Estamos vendo quais as



possibilidades reais para que tenhamos o hospital, inclusive o prefeito Gilmar Machado já ofereceu o terreno para que o Ipsemg possa construir o hospital regional.

A outra questão é a Lei nº 100, que é uma preocupação nossa e do governo Pimentel. Tanto é uma preocupação do governo Pimentel que ele conseguiu uma prorrogação. Aquilo que seria concluído no mês de abril foi estendido até 31 de dezembro, para que, realmente, a Lei nº 100 deixe de ter validade, e isso não é uma ação do PT, não é uma ação do governo Fernando Pimentel; isso é uma ação judiciária. O Supremo Tribunal julgou, disse que a lei é inconstitucional, e o governador Aécio Neves sabia disso, o governador Anastasia sabia disso, e jogou com a galera, jogou com os trabalhadores, numa total falta de respeito. Ele enganou os servidores por sete anos, enganou os trabalhadores e trabalhadoras por sete anos.

Em vez de fazer o que era devido, o que fizeram com o dinheiro do trabalhador? Se eu for explicar aqui por que se criou a Lei nº 100, os meus 15 minutos, infelizmente, não serão suficientes. Por que se criou a Lei nº 100? Em nenhum minuto, em nenhum instante, o governador Aécio Neves pensou no servidor. A Lei nº 100 foi criada para resolver um problema do governo na época, e, numa total falta de responsabilidade, o governador criou a Lei nº 100, que se desenrolou e enganou os trabalhadores por sete anos. Agora, infelizmente, no governo Pimentel, o Supremo Tribunal determinou que a lei não tem validade. E sobra para este governo resolver esse problema, essa situação. Hoje a oposição vem na tribuna cobrar uma satisfação no governo Pimentel.

Eles ocuparam o governo por mais de 12 anos e deveriam resolver o problema previdenciário naquele momento, para não criar essa falácia da Lei nº 100, que prejudica hoje cerca de 40 mil trabalhadores e trabalhadoras. O governo Fernando Pimentel, sim, tem feito e assumido o acordo com os trabalhadores da educação, assinou o plano de carreira, descongelou a carreira e, agora, no mês de dezembro, cumpriu o acordo feito com o Sind-UTE e efetivou 15 mil servidores da educação através de concurso. Esse é o verdadeiro papel do governo, esse é o verdadeiro papel do homem público. Se a Constituição Federal diz que para ser efetivo no Estado é preciso fazer concurso público, então, já que houve concurso, a obrigação é a efetivação. E o governo efetivou este ano 15 mil trabalhadores, mas o compromisso em quatro anos é efetivar 60 mil trabalhadores da educação, com direito a plano de carreira, piso salarial nacional e demais direitos de um efetivo, e não uma situação como essa a que foram submetidos os trabalhadores da Lei nº 100.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Obrigado, deputado Neivaldo. Quero complementar a fala de V. Exa., especialmente no que se refere à Lei nº 100. Houve covardia com os trabalhadores da educação na época. O interesse não era garantir os empregos, e sim fazer uma regularização de certidão para obter recursos, financiamentos. O que mais nos espanta, deputado Professor Neivaldo, é que os trabalhadores da Lei nº 100 nos informaram que, quando foram fazer concurso, receberam carta do governo do Estado dizendo que não precisavam fazê-lo porque seriam efetivados. Eles tiraram desses trabalhadores a oportunidade de ingressar no serviço público, como manda a Constituição, através de concurso.

O que ouço sobre a educação, e aí é querer fazer um recorte, criar um conceito desse passivo da Lei nº 100, criado por eles, como se esta fosse a avaliação sobre a educação no governo Fernando Pimentel... No governo Fernando Pimentel, tivemos a retomada de obras importantes para as escolas, a compra de equipamentos e periféricos para a informática poder funcionar nas escolas, os professores voltaram a se alimentar dentro das escolas, pois nem isso era permitido. Além disso, foram publicadas as aposentadorias de uma gama de profissionais – alguns da Lei nº 100 – que esperavam 4, 5, 6, 10 anos. E também há convocação para os concursados – muitos são profissionais da Lei nº 100. É evidente que o governo ainda não tem a fórmula, mas, como foi feito em abril, está trabalhando na modulação, junto ao Supremo, para que os profissionais não percam seu emprego. Ou seja, o governo ainda busca medidas para contemplar um conjunto de trabalhadores, para que possam continuar no cargo no ano que vem. O desenho ainda não está definido, mas o governo trabalha nessa perspectiva. Queria fazer este aparte abordando a educação.

Há outro assunto, Professor Neivaldo. Convido o povo mineiro, os movimentos sociais para o ato a ser realizado amanhã com o objetivo de enterrar o golpe. Em primeiro lugar, esse golpe, convocado pela elite, pela direita golpista deste país, começou a fracassar no último final de semana. Tentaram fazer uma grande mobilização pelo *impeachment* da Dilma,



mas, na verdade, vimos um grande fracasso. As pessoas não foram, as pessoas não compraram esse produto do golpe vendido especialmente pelo Eduardo Cunha e seus aliados, agora evidentemente apoiado com mais força pelo PSDB. A máscara caiu. O PSDB falava que não defendia o golpe, mas a máscara caiu. Até mesmo o Fernando Henrique, naquela reunião com os governadores, disse que nem todo processo de impedimento de um presidente precisa ser necessariamente jurídico, pode ser político.

Então, quer dizer, é réu confesso. Está nas matérias dos jornais. Aí chama o povo para a rua, para criar clima, para tirar a presidente, e o povo não foi.

Amanhã, os movimentos sociais, o PT, os partidos de esquerda darão a resposta, que será uma grande mobilização em defesa da democracia.

Um outro abalo que o golpe sofreu esta semana foi a operação da Polícia Federal na casa de Eduardo Cunha. E não vejo a oposição se pronunciando. O Aécio Neves sempre gosta de falar sobre o golpe, dar opinião sobre tudo. Agora, como é muito próximo do Cunha, está constrangido, sumiu, caiu no mato, como falamos no interior de Minas. O nome da operação, deputado Professor Neivaldo, é Catilinárias. Veja que interessante. Sabe por que Operação Catilinárias? Foi o nome dado à série de discursos de Cícero contra Lúcio Sérgio Catilina, senador romano que tentou dar um golpe em 70 a.C. Esse é um dos trechos: "Até quando, ó Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo a tua loucura há de zombar de nós? A que extremos se há de precipitar a tua desenfreada audácia? Nem a guarda do Palatino, nem a ronda noturna da cidade, nem os temores do povo, nem a afluência de todos os homens de bem, nem este local tão bem protegido para a reunião do Senado, nem a expressão dos votos dessas pessoas, nada disto conseguiu perturbar-te? Não te dás contas de que os teus planos foram descobertos? Não vês que a tua conspiração a têm já dominada todos estes que a conhecem? Quem, dentre nós, pensas tu que ignora o que fizeste na noite passada e na precedente, onde estiveste, com quem te encontraste, que decisão tomaste? Oh, tempos! Oh, costumes!" Esse é o nome da operação que a Polícia Federal fez na casa de Eduardo Cunha. Parece que foi escrito hoje, não é, deputado Professor Neivaldo? Obrigado pelo aparte.

O deputado Professor Neivaldo* – Então, é isso. Parabênizo o nosso governador Fernando Pimentel pelo trabalho que tem feito por todas as categorias, educação, saúde, segurança, e também pela preocupação em relação à Lei nº 100, que também é da secretaria. Temos também a questão do Ipsemg no Triângulo Mineiro, a que estamos atentos e trabalhando para sanar os problemas.

Realmente, para encerrar, presidente, fazemos um chamamento da classe trabalhadora para os atos de amanhã, dia 16 de dezembro nas ruas deste Brasil. Lá em Uberlândia, às 18 horas, na Praça do Fórum. Aqui também teremos ato na Praça Afonso Arinos, às 16 horas.

Terminamos, também, com este discurso: até quando, Cunha? Até quando vamos ter paciência de ter um ladrão como presidente da Câmara? Não podemos aceitar Cunha como presidente da Câmara. É impossível para o País, para o Brasil ter um presidente como Cunha. Não é nosso, porque não é meu presidente. Temos de dar um basta. Amanhã vamos para a rua contra o golpe, em defesa da democracia, da presidenta que foi eleita democraticamente e que comemorou o seu aniversário no dia de ontem.

Parabéns à presidenta Dilma. Estamos juntos em defesa da democracia. Fica Dilma e sai Cunha!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arlen Santiago* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, fico impressionado, impressionado com algumas coisas. Acho que algumas pessoas têm de ter muita coragem para chamar os outros de ladrões. Realmente, é preciso ter muita coragem. Acredito que uma pessoa só pode ser chamada de ladrão depois que tiver a sentença transitado em julgado.

Agora, em relação ao está acontecendo no País, também estou ficando impressionado. O que vejo é um governo do PT, neoliberal, do partido mais golpista que já houve em todos os tempos deste nosso país. É o partido que queria o *impeachment* do Collor, e conseguiu; queria o *impeachment* do Itamar; queria o *impeachment* do Fernando Henrique. Hoje mede o que a



população quer. Ela está cansada. Não está tendo dinheiro mais para pagar metrô, deputado Felipe Attiê. As professoras de Uberlândia estiveram comigo e estão desesperadas, porque o dinheiro é pago e nada do Ipsemg pagar lá em Uberlândia. É desse jeito.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Queria fazer uma pergunta e uma afirmação. Acho que é ser muito cara de pau, porque o PMDB não apoiou nosso governo. O PMDB apoia o PT, a quem está dando sustentação. Aí mete o cacete no presidente que está apoiando? Quando interessou, apoiou.

Quero fazer uma pergunta. Não sou da base do governo, mas eles estão batendo tanto na Lei nº 100 que gostaria de fazer uma pergunta. Quem sabe V. Exa. possa me informar. Quando o Pimentel foi ao STF, fez um acordo para postergar até 31 de dezembro – não foi acordo, foi empurrar com a barriga até 31 de dezembro – a contratação desses profissionais e assumiu o compromisso de fazer concurso público. Queria perguntar a V. Exa. por que não foi feito concurso público. Quem sabe V. Exa. possa me explicar? Descem a borracha na Lei nº 100, que tinha o propósito de colocar os direitos dessas pessoas com 20, 25 anos de serviço em evidência, mas agora empurram com a barriga, não fazem concurso público e ainda vêm meter o cacete nos que apoiam essa roubalheira do PT. É tudo companheirinho do mesmo saco, do mesmo balaio, mas vêm meter o cacete publicamente. Acho que isso já passou das medidas. Deveriam ter sensibilidade de, pelo menos, dar um voto ou encarar os eleitores. Nossa mãe, tenha paciência!

Queremos dizer que, quando a Lei nº 100 foi votada aqui, todos os deputados votaram e se vangloriaram, dizendo que aquilo iria ser resolvido. Mas agora mentem ao povo. São 40 mil que vão para o sofrimento. Eles terão de contratar 40 mil, mas por que não serão esses mesmos 40 mil? É o PT perseguidor, neoliberal, que bota pedágio para tudo quanto é lado. Para chegar a Sete Lagoas, pedágio; para chegar a Três Marias, pedágio, mas nem estão duplicando.

O Tribunal de Contas da União está cancelando essa sanha arrecadadora do PT. PT, cumpra seus compromissos. Hoje parece que as baterias estão contra o PMDB. Parece que estão querendo desviar a atenção dos malfeitos do PT indo para o PMDB. Estamos vendo esse filme aqui também. O governo do PT está querendo desmoralizar um grande homem, um homem sério, uma reserva deste estado, nosso presidente Adalclever Lopes. Ele assume compromissos, mas o governo do PT não cumpre nada. Deputado Adalclever Lopes, estamos solidários com você. Esse governo que fala que vai fazer isso, vai fazer aquilo, deu um aumentozinho, um abono de R\$190,00, mas não dá R\$2.400.000,00 para os professores e tirou o 14º salário. Esse 14º salário são dois mil e tanto. Quer dizer, deu com um mão, mas tirou com a outra, e está todo mundo calado, porque movimentação boa...

Quando o PT traz a turma que recebe...

Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, queremos agradecer ao deputado Gilberto Abramo pela deferência ao nosso pedido e ao acordo de lideranças, que abre mão do seu requerimento. Diante das considerações, objeto maior de nosso pronunciamento, gostaríamos, Sr. Presidente, ao discutirmos o PPAG, de lembrar algumas palavras do deputado Arlen Santiago, ditas hoje desta tribuna. Ouvimos algum deputado da base do governo, do PT, dizer que o pedido de *impeachment* agora é golpe. É muito interessante, pois, na mesma Constituição Federal, baseado no mesmo art. 86 da Constituição Federal de 1988, o PT pediu *impeachment*, primeiramente, de Collor; depois, de Itamar Franco e depois, de Fernando Henrique Cardoso. Naquela ocasião era *impeachment* e, agora, baseado no mesmo art. 86, é golpe. Ou mudou a Constituição Federal ou mudou a interpretação do PT. A Constituição Federal não mudou, o dispositivo é o mesmo. A regularização da matéria é a mesma, desde 1950, e ela continua vigorando na Constituição Federal, no art. 86, mas agora é golpe.

Não podemos é confundir a briga do presidente Eduardo Cunha com a presidenta da República e o mérito do pedido de *impeachment*. O mérito está no requerimento do ilustre jurista Miguel Reale Júnior, um dos maiores constitucionalistas vivos do



País, e do ilustre ex-deputado Hélio Bicudo, fundador do PT e grande jurista também. O mérito do *impeachment* que eles defendem está nas questões das pedaladas fiscais, dos decretos da presidenta da República alterando o orçamento sem autorização legislativa. É isso o que eles alegam. Então, o que se discute, autorizado pelo art. 86 da Constituição Federal, é isso, que o PT está chamando de golpe.

Ouvimos, da tribuna da Assembleia, alegações sem base alguma de deputados do PT de que a Lei nº 100 foi uma invenção do Aécio Neves, governador à época, em 2007, e de que isso acabou prejudicando professores e serventuários, que passaram a ser regidos pela Lei nº 100. Disseram que alguns receberam carta do governador pedindo para não fazerem concurso, que o problema deles estava resolvido. Eu gostaria que alguém mostrasse essas cartas do governador Aécio Neves. É muito fácil falar da tribuna. Palavras vazias se perdem no vento. Mas eu quero as provas de que o governador Aécio Neves mandou carta às pessoas liberando-as do concurso. Foi dito isso aqui hoje por deputado do PT. Gostaria que ele comprovasse esse fato. Levantar as coisas, soltá-las no ar para criar confusão é muito fácil. O que o governador Aécio Neves fez à época foi procurar resolver a questão, principalmente a da aposentadoria de todo aquele pessoal que foi aproveitado pela Lei nº 100. O importante, deputado Arlen Santiago, é que todos os deputados do PT votaram favoravelmente à Lei nº 100, conforme V. Exa. mostrou aqui hoje. Agora, o Aécio está errado, e eles estão certos. Depois o Supremo se pronunciou dizendo que a lei é inconstitucional, mas, de 2007 até hoje, cerca de 30 mil servidores já se aposentaram, já tiraram um proveito grande da lei. Compete ao governador Pimentel resolver esse problema através de diálogo com o STF, como ele já conseguiu com o ministro Dias Toffoli a prorrogação até o final deste ano. Então, compete prorrogar mais e procurar resolver.

Tive oportunidade de falar desta tribuna que a lei não é um produto de laboratório, não é uma operação aritmética em que 3 mais 2 são 5, e está acabado. Não. A lei é objeto de interpretação. Existe um princípio latino que diz: *interpretatio cessat in claris*. Quando a lei é clara como a luz do sol, dispensa interpretação. É aquilo, e está acabado. Mas muitas vezes a lei não é tão clara. Aí vem a doutrina, a jurisprudência para interpretá-la. Agora, cabe ao governador Pimentel, do PT, fazer a sua interpretação junto ao STF e agir conforme precisa agir, com justiça. E como se age com justiça? Raciocinando com a razão, com a cabeça e com o coração. E, na hora de raciocinar, buscar o equilíbrio entre a cabeça e o coração. Aí, certamente pesa a situação que todos aqueles beneficiados pela Lei nº 100 estão vivendo, ou seja, uma situação de penúria, de sacrifício. Muitos estão adoecendo, alguns já morreram, outros estão preocupados porque o governo não mostra uma solução.

V. Exa., deputado Dalmo Ribeiro, falou aqui, há pouco tempo, até sobre a questão do estado de necessidade. Raciocinamos sobre essa questão e nos lembramos de que as excludentes de criminalidade, que são estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular de um direito e estrito cumprimento de um dever legal, baseiam-se no princípio latino que fala que a lei não pode exigir que a pessoa não se defenda quando ela não está no lugar para defender-se. A lei não pode exigir que a pessoa não se defenda quando ela não está naquele lugar para defender-se. Como agora a lei, que não está ali junto, acudindo os serventuários, os beneficiados pela Lei nº 100, professores e demais serventuários, pode exigir deles que vão para a rua? Na frieza, dispensa aqueles que tantos serviços já prestaram a Minas Gerais e contribuíram para que o nosso estado fosse classificado, nos governos Aécio Neves, Anastasia e Alberto Pinto Coelho, em 1º lugar nas olimpíadas de matemática e português, nas primeiras séries do ensino fundamental básico. Isso não se deve somente a Aécio, Anastasia e Alberto, não. Deve-se aos professores, de um modo geral, de Minas Gerais, aos serventuários da educação, inclusive àqueles que são regidos pela Lei nº 100. Então, é preciso fazer alguma coisa. Em nome da lei e com o coração. Fazer justiça com a razão e com o coração. Aí, sim, vem a justiça.

Há muita coisa, deputado Dalmo Ribeiro, que é ilustre advogado e sabe disso, que é legítima, e, às vezes, não é legal. Por que não é legal? Porque não está escrito na lei, mas é legítimo.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Bonifácio Mourão, é sempre um prazer ouvi-lo em razão da lucidez com que expõe os temas.

E há vários temas. Um deles é o fato de termos um governo federal e um governo estadual. Este está querendo copiar o modelo de gestão federal. O modelo lá é o do PT, o modelo golpista, do povo que sempre quer golpe. Se alguma coisa não



lhes agrada, dizem que é golpe. Quando pedem o *impeachment* de Collor, não é golpe, pois foi o PT quem o pediu. O PT pode tudo, como diz o nosso grande amigo João Leite, defensor, como o senhor, como eu, como o Dalmo, do pessoal da Lei nº 100. O PT tudo pode. Ele manda em tudo. A lei, ah!, ela é um detalhe! Então, este governo golpista, neoliberal, que está privatizando tudo, coloca um braço armado dele, do sindicato, para falar que é contra a terceirização, mas terceirizam tudo. Terceirizam, por exemplo, as rodovias. Agora, chegando-se a Sete Lagoas, é preciso pagar um pedágio, só que não duplicaram para a frente a BR-040. Já estão colocando pedágio para Juiz de Fora, e não vão duplicar por agora. Perto de Três Marias, do nosso amigo Errol Flynn e de tanta gente boa, vão colocar pedágio sem duplicar. Quer dizer, fazem a privatização burra. Ganham dinheiro do povo. Agora, daqui para Sete Lagoas, colocaram mais 30 pardais. Assim, aquele que cochilar um pouquinho, que errar um pouquinho nos 60km, terá de pagar mais dinheiro para os cofres públicos para ver isto que está aí no nosso país.

Então, é um governo golpista, neoliberal, privatista, terceirizador; está terceirizando o País. Minas Gerais está copiando esse modelo de gestão. O que está sendo feito agora? O Aécio, como o senhor bem sabe – e, como líder, o senhor defendeu a aprovação de projetos importantes –, implantou o Minas Comunica, que levou telefonia celular para 480 cidades e está acabando de colocar telefonia celular em todos os distritos, sem nada do governo federal. E o governo federal nunca levou um telefone celular para ninguém. Onde mais se precisa do telefone celular? Nas regiões mais pobres. Mas este governo do PT, golpista, neoliberal, privatista, terceirizador, esquece-se dos mais pobres.

Deu a bolsa-famíliazinha ali, e está bom. Pode ficar sem água, pode ficar sem nada. Vemos que o Aécio fez isso, e foi muito importante. Foram 218 estradas asfaltadas. Quase todas as cidades receberam asfalto. Amigo de Chapada Gaúcha, olhe lá o asfalto. São quase 100km na região Noroeste de Minas. Onde havia estrada federal para fazer, eles não fizeram. Eram só seis estradas, Mourão. Inclusive a BR-367, onde o povo perdeu a paciência e até queimou a ponte.

Depois disso, o governo de Aécio e Anastasia fez um projeto, buscou parte do financiamento para fazer o programa Caminhos de Minas. Foi feita a estrada de Brasília de Minas até Coração de Jesus. Essa estrada está pronta. Aliás, ela tem o nome do meu pai: Estrada Arlen Santiago. Conseguimos fazer com que a estrada de Porteirinha a Riacho dos Machados fosse priorizada, e ela está pronta. E o resto do Caminhos de Minas? E o dinheiro que foi emprestado, e o Banco do Brasil não quis liberar no final do ano passado?

O deputado Bonifácio Mourão* – Foram R\$1.200.000.000,00.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Está em caixa, mas por que não fazem as estradas? A estrada de Pintópolis para Urucua, a estrada de São Francisco para Pedras de Maria da Cruz e a estrada de Januária para a Chapada Gaúcha estão dentro desse programa. O governador deu autorização para se fazer licitação dos projetos, mas ninguém fala mais, e fica por isso mesmo. O povo urucuiano está sofrendo, o povo do Noroeste está sofrendo, não fazem a BR-367, não fazem a BR-135 na nossa querida São João das Missões. A vice-prefeita Zita, lá de Rancharia, está doida para fazerem o asfalto na BR-135, mas não conseguem fazê-lo. São 13 anos do 13 no poder, e não conseguem fazer um projeto. É esse pessoal que acabou com o Brasil e que está acabando com Minas Gerais.

Queria terminar falando de assuntos pontuais. PT, para que tanta maldade com o povo da Lei nº 100? Por que isso? Vamos aprovar a PEC nº 3 aqui. É só o pessoal do PT deixar que votamos a PEC nº 3. Até que ela venha a ser considerada constitucional ou inconstitucional, é outro problema. Quem sabe, mais 30, 40 mil pessoas estarão aposentadas. É sofrimento, gente! É gente demais que tem quase 30 anos de trabalho. A perseguição é tão grande que há caso de gente concursada em um cargo, que está dando aulas há 15 anos, que passou no concurso agora, foi efetivada, mas tem de fazer exames difficilimos, complicadíssimos. E metade dessas pessoas está tomando pau. Não estão passando na videolaringoscopia. À tarde, a pessoa tem aptidão para dar aula, e o faz muito bem; de manhã, no novo concurso, é inapta, não pode dar aula. Que governo que gosta tanto de perseguir os outros! Vamos achar uma solução. Há solução para tudo. Houve solução agora para os secretários ganharem R\$58.000,00 este mês. Por que não há solução para ajudar essas pessoas?



Estou vendo os sindicatos muito calados em relação ao seguinte fato: foi dado um abono de R\$190,00, e disseram que era piso. Tudo bem, foram R\$190,00, mas esse valor, multiplicado por 12 meses, dá R\$2.300,00. Aí, retiraram o prêmio de produtividade, que era de dois mil e poucos. Quer dizer, que maravilha o governo do PT, que está pagando o piso de dois mil e poucos reais por ano no cargo, mas retira o dinheiro do 14º, que era o prêmio por produtividade! Ele não paga mais prêmio.

Mas, como a situação deles, deputado Bonifácio Mourão, é contumaz e perseguiu as pessoas, a Asthemg, que é o sindicato dos trabalhadores da Fhemig, foi também à luta e conseguiu o abono de R\$190,00. Só que, antes, eles tinham uma gratificação de incentivo à eficiência do serviço. No ano passado, o governo que apoiávamos pagava R\$220,00 pela gratificação. Neste ano, R\$190,00 do abono. E a gratificação de R\$220,00, neste ano estão pagando R\$70,00. Tiraram R\$150,00 para pagar R\$190,00, maltratando, com esta inflação descabida que está batendo em 11%, 1.300.000 desempregados, número que agora em janeiro aumentará. Sabe por que aumentará? Porque esta Casa, no canto de sereia do PT em que tantos já acreditaram, votou para aumentar o ICMS do caderno. Povo de Minas Gerais, compre o caderno agora, porque, no ano que vem, quando você for comprar o lápis, o caderninho para seu filho, o governo do PT colocará ICMS altíssimo. Uma lei que aprovamos aqui em 2005 – o Aécio mandou – tinha tirado e diminuído esse ICMS. Eles aumentarão por decreto. Agora, comerciantes, a pessoa que tem um botequinho que vende uma cervejinha, um açougueiro, terão quase 45% de aumento no ICMS da energia elétrica. É para fechar, é mais gente desempregada.

Caro governo do PT, vocês que falaram que ouviriam a população, não maltratem tanto os professores da Lei nº 100, os funcionários públicos estaduais, os comerciantes, as criancinhas. Agora mesmo os diabéticos, deputado Bonifácio Mourão, estão desesperados. Neste ano não houve a compra do glicosímetro, da insulina. O desgoverno do PT acabou com a Farmácia Popular, o governo de Minas está acabando com a farmácia de Minas.

Ficamos muito preocupados porque o sofrimento está muito grande, muita gente está morrendo. Há essa perseguição da Lei nº 100, essa perseguição dos professores, dos serviçais, dos funcionários da saúde. Agora mesmo, terceirização para todos os hospitais públicos estaduais, propagandas enganosas. Pouco tempo atrás, eles gastaram um dinheirão do povo, porque aumentaram em cento e tantos por cento a verba de publicidade. Eles falando, e os hospitais públicos regionais que o governo passado projetou, que o governo passado começou a construir – entregou o de Uberlândia, outros, já quase prontos –, sem um centavo do governo federal, que persegue os mineiros... Achamos que melhoraria com o governo do PT aqui, achamos que o governo federal ajudaria os mineiros. Mas como vai ajudar? Cancelando a BR-381, o metrô e o Anel Rodoviário; privatizando, aumentando pedágio. Xô, governo do PT!

Agora, esse orçamento que o senhor está discutindo, um orçamento fictício, mentiroso. Deputado Bonifácio Mourão, caro amigo, você e os deputados Felipe Attiê e Dalmo Ribeiro Silva estudaram bem o orçamento e estão sabendo para que caos, para que barroca estão jogando o nosso estado, acabando com tudo. E correndo o risco de os funcionários públicos não receberem, não o piso prometido, mas de não receberem salário nenhum. Agora mesmo, em dezembro, o salário foi pago no dia 9. Qual foi o motivo de esse salário ser pago nesse dia? “Tem feriado em Belo Horizonte.” Quero dizer também que em Santo Antônio do Jacinto haverá um feriado num outro dia, em cada cidade também haverá.

Não é feriado nacional. Não é feriado estadual. Estão pedalando os coitados dos funcionários.

Mourão, antecipo o que já ouvi de você, o que já ouvi do Felipe Attiê e do Dalmo Ribeiro Silva: estou aqui olhando e vou votar contra esse orçamento mentiroso, que não vai incluir o pagamento do prêmio de produtividade dos professores.

O PT ainda fala que os coitados dos nossos professores... São 40 mil os que, no dia 31 de dezembro, vão embora. Quem o PT vai colocar no lugar deles, se não está chamando o povo do concurso? Eles não estão deixando os que passam no concurso assumirem, porque dizem que a voz deles, que deram tantas aulas para crianças... Serviam, mas agora não servem mais. É só para eles? Fora, PT.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Gostaria de comentar ligeiramente, antes de conceder aparte ao ilustre amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva, que o governo Pimentel, do PT, está dizendo que vai contratar



o pessoal da Lei nº 100, ano que vem, para as substituições. É preciso examinar essa questão de contratos, que, de um modo geral, não obedecem à lei. A lei exige o concurso. Então, estão fazendo uma ilegalidade para cumprir a lei em relação a outra que consideram ilegal? Se vão praticar uma ilegalidade e consideram ilegal a PEC que formulamos, porque não votá-la? Será que é porque querem a autoria, lá na frente, mostrando que salvaram a situação do pessoal da Lei nº 100? Isso precisa ser questionado. Não precisamos ficar brigando por autoria, precisamos resolver a questão dos beneficiários, do pessoal regido pela Lei nº 100.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, querido amigo deputado Mourão, que é para nós, aqui, o símbolo, o modelo, o formato perfeito do Parlamento mineiro, pela sua inteligência, pelo denodo e pela sua história de vida como parlamentar que construiu, com certeza, com muita inteligência e brilhantismo, a nossa Constituinte. Durante sua trajetória, caríssimo deputado Mourão, V. Exa. tem prestado os mais relevantes serviços a Minas Gerais e particularmente a esta Casa. Gostaria de saudar os demais companheiros, deputados Arlen, Bosco, Felipe, e todos aqueles que estão nos ouvindo.

Ouvi atentamente a manifestação de V. Exa., com balizamento correto, sério e competente. V. Exa. traduz, sem mentiras, sem burlar a lei e sem burlar as informações que estão chegando completamente desarticuladas aos servidores da Lei nº 100, dizendo que a questão de todos será resolvida até o dia 31 de dezembro. Lamentavelmente, votamos, aqui, a Lei nº 100, que foi iniciada em 2004 e aprovada em 2007, e depois veio toda esta situação postulada pelo próprio PT, buscando a sua inconstitucionalidade. Resistimos a todos, levamos ao Supremo, fizemos inúmeras ponderações e tivemos o resultado pela sua inconstitucionalidade parcial, uma vez que conseguimos também, por essa lei, aprovar milhares e milhares designados ao longo da história de prestação de serviço. E V. Exa. toca profundamente essa questão.

Nós, mais uma vez, queremos aqui ressaltar essa preocupação, deputado Mourão. Toda semana estamos visitando as nossas bases, assim como faz V. Exa. e demais deputados. As nossas caixas de *e-mail* estão lotadas, todos estão sem saber o que fazer. Não temos uma posição correta, séria, eficaz, faltando poucos dias para se resolver uma questão angustiante para aquela mãe, para o pai, servidor do Estado, que aguarda a sua garantia legal para continuar na escola, na sua carreira profissional, o que não tem acontecido.

Há poucos dias, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi até a Secretaria de Educação e lá pôde ouvir da secretária que, exclusivamente, vai ser cumprido o acórdão.

Isso sem nenhuma possibilidade de buscar um ajuste, de buscar um entendimento, principalmente as servidoras das Apaes, que não terão outra oportunidade a não ser a dispensa, ou a designação em cima de uma ilicitude, como V. Exa. disse. Se o ato é ilícito, não gera direito. Se é ilegal, como fazer essas contratações em cima de uma ilegalidade? Isso não traduz a veracidade, o respeito pelo servidor.

Nós também, desta tribuna – e V. Exa. me aparteu e também ponderou na mesma linha –, sugerimos que o governador mais uma vez compareça ao STF, ao ministro Dias Toffoli; que pudesse esclarecer com ele o estado de necessidade social. Temos milhares de servidores da educação aguardando essa oportunidade para sua aposentadoria e, se se prorrogasse por mais um ano, como aconteceu e acontecerá no dia 31, teremos a oportunidade de aposentar mais 10 mil a 15 mil servidores.

Lamentavelmente, estamos vendo acontecer essa situação angustiante, que faz mal ao coração e à sensibilidade de cada um, como tão bem assinalou V. Exa., no olhar para aqueles que ajudaram a construir a educação de cada município. É pela servidora, é pela diretora, é pelos professores que se dedicaram ao longo da história. Como o deputado Arlen Santiago disse, o Estado teve oportunidade de recepcionar esse encaminhamento pela PEC nº 3. Foi apresentada, V. Exa. tanto lutou, os demais companheiros lutaram para colocar um freio nessa possibilidade de dispensa, que ocorrerá a partir do dia 31. Esse assunto estamos carregando em nossas costas, mas não como culpados. Estamos preocupados com cada um e cada uma, porque até hoje o Estado não se definiu. Vai cumprir uma determinada decisão judicial, mas não teve sequer a coragem de enfrentar, um a um, cada servidor. Esse assunto é muito preocupante e tem nos trazido essa constante dedicação junto à secretaria, ao governo do Estado, e a PEC nº 3 poderia ter resolvido essa questão.



Por outro lado, gostaria de puxar a palavra do deputado Arlen Santiago, quando fala da situação das rodovias da sua região. Quero também, deputado Bonifácio Mourão, fazer mais uma vez uma solicitação ao governo de Minas quanto à nossa Rodovia MG-290. Realizamos audiência pública aqui, já realizamos tantos encontros, mas o governo não tomou nenhuma providência até hoje. Não vemos nenhuma possibilidade, nenhuma luz no final do túnel para que as obras possam ser iniciadas, para que, pelo menos, alguma coisa seja feita. Estamos enfrentando mortes e mais mortes, temos 8 mil veículos que usam essa rodovia saindo de Pouso Alegre, pegando a MG-290 praticamente no leste e na divisa de São Paulo, caminhões e caminhões. E não temos praça de pedágio. O que se falou de privatizá-la é engodo, não acontecerá. Hoje ninguém mais pode esperar por isso. Não temos mais 1cm de acostamento, estamos perdendo vidas diariamente. Lamentavelmente isso tem nos trazido uma tristeza enorme.

Então, quero, mais uma vez, solicitar com veemência ao governo do Estado, pois não temos mais a quem apelar. Fizemos vários apelos, audiências públicas, manifestações; estamos há três anos buscando. O projeto já estava pronto, mas, por determinação do governo, foi suspenso um dos projetos, inviabilizando qualquer possibilidade da parte técnica e da execução de obras. Estamos assistindo a isso com tristeza como parlamentares.

Há poucos dias conversava com V. Exa. sobre nossa vida parlamentar; sobre o dia a dia, esse agasalhamento, esse compartilhamento de tantas ações de setores que nos aflige.

Ficamos preocupados, mas nada podemos resolver. Temos ouvido a população e feito pedidos e cobranças, mas, lamentavelmente, a recíproca não tem sido verdadeira. O fato é que, apesar da importância das ações, estamos terminando o ano sem nenhuma resposta aos designados da Lei nº 100.

Mas, do alto dessa tribuna e em todas as oportunidades que tivermos, vamos continuar buscando soluções junto ao governo do Estado, para termos dias melhores no próximo ano. Parabéns.

O deputado Bonifácio Mourão* – Obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. A propósito das palavras de V. Exa. com referência às rodovias, lamentamos pela região de V. Exa., o Sul de Minas, e pela situação que vemos por todos os lados. A BR-381 Norte, que liga Belo Horizonte a Governador Valadares, que lamentavelmente, mas com toda a justiça, é batizada de Rodovia da Morte, está inteiramente parada. Todo o serviço de terraplenagem que já foi feito está sendo perdido com as chuvas. São milhões e milhões de reais que foram aplicados e estão sendo perdidos porque o governo atual parou toda a obra. É o desastroso governo do PT no Brasil e em Minas Gerais. É o resultado da economia no País: estão paralisando todas as obras. O pior é a questão moral, a questão ética. Agora mesmo, deputados Dalmo Ribeiro Silva e Felipe Attiê, foi levantada mais uma questão em relação à transposição do Rio São Francisco. Para começo de conversa, tivemos, de cara, R\$10.000.000,00 desviados, e já há muitas pessoas presas, entre elas empreiteiros. E agora? Vão atrás dos políticos responsáveis? É o que está acontecendo a toda a hora, inviabilizando o País em razão disso.

Voltando à questão da Lei nº 100, V. Exa. abordou muito bem, com muita propriedade e conhecimento, a razão de não se aprovar a PEC nº 3, de autoria do nosso bloco. Por que não aprová-la? É porque a base do governo a considera inconstitucional? Por acaso a base do governo é uma base jurídica? São todos versados no direito constitucional a tal ponto de dizer que ela é inconstitucional e está acabado? Não. Aqui é um fórum político. Temos de raciocinar mais com o coração, na verdade. Não podemos atropelar a lei e não vamos fazê-lo. Mas, se aprovarmos a PEC nº 3, quem quiser – o PT ou quem quer que seja – poderá arguir sua inconstitucionalidade, como fizeram da última vez. Mas quantos anos vai demorar para que a inconstitucionalidade seja declarada novamente? Lembro que em outros estados não arguiram, e a lei está vigorando até hoje. E aí, com certeza, estará resolvido o problema de todo o pessoal regido pela Lei nº 100, e beneficiaremos o governo Pimentel, que vai ter de contratar de uma forma não recomendada em lei. Estaremos resolvendo o problema. Por que não resolver? É porque a autoria é nossa, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Isso é lamentável. Estão brigando por causa de autoria, enquanto temos de olhar o problema do pessoal que está sofrendo, esse pessoal regido pela Lei nº 100.

Não vou falar por muito mais, deputado Dalmo Ribeiro Silva, porque temos de ouvir o deputado Felipe Attiê, que está preparado para falar sobre o orçamento, uma das áreas em que ele é especialista. Mas vou usar mais uns 5 minutos, deputado www.almg.gov.br Página 47 de 90



Felipe Attiê, porque gostaria de pegar o *clipping* de hoje e ler o título de algumas matérias. No *Estado de Minas*, vemos “Dilma nas mãos dos tribunais”. Em outro, “A crise atinge o agronegócio”. Refere-se à crise nacional e ao agronegócio, que sempre segurou nos ombros a economia deste país, mas que agora também está em alto declínio, lamentavelmente, e sendo recomendado para agir com o máximo cuidado no próximo ano. No *Hoje em Dia*, vemos “A economia e o *impeachment*”, onde se lê: “São três as forças principais que movem um processo de *impeachment*: o povo nas ruas, a hostilidade do Congresso e a decadência da economia. Somente sendo a última variável, a presidente Dilma Rousseff possui alguma autonomia, mas é onde está mais errando, na economia”. Por outro lado, passamos aqui para um artigo do Márcio Doti, que diz assim: “Venda de medidas provisórias”. Então, vamos olhando os títulos.

Alega-se também que a imprensa está toda vendida, porque vocês estão falando em órgãos diferentes da imprensa. Se eu pego o jornal *O Tempo* de hoje, está lá: “Caixa 2 de Lula teve R\$2.400.000,00”. Mas se saio do jornal *O Tempo* e vou, por exemplo, para qualquer outro órgão de imprensa, por exemplo, o *Diário do Comércio*, leio: “Um país anestesiado”. Está no *Diário do Comércio*. É uma matéria muito interessante a respeito disso. Mas, o *Super Notícia* já vem com outra notícia também muito complicada para o lado do governo. Agora, se eu pego, por exemplo, um jornal do Rio de Janeiro... Não, vamos voltar ao jornal *O Tempo*: “Aparte, Délio acusa Mercadante de pedir apoio em troca de verba. A União liberaria os recursos para o município se Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, conseguisse em troca votos dentro do PSD contra o *impeachment* de Dilma Rousseff”. É o jornal *O Tempo* que está dando a notícia.

Agora, vamos dar uma olhada aqui, há um repasse. Já olhamos o *Diário do Comércio*. Estamos correndo a mídia para saber como a imprensa está tratando este governo que aí está. Vamos ver aqui o que o jornal *O Globo* diz: “Bumlai é operador do PT, diz procurador. Pecuarista amigo do ex-presidente Lula, Vaccari e outros nove foram indiciados”; “Moro condena sócio da Engevix a 19 anos”. Ainda *O Globo*: “IDH já detecta retrocesso social”. E assim vemos como a imprensa nacional está refletindo o descalabro do atual governo.

Deputado Felipe Attiê, enquanto esperava preparei-me para falar sobre a dívida pública. A questão que estamos discutindo agora é o PPAG. Vamos discutir a adequação do projeto nacional sobre a dívida pública, uma medida provisória da presidente Dilma Rousseff, do PT. Ia falar agora, mas não farei isso em consideração ao deputado Felipe Attiê, que aguarda há muito tempo; vamos acompanhar o seu pronunciamento. Ia discorrer um pouco sobre a questão da dívida pública tratada nesta Casa em nosso mandato anterior, quando estavam aqui os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes.

O presidente Dinis Pinheiro criou uma comissão especial para tratar da dívida pública, da qual tive a honra de ser relator. O presidente da comissão foi o deputado Adelmo Carneiro Leão, hoje deputado federal. Discutimos no País inteiro a questão da dívida pública. A Unale entrou na questão no País inteiro. Resumimos a questão, levando uma proposta de todos os estados brasileiros. Aliás, todos, não; foram 26 estados. Só o Tocantins é que não entrou no meio porque não era estado em 1997, quando veio a Lei nº 9.496. Então, aconteceu que todos os 26 estados levaram o pedido à presidenta da República para fazer três coisas: primeiro, reduzir os juros de 7,5%, no caso de Minas Gerais, para 2%. Segundo, trocar o indexador de IGP-DI para IPCA. Terceiro, diminuir o comprometimento da dívida de 13% da receita líquida real para 9%. Com essas três medidas adotadas por todos os 26 estados do Brasil, assustadoramente cairiam as dívidas dos estados e de muitos municípios, e a situação do País hoje seria completamente outra.

Agora vem uma adequação, que vamos votar aqui na Assembleia. Quero discutir o projeto no dia da votação, possivelmente amanhã. A presidente da República está mudando o indexador, mas diminuindo os juros apenas para 4%, e não mexendo no comprometimento da dívida.

O PT vai dizer aqui que o governo do Estado está ganhando R\$5.000.000.000,00, e que a dívida atualmente é de R\$82.000.000.000,00. Está ganhando, não, está deixando de pagar, e só verá essa diferença em 2028, porque não mexeu no comprometimento da dívida. Se o governo paga, por exemplo, R\$6.000.000.000,00 por ano de juros e amortização das prestações, se o comprometimento caísse de 13 para 9, pagaria R\$5.000.000.000,00 ou R\$4.000.000.000,00. Sobrariam



R\$1.000.000.000,00 para investimento em Minas Gerais. Mas não mexeram no comprometimento. Então, é sobre isso que queremos trazer algumas considerações, quando formos discutir essa questão.

Encerrarei as minhas palavras agradecendo a todos os deputados, especialmente ao deputado Felipe Attiê, porque demoramos um pouco em razão dos apartes. O deputado Arlen Santiago gastou 25 minutos em seu aparte. Com muita honra e esperamos, mas a verdade é que acabou por nos prejudicar um pouquinho, principalmente para ouvirmos o ilustre deputado Felipe Attiê. Haveremos de estar aqui presentes para acompanhar o seu pronunciamento, analisando o orçamento do Estado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, nosso presidente em exercício, este grande representante das Araxás de Minas Gerais, nossa querida terra do minério, nossa terra do nióbio, terra das águas termais do Barreiro, da generosidade do povo agradável e encantador de Minas Gerais, que sabe receber. Cidade florida e bonita, a nossa querida Araxá. Deputado Bosco, é com muita honra que falo sob sua presidência. Sr. Deputado Bonifácio Mourão, este grande decano a quem é difícil substituir na tribuna, pela sua competência, sua experiência, um dos grandes constituintes desta Casa. Meu caro deputado Antônio Carlos Arantes, este incansável trabalhador, sempre com seu terço na mão, rezando para o bem de Minas Gerais, não é, deputado Antônio Carlos Arantes? E o deputado Dalmo Ribeiro Silva, este gigante do Sul de Minas. Ele e o Felipinho, dois gigantes do Sul de Minas, porque tenho certeza de que o filho puxou ao pai em tudo, na capacidade de trabalho, na perseverança.

Srs. Deputados, minhas senhoras, falaremos aqui, pelo acordo de lideranças, não só do PPAG, porque hoje será o último dia para falar sobre o orçamento do Estado de Minas Gerais. E é a essa peça que me ateei aqui na Assembleia de Minas, porque o orçamento de Minas Gerais determina como será gasto o dinheiro da senhora e do senhor que está em casa. O orçamento consiste na previsão das despesas que normalmente ocorrem e na previsão da receita, que nem sempre ocorre. A despesa sempre ocorrerá. O que tem me ensinado o serviço público é que a despesa é quase certa, e a receita é quase incerta num momento de crise como este. Mas é assim que será gasto o dinheiro da senhora e do senhor. É assim que talvez os servidores públicos sejam pagos e tudo corra no Estado, conforme esse orçamento seja votado aqui na Casa. É uma função precípua do Poder Legislativo aprová-lo.

Sr. Presidente, estamos acompanhando. Antes de falar do orçamento deste ano, que está na Casa, faremos aqui um breve relato do que foi publicado em 30 de outubro, que é o último quadrimestre já disponível, no *Minas Gerais*. Está aqui um dado preocupante, Sr. Presidente. No orçamento do Pimentel havia uma receita tributária de R\$44.000.000.000,00. Ele já havia reduzido essa receita do nosso orçamento, que não foi votado, pois o PT não deixou, no ano passado. Então, o orçamento deste ano foi votado no próprio ano, de forma incomum. Porque hoje, amanhã, depois de amanhã votaremos o orçamento de 2016. Vota-se no ano anterior.

Podemos ver que, na verdade, o Estado está com uma previsão... O que é a receita tributária? Não falo sobre toda despesa do Estado. Gosto de falar da receita tributária, porque, na realidade, sabemos que ela é o grosso do Estado. Do que ela é composta? Ela é composta do ICMS, do ITCMD, que é o imposto sobre herança, do IPVA, que é o imposto sobre os carros, e do Imposto de Renda retido na fonte. São essas as quatro fontes de receita, o grosso da arrecadação do Estado de Minas Gerais, para bancar as suas despesas. O ICMS é a maior delas. Nessa receita de R\$44.000.000.000,00, para vocês terem noção, o ICMS entrava com aproximadamente R\$34.000.000.000,00. Então, o grosso é o ICMS. O ICMS, numa receita tributária de R\$44.000.000.000,00, entra com R\$34.000.000.000,00. Essa é a previsão de arrecadação para este ano. Os demais impostos entram com os outros R\$10.000.000.000,00. Essa seria a previsão. O que seriam os R\$10.000.000.000,00? ITCMD, Imposto de Renda retido e IPVA. Só que não vamos ter mais R\$44.000.000.000,00 neste ano. A receita vem caindo, a crise econômica está se aprofundando no Brasil, e nós, quiçá, chegaremos a R\$40.000.000.000,00. Já furou a receita tributária em R\$4.000.000.000,00 em relação ao que o Pimentel aprovou nesta Casa, em abril deste ano. A receita tributária que ele aprovou no finalzinho de abril já não é mais R\$44.000.000.000,00: são R\$40.000.000.000,00.



Qual a maior despesa no Estado de Minas Gerais? É a despesa com juros? É a despesa de amortização da dívida? É a despesa com investimentos na saúde? Qual é a maior despesa disparada no Estado de Minas Gerais, de que, muitas vezes, o PT não fala, porque tem dificuldade de falar sobre isso? Essa despesa existe em Minas Gerais e está orçada este ano. Quando ele orçou a receita corrente, a receita tributária de 2015, em R\$44.000.000.000,00... E não vai atingir R\$40.000.000.000,00: vamos rezar até 31 de dezembro para ver se atinge R\$40.000.000.000,00. São R\$4.000.000.000,00 de furo da receita.

A despesa de pessoal é o contrário, foi orçada por eles em R\$38.909.560.952,00. Faltam R\$97.000.000,00 para R\$39.000.000.000,00. Então, vamos arredondar essa despesa para R\$39.000.000.000,00.

Tenho aqui o *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, publicado em 30 de outubro, com uma suplementação no mesmo quadro. Dotação atualizada. Não são mais R\$38.909.560.000,00, são R\$42.244.374.806,00. Vejam bem: temos uma receita tributária de R\$44.000.000.000,00, que não vai ser realizada; vão-se realizar, sendo otimista, em vez de R\$39.000.000.000,00, R\$40.000.000.000,00. Temos uma despesa de pessoal de R\$42.000.000.000,00. O que é essa despesa de pessoal? São servidores ativos e inativos, os que estão trabalhando e os aposentados. Isso significa que, neste ano, a receita tributária – o ITCMD, o IPVA e o Imposto de Renda retido na fonte – é insuficiente para pagar a despesa com pessoal, os encargos sociais e a folha de pagamento. Isso, discutindo o grosso das receitas de Minas Gerais. Temos receita tributária de R\$40.000.000.000,00 e despesa de pessoal já orçada em R\$42.000.000.000,00 até 30 de dezembro. Inclusive, só se pagaram os salários aqui até agora porque houve uma entrada de dinheiro, que não é receita tributária, não é ICMS, não é IPVA. É um dinheiro criado, um dinheiro assaltado ou um dinheiro confiscado, como queira o nosso amigo Mourão; é o depósito de terceiros que estava no banco, sob administração da Justiça, e o governador passou a mão e colocou no caixa aqui. Inclusive, tem pago despesas com esse dinheiro sem empenho, sem dotação orçamentária e sem orçamento. Vocês acreditam nisso? Já dá para pedir o *impeachment* do Pimentel, viu, gente? Tenho certeza disso.

Como ele recebe R\$4.000.000.000,00 do Tribunal de Justiça, não contabiliza e sai pagando conta por aí afora? Gente, não estamos no começo do séc. XIX. Para isso existe a Lei nº 4.320, de 1964, e existe contabilidade. Como vocês confiscam um dinheiro de terceiros, da D. Maria, do Seu Joaquim, colocam-no na conta, usam esse dinheiro, não lançam como nada, vão pagando contas? Nem empenham nem é dotação orçamentária? Nada? Onde vão classificar esse dinheiro? Isso é outro problema que existe, outra marretada, outra pedalada, outra irregularidade fiscal grave do Sr. governador, que pegou um dinheiro de terceiros, com autorização da Assembleia, com autorização do Judiciário, e, até agora, até há pouco tempo, foi usando esse dinheiro sem dotação, sem pagamento. Se não tivesse feito isso, não tinha pagado o salário deste ano.

Agora, Sr. Presidente, temos visto que isso acabou. Não tem mais isso. Como vão fazer no ano que vem? Quando falam em orçamento fiscal, não adianta falar que Minas Gerais... Está aqui, nesta página. Vou ler para vocês. No orçamento fiscal entra uma série de coisas. Por exemplo, toda a parte previdenciária entra como receita no orçamento. O governo desconta 21% do Ipsemg, e aquele dinheiro que ele desconta da folha de pagamento – no caso deste ano, a folha será de R\$25.000.000.000,00 – entra como receita novamente, lá em cima. Isso são mecanismos contábeis que fazem parecer que o orçamento... Por isso, gosto de trabalhar com os R\$44.000.000.000,00 de previsão deste ano da receita tributária e os R\$40.000.000.000,00.

O orçamento fiscal para o ano que vem, 2016, que vamos votar nesta Casa, voltando agora, depois de analisar o que está acontecendo com Minas, está colocado em torno de R\$81.000.000.000,00. Na verdade, são R\$83.099.833.747,00, conforme um dos nossos livros orçamentários, e são dois calhamaços. Agora, pergunto a vocês. Vamos analisar. Essa é a previsão da receita total de Minas. A primeira coisa que está aqui é a receita tributária, que é aquilo que eu disse, ICMS, IPVA, ITCMD e Imposto de Renda. Mourão, orçamos R\$44.000.000.000,00 este ano e, para arrecadarmos R\$40.000.000.000,00, temos que rezar. Sabe o que acontece, Mourão? Sabe quanto está orçado para o ano que vem? R\$51.000.000.000,00. A receita tributária está aqui, na pág. 9 do orçamento. Está aqui: receita do Estado de Minas Gerais, orçamento de 2016, receita tributária. Total: R\$51.741.407.000,00. Ora, gente. Se orçamos R\$44.000.000.000,00 e vamos arrecadar R\$40.000.000.000,00 – aliás, estamos tentando arrecadar R\$40.000.000.000,00 –, é complicado. Como, de R\$40.000.000.000,00 que vamos



arrecadar este ano, vamos sair para R\$51.000.000.000,00 no ano que vem? Contem-me como vão fazer esse milagre com o ICMS, o ITCMD, o IPVA e o Imposto de Renda.

Arrecadam R\$40.000.000.000,00 de receita tributária, e, no orçamento do ano que vem, há uma previsão de R\$51.000.000.000,00 fixos. Está furado, porque o déficit do Estado é gigantesco. Está furado. Não há receita tributária de R\$51.000.000.000,00, porque vocês publicaram – e eu tenho a prova – que, até o dia 30 de outubro, tinham sido arrecadados de receita tributária R\$34.856.781.000,00. Ora, e quanto arrecadamos no bimestre setembro-outubro? R\$6.527.000.000,00. Seis bilhões e meio. Então, façam uma conta. Se havia R\$34.000.000.000,00 até 30 de outubro; se em setembro e em outubro arrumamos R\$6.000.000.000,00 – a receita está caindo – e vão arrecadar R\$40.000.000.000,00 este ano, como a receita tributária de R\$40.000.000.000,00 vai para R\$51.000.000.000,00?

Orçamos, para 2015, em abril, R\$44.000.000.000,00. Vocês colocaram que essa era a previsão. Vamos arrecadar R\$40.000.000.000,00. Vamos rezar para dar R\$40.000.000.000,00, e não, trinta e nove e uns quebrados. Como vocês vão colocar R\$51.000.000.000,00? Só isso já fura o orçamento.

O pior é que eles mandaram o orçamento com um déficit de R\$8.900.000.000,00. Colocaram a receita total do Estado. Vou sair da receita tributária e ir para o orçamento fiscal. Aqui entram o Ipsemg, as empresas controladas do governo, a Cemig, a Copasa, entra tudo. Entra essa trenheira toda. Colocaram uma receita prevista, com uma receita tributária de R\$51.000.000.000,00, sendo que serão arrecadados este ano R\$40.000.000.000,00. Vão aumentar a receita tributária, de um ano para outro, em 25%. Estamos em qual país? No Brasil do PIB menos 3% para o próximo ano? Como vão fazer subir a receita tributária de R\$40.000.000.000,00 arrecadados este ano para R\$51.000.000.000,00 no próximo ano?

O pior não é isso. Fixaram a receita total em cima de uma receita falsa de R\$83.000.000.000,00 e em cima de uma receita tributária de R\$51.000.000.000,00, que não passará de R\$42.000.000.000,00, R\$43.000.000.000,00, em razão desta crise econômica gigantesca que estamos vivendo. Isso é receita que não se realiza. A despesa, como vou mostrar lá na frente, não será de R\$42.000.000.000,00. Sabe em quanto está, no orçamento, a despesa de pessoal para o próximo ano? Eles já reconheceram, em 30 de outubro, que ela será de R\$42.000.000.000,00 e suplementaram a conta para executar novembro e dezembro. Sabe quanto eles colocaram aqui? Não foram R\$42.000.000.000,00. A despesa de pessoal para o próximo ano cairá. Será de R\$41.000.000.000,00. Está aqui na pág. 1050: pessoal e encargos sociais. Serão R\$41.000.000.000,00 para o ano que vem. Este ano, já está orçado em R\$42.000.000.000,00. Na secretaria dos sem-planejamento de Minas Gerais, a tal da Seplag, um mais um, com muita esperança e reza, vira quatro. Essa é a secretaria do PT, é a secretaria do cano fiscal, a secretaria da mutreta fiscal, a secretaria da pedalada, a secretaria dos discípulos de Miriam Belchior, dos discípulos do Sr. Paulo Bernardo, que também foi ministro do Planejamento. É a secretaria dessa turma do PT.

Essa secretaria disse que, no próximo ano, a despesa de pessoal será de R\$41.000.000.000,00. Foi subestimada. Sabe por quê? Vou ler para vocês. Vejam o aumento concedido este ano. O povo do PT não faz conta. Empurra com a barriga, reza para Deus e vê como fica amanhã. É assim que vão fazendo. Eles são bons para tocar boteco de pinga. Eles servem para tocar boteco de pinga, lá na ponta. Anotam no papel, pegam uma Tatuzinho e dão para fulano, para sicrano. E vão tocando. Estão entendendo? Eles tiveram a coragem de mandar para cá, antes de eu espernear, uma LDO com déficit de R\$3.700.000.000,00, em julho, conforme aprovado aqui no começo do mês. Em setembro, sessenta e poucos dias depois, sabe o que fizeram? Mandaram um orçamento com um déficit de R\$8.900.000.000,00.

Perguntei o que estava errado. A LDO tinha de dar as diretrizes para se fazer o orçamento. Escolhambeí e disse que nada dessa lei orçamentária que chegou aqui em setembro bate com o que foi votado na Casa no dia 30 de setembro. Nada bate. Isto aqui é um escolacho. A Secretaria de Planejamento tem de parar de ficar viajando para não sei onde, indo aqui e ali, e trabalhar com os técnicos. Do contrário, isso arrebentará em cima do servidor, arrebentará em cima do povo de Minas Gerais. Matemática é uma ciência exata.

Eles tiveram a coragem de nada da LDO votada aqui em julho bater com o orçamento enviado para cá em setembro. Tanto é que existe um projeto de lei, que tem de ser votado antes do orçamento, emendando toda a LDO para que o déficit,
www.almg.gov.br Página 51 de 90



todas as metas e tudo que foi colocado para se fazer o orçamento de 2016, que chegou aqui em setembro, estejam de acordo com o que foi feito no orçamento. Senão, teremos uma peça orçamentária de um jeito e uma LDO de outro jeito.

Estamos falando isso 60 dias depois, ou seja, uma depois da outra. Isso demonstra o despreparo desse pessoal para lidar com o planejamento e com a administração financeira de Minas Gerais. Este é um estado grande, difícil e complexo, que está no meio de uma das maiores crises de sua existência.

Nada é verdade, nada bate. Dei o grito aqui e disse que o orçamento que chegou deveria ser de outro estado. Disse que deveria ser do Piauí, do Maranhão, de Minas Gerais é que não era. Disse isso porque votei uma LDO aqui no começo de julho, com uma meta fiscal, com uma previsão de receita e despesa. Chegou o orçamento 60 dias depois, e é outro. O déficit de R\$3.700.000.000,00 vai para R\$8.900.000.000,00. É o déficit que eles admitem, mas o déficit vai ser muito maior, vai ser de R\$14.000.000.000,00. O orçamento da prefeitura de Belo Horizonte, no ano que vem, vai ser de R\$11.000.000.000,00. É uma prefeitura de Belo Horizonte e meia. Eles só vêm aumentando isso. Mourão, vão chegar aqui, em outubro, dizendo: "Não temos como pagar os meses de novembro e dezembro do servidor público estadual". Essa é a maior despesa. Porque, aí, não há depósito judicial. Só se assaltarem bancos, porque não têm de onde tirar, e o pior de tudo é que nenhum dos aumentos que eles concederam, por lei, está aqui na peça orçamentária. E sabem o que eles concederam por lei? Está aqui. Há um por um somado aqui, porque gosto de fazer é soma, conta, e não, conversar abobrinha, porque político fala muita abobrinha, e matemática não aceita abobrinha. O mais esquisito da matemática é a probabilidade.

A esperança é algo cristão, divino, da sublimidade do homem, do desejo de um dia melhor após o outro, mas na matemática o que existe é a probabilidade, e não, a esperança. Eu já disse isso ao Durval. Na verdade, está aqui: não consta na peça orçamentária, na Lei nº 27.710, de 2015, o Piso Nacional da Educação. Faltam R\$1.700.000.000,00 para poder pagar aos professores. Isso não consta no orçamento. Esse valor, se houver a correção do piso nacional de salários em 10%, 12%, vai para dois bilhões e tanto. Isso não está aqui na peça orçamentária, Srs. professores. D. Beatriz Cerqueira, pegue o economista do Sind-UTE – já falei que não pode ser marxista: tem de ser matemático, tem de entender de finanças – e mande o olhar para ver que não está na peça orçamentária, não está aqui. Estão enrolando a senhora, não está aqui na peça orçamentária. Não tem nem como colocar isso. Sabe por que eles falsificam a peça orçamentária? Por exemplo, colocaram a peça orçamentária, este ano, menor que a despesa de pessoal no ano que vem, de quarenta e um bilhões e pouco, sendo que este ano vai chegar a 42. Sabem por que eles fazem isso? Só o crescimento vegetativo da folha seria de R\$895.000.000,00. É um crescimento que aumenta só pelo fato de as pessoas serem promovidas. É aquela despesa que vai aumentando na folha, que seria de R\$895.000.000,00 para o ano que vem, se houvesse zero de aumento, mas há aqui R\$1.700.000.000,00 dos professores – dados deste ano. Para o ano que vem, aumentará o valor. Há aqui R\$37.000.000,00, da Defesa Social (Lei nº 21.715, de 2015).

Há aqui a Lei nº 21.726, de 2015: saúde, Unimontes, Ipsemg e auditores. Foram R\$145.000.000,00 que vocês deram de aumento. Está aqui a Lei nº 21.776, de 2015: IMA, Ipsemg, FJP: R\$30.300.000,00. Só os reajustes que eles concederam agora, do ano passado para o ano que vem, somam R\$1.912.300.000,00, mais o crescimento vegetativo da folha, que são os R\$870.000.000,00, R\$890.000.000,00, resultando em R\$2.700.000.000,00, e vocês não colocaram um centavo aqui nas peças orçamentárias. Vocês esconderam isso aqui, Sr. Secretário de Planejamento. Por isso o senhor correu de mim e não veio à Comissão de Fiscalização Financeira para me enfrentar. O senhor correu, o senhor não veio para a fazenda. Não veio ninguém, picaram a mula, mandaram um rapaz. E isto aqui? "Não sei." E isto aqui, Sr. Subsecretário? "Não conheço." E isto aqui? "Não posso responder." Vocês picaram a mula e não vieram aqui para me explicar isso, porque eu estou aqui, pago pelo povo de Minas Gerais para não deixar eles fazerem besteira, e o PT é campeão de besteira. O PT é ruim de conta e não é à toa que quebrou o Brasil. Não é à toa que o País está quebrado, com R\$120.000.000.000,00 de déficit para o ano que vem no governo federal. Duas cidades de São Paulo, em receita pública deste ano, e duas arrecadações da Prefeitura de São Paulo resultam em R\$110.000.000.000,00. Eles estão gastando R\$120.000.000.000,00 a mais em relação ao que arrecadam.

Precisa-se de mais uma Belo Horizonte: são R\$10.000.000.000,00 este ano. Eles precisam de duas São Paulo e uma Belo Horizonte para fecharem as contas do governo federal.

Vocês imaginem: São Paulo sozinha responde por 11% de toda a produção brasileira, de todo o PIB, de toda a riqueza criada num país chamado Brasil. A prefeitura da maior cidade da América Latina e que está entre as 10 maiores do planeta tem R\$55.000.000.000,00 de receita este ano, para tocar todo aquele mundaréu de prédios, aquele mar de prédios, com aquele povão que está lá – acho que são 14 milhões de habitantes. V. Exa. imagina, Dalmo: é preciso duas receitas da Prefeitura Municipal de São Paulo e uma da Prefeitura de Belo Horizonte para fechar o déficit do governo federal e quebrar o Brasil realmente.

Da forma como as coisas estão, vão quebrar Minas Gerais também. O que se pode fazer? O Gilmar já quebrou a Prefeitura de Uberlândia. A situação lá é de caos. Ele não tem dinheiro para pagar a folha de pagamento. Em outubro, pagou a folha porque fez um saque de R\$10.000.000,00 do departamento municipal de água e esgoto. Em novembro, nem sacando ele deu conta de pagar os cargos comissionados. E não estamos falando do 13º salário. Eu avisei a ele. É ruim de conta, igualzinho. O Pimentel pode encontrar o Gilmar na rua e dizer: “Eu sou você amanhã, Orloff!”. E o Gilmar pode dizer: “Vai bem, porque você está no caminho certo, Pimentel”.

Vocês se lembrarão deste meu discurso em outubro do ano que vem. Aguardem, porque os números estão claros. Estou falando com o orçamento na mão, usando os números. Não estou conversando abobrinha em corredor.

Então, Sr. Presidente, na verdade, o orçamento não tem reajuste. É uma peça de ficção científica, é uma peça-trambique, contábil e financeira. Já fizemos coisas que não batem. É difícil fazer planejamento no Brasil. O brasileiro gosta de levar as coisas no saca-rolhas, as empreiteiras não fazem planejamento de obra, o governo não planeja o orçamento. O Brasil é o país do saca-rolha. Agora, o país do trambique fiscal e orçamentário, da marreta, do pé de cabra orçamentário é o país do PT. Esse é o PT elevado à 10ª potência, esse é o Partido dos Trabalhadores.

Deputados Dalmo e Antônio Carlos, vocês querem ver um trambique comum no orçamento do PT, como este aqui que está na minha mão? Vou procurar uma página para vocês verem. A pag. 328 mostra um trambique orçamentário. Transferência do salário-educação. Vamos pensar em débito e crédito – a contabilidade pública não funciona como a privada, com o uso de fonte –, para vocês entenderem como as coisas funcionam. O valor da transferência do salário-educação é de R\$612.000.000,00, que o governo receberá do governo federal para fazer o pagamento. Com o salário-educação não se pode comprar Kombi, não se pode reformar hospital, e, sim, pagar essa conta específica. Entram R\$612.000.000,00 aqui na coluna da receita. Quando você procura em despesa, acha apenas R\$22.500.000,00. Cadê os outros R\$590.000.000,00? Eles não distribuíram. Deveriam ter colocado R\$590.000.000,00 como transferência do governo, R\$590.000.000,00 para pagar o salário da educação. Mas não. Para fechar o orçamento, eles pegam os R\$590.000.000,00, colocam R\$22.500.000,00 para pagar o salário da educação e usam essa receita para fazer um monte de outras coisas, para colocar R\$1.000,00 na manutenção das escolas, por exemplo. Está aqui também. Falarei disso depois. Destinaram R\$1.000,00 para manter as quase 4 mil escolas de Minas Gerais. São 4 mil escolas mesmo, Dalmo? São R\$1.000,00 para fazer a manutenção das escolas de Minas Gerais? São R\$1.000,00 para construir o metrô de Belo Horizonte, Dalmo? E R\$50.000,00 para comprar carro para a polícia? Rapaz, são R\$1.000,00 para comprar 46 viaturas para a Polícia Civil.

Esse povo é eficiente, mesmo. Está tudo aqui listado no orçamento, lido, verificado e aprovado. Então, foram noites vendo isto aqui para vocês me passarem a perna. Não vão me passar. Fui à escola. Não posso difamar aqui os professores da Escola Estadual de Uberlândia, o Museu, onde estudei da 5ª série ao 3º ano. Tive a D. Norma, de física e matemática; a Maria Mercedes, que me ensinou matemática. Esta foi uma gigante, pois nos ensinou tudo da área de geometria. Tive professores lá muito bons, como o Roberto, o Alan Kardec. Então, não posso pegar os professores da minha sagrada Escola Estadual de Uberlândia, onde estudei da 5ª série ao 3º ano e para a qual pus R\$30.000,00 de emenda parlamentar – espero que o governador pague à Caixa Escolar lá –, mais os professores do curso de engenharia, como o Manoel, que me deu cálculo 1, o Ibrahim, o Reinaldo Campos Andraus, que Deus o tenha, a Profa. Marly Melazzo, da Universidade Federal de Uberlândia, os



meus professores e chegar aqui e deixar o PT me enrolar, me passar a perna. Não posso. Tenho de ir a fundo nos números para saber o que estou votando. Amanhã, na hora em que o negócio vai acontecer, vou dizer que alertei, mas vocês não me ouviram.

Na verdade, é muito rolo. Vou mostrar-lhes, voltando ao rolo de colocar R\$612.000.000,00 de receita para o salário-educação, distribuir R\$22.500.000,00 e usar os outros R\$500.000.000,00 do salário-educação para fazer despesa que não se pode fazer, para tampar, esconder o rombo. Isso é um mecanismo de trambique orçamentário.

O Fundo de Desenvolvimento da Região do Jaíba tem R\$2.870.000,00. Distribuíram desse valor R\$1.000,00. O que fizeram com os outros R\$2.869.000,00? Usaram para fazer trambique orçamentário, para fazer caixa, para esconder déficit, para ocultar a verdade de Minas Gerais e do povo. Aí vem o Fundo de Fomento do Desenvolvimento Econômico, Fundo Pró-Floresta, Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento, tudo isso dinheiro carimbado, que dá um total de R\$1.245.000.000,00. Sabe o que fizeram? Só orçaram em torno de R\$700.000.000,00. Esconderam quinhentos e tantos milhões de reais para fazer caixa, para tampar o verdadeiro rombo do orçamento.

Então, isto aqui é uma vergonha, porque é deste jeito que se vai fazendo, com trambiques. Depois aparece tudo. É como o governo federal. No começo do ano, diziam que o déficit era de R\$30.000.000.000,00, depois de R\$40.000.000.000,00, depois de R\$50.000.000.000,00, depois de R\$70.000.000.000,00. Então, o Levy, há dois meses, disse que ia contar a verdade: que o déficit era de R\$120.000.000.000,00. Era de R\$30.000.000.000,00. É o que falo com vocês: a prefeitura da maior cidade deste país, São Paulo, uma das maiores do mundo, arrecada R\$55.000.000.000,00. Então, soma duas São Paulo e uma Belo Horizonte o déficit do governo federal. Ele não tem como tirar isso das empresas, das famílias. Enfim, não tem de onde tirar.

O pior de tudo é que temos aqui uma distribuição falsa. Não temos, Sr. Presidente, em momento nenhum aqui, condições de votar a favor desse orçamento, Dalmo e Antônio Carlos. É impossível. A boca de jacaré do PT não vai dar em nada. É uma boca grande, veio morder a D. Maria e o Seu Joaquim. Todos os impostos vão subir no dia 1º de janeiro. O ICMS da energia elétrica vai de 16% para 25%, não é isso, Dalmo? Enfim, vai subir tudo – remédio, tijolo, material escolar. Todos os aumentos do governador vão acontecer no dia 1º de janeiro, contra o nosso voto e contra a nossa vontade. Isto aqui não está dando nem para tampar buraco. Estamos num processo de pré-depressão econômica. Não vai dar em nada o aumento desses impostos, pois está caindo, caindo e caindo. Já aumentou, e o povo não está aguentando pagar. Empresas estão fechando, desativando negócios, parando tudo. Então, a situação é grave, porque não há de onde tirar.

Agora, vi aqui hoje e quero até ler. Realmente, o PT é voraz para cobrar impostos. Só que a sociedade chegou ao fim. Não aguentamos mais essa cobrança de impostos. Até descobri um jacaré pré-histórico que havia aqui no Brasil, chamado *Purussaurus brasiliensis*. Para vocês terem uma ideia, esse jacaré era do tamanho de um ônibus.

Esse jacaré era do tamanho de um ônibus. Para terem noção, esse crocodilo, esse jacaré que viveu lá no Acre – esse *Purussaurus brasiliensis*, que deveria ser *Purussaurus PT* –, tinha 8,5t e consumia, no mínimo, 40kg de comida por dia. A pressão da boca dele era de 70.000N. Isso equivale a uma mordida de 7t. Olha o tamanho da boca desse jacaré pré-histórico do Acre, o *Purussaurus brasiliensis*. Esse é o governo do PT. Vai ter de morder com a boca desse jacaré. Estes crocodilos africanos, estes jacarezinhos do Pantanal que vocês têm por aí não dão conta de fechar as contas. A mandíbula superior do jacaré é a despesa, aponta para cima. A receita é a mandíbula inferior, sempre apontando para baixo, sempre para o fundo do rio na hora de morder. Minha senhora, quer acabar com esta fome? Será com esses 40kg que esse *Purussaurus brasiliensis*, pré-histórico do Acre, tem de comer por dia? Ele deve ser parente dos ancestrais... Quem deve ter visto esse jacaré são os ancestrais daquele rapaz do PT, o Chico Mendes, que mexia com os seringueiros. Ele deve ter visto até esqueleto dele por lá. A boca dele é grande, não fecha. A despesa é para baixo e a receita, para cima. Minha senhora, a mandíbula de cima tem de fechar, mas como chegar ao final de outubro e falar para os servidores: “Não tenho dinheiro para pagar o mês de novembro e nem o de dezembro. Acabou o dinheiro do Estado.”? Como essas famílias vão fazer?

A situação é como nunca antes na história deste país. É algo grave. Isso me desgasta. Começo a ler isso à noite e logicamente perco o sono. A pressão até sobe. Os folgados do PT não estão nem aí. Eles vão empurrando com a barriga.



Minha mãe não me ensinou a empurrar com a barriga. Providência tem de ser tomada urgentemente. Se o buraco está lá na frente, não vou me arriscar a passar ao lado dele: vou dar meia-volta. É a pior coisa que existe, pois tenho tia professora e fico imaginando que ela não receberá. Minha madrinha é sozinha, cuidou da minha avó, trabalhou na Secretaria de Educação, na superintendência regional de ensino. Ela é uma das pessoas de quem mais gosto. Minha tia vai ficar sem dinheiro. Vou ter de emprestar dinheiro para ela. Vou ter de ajudá-la, caso contrário, como ela fará? Ela vive dessa aposentadoria, e o dinheiro não vem. Começo a pensar isso e falo: esse povo é muito folgado, esse povo gosta de mentir e ganhar eleição. Eles só pensam em ganhar eleição. Sabe por que eles não contam nada? Por que querem ganhar eleição para prefeito. Depois eles veem como fazem para não pagar e contam para vocês que não vão pagar.

Essa é a cabeça do petista, normalmente do petista sindicalista, como a do Sr. Gilmar, a do Sr. Lula. Essa é a cabeça deles. Eles vão afundar com tudo. Já quebraram o Brasil. Isso prejudica famílias, pessoas que trabalharam a vida inteira e não vão receber, prejudica professoras, policiais, pessoas que precisam desse dinheiro. Isso que estou falando é grave. Não vim aqui brincar.

Sr. Presidente, político não gosta de número nem de matemática. Político gosta de voto, embora voto seja matemática, abstração do número de eleitores que vão lá e sufragam seu nome. Essa é uma realidade. Estamos ouvindo tudo que está sendo falado aqui. Estamos vendo tudo, tudo, tudo, tudo. Não corta cargos. O governador não extingue secretaria. Ele tinha de fazer o maior corte de gastos da história deste estado desde a sua fundação, desde o primeiro governador da província, Olinto Pires. O Estado era uma província, e ele era o governador. Mas ele não faz. Ele não toma providência de nada, nada, nada. Vamos até 3 de outubro do ano que vem. Depois vai acabar outubro, e vamos ver como fazer em novembro.

Sr. Presidente, não temos mais condições de falar dessa situação. O verdadeiro déficit do Estado, se os aumentos forem pagos, não é de R\$8.900.000.000,00, mas de R\$14.000.000.000,00. Se forem pagar as correções, o aumento do piso nacional dá R\$14.000.000.000,00. É quase 1,4 do déficit da receita da prefeitura, que é a maior prefeitura do Estado. Acho que depois dela as outras vêm com dois bilhões e pouquinho. No ano que vem, a Prefeitura de Belo Horizonte terá R\$11.000.000.000,00. É um déficit expressivo porque só há uma Belo Horizonte. Aqui é a capital do Estado. Aqui está o Judiciário. Todos os poderes estão aqui.

Como votaremos nesse orçamento mentiroso? Como votaremos numa peça de trambique orçamentário, em que nada bate com nada, em que os aumentos não estão garantidos, em que o Estado está indo para a bancarrota, em que o déficit é escondido da população, em que tudo está sendo empurrado com a barriga, por gente que não tem responsabilidade? O pior: imagine, deputado Bonifácio Mourão, se tivéssemos entregado o Estado para eles com um déficit de R\$7.500.000.000,00, o que é mentira. Eles falaram isso este ano, mas é mentira, porque o déficit que ocorreu foi das astronômicas quedas da receita tributária e da atividade econômica.

Quem manda neste país chama-se governo federal. O estado é simplesmente um dançarino da hora certa. Chefe e membros da orquestra são: presidente da República, ministro da Fazenda, ministro do Desenvolvimento Econômico, Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Casa da Moeda. Tudo na mão do governo federal. Dólar, câmbio, as variáveis da economia, tudo quem controla não são os estados brasileiros, é o governo federal. Ele quebrou o País, Sr. Presidente, e o estado tem de dançar. Na verdade, isso é o que tem de ser feito e isso é o que tem de ser dito.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Prometo não falar 25 minutos, conforme fui aparteado – V. Exa. viu. Estamos aqui muito atentos – deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes e eu –, apreciando suas lúcidas e absolutamente fundamentadas palavras. V. Exa. é um deputado extremamente inteligente – percebemos isso desde o início –, estudioso, pesquisador e responsável. V. Exa. acabou de dizer que não está brincando, e não está mesmo; está falando com fundamento. Eu, por exemplo, diante das palavras de V. Exa. e do que já li, estou completamente convencido de que não podemos votar favoravelmente a um orçamento fictício como esse.



Quero, valorizando as palavras de V. Exa., estar aqui para testemunhar a sua dedicação, a sua responsabilidade, a sua vontade de servir a este estado de forma melhor, conforme está sendo proposto por meio de um orçamento fictício. V. Exa. já demonstrou, por “a” mais “b”, a meu ver.

Não vou me estender, porque V. Exa. precisa falar mais. Acho que precisamos mais de ouvi-lo do que de falar. Mas só gostaria de acrescentar, deputado Felipe Attiê, um alerta: a dívida consolidada líquida de Minas Gerais, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal, de 30/9/2015, era de 195,25%. O limite fixado pelo Senado Federal é de 200%. Quando terminamos o governo de Alberto Pinto Coelho, após o Anastasia, estava em 182%. Já pularam para 195%, com pouco tempo já ultrapassaram os 200% e já arrebataram com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Estão acrescentados todos os argumentos que V. Exa. está expondo para Minas Gerais.

O deputado Felipe Attiê – O PT não gosta de Lei de Responsabilidade Fiscal, grande deputado Bonifácio Mourão. Não gosta, votou contra a criação dela em 2000, foi contra ela. O PT gosta da inflação, o imposto sobre os pobres, que não tem aplicações financeiras, os descamisados. O PT gosta disso para fechar suas contas públicas, do imposto inflacionário, aquele que concentra renda nas mãos dos grandes atacados, dos grandes bancos e empobrece a classe média e o assalariado brasileiro. É disso que ele gosta. Por isso ele faz tanta bagunça fiscal, disciplina orçamentária, como se dinheiro desse em árvore e como se a Casa da Moeda pudesse fazer como fez Diocleciano: falsificar moeda, na época da perseguição aos cristãos, no século III d.C., e rodar moeda de prata, cada vez mais injetando mais cobre na moeda de prata, até o ponto de ela, em vez de ficar prateada, ficar vermelha. Por isso a inflação campeou e derrubou o Império Romano. Isso não funcionou nem no século III d.C., quando não havia capitalismo – era outro sistema de produção. Imaginem agora, que temos uma unidade fiscal e monetária.

Eles não respeitam a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o planejamento para eles não existe, é no saca-rolha. O planejamento é a próxima eleição. Que se dane o resto, Bonifácio Mourão, que se dane o País, a Nação e o projeto.

Vocês querem ver outras absurdezias que não são nem da minha região? O governo quer com R\$500.000,00 realizar 75% das obras de prevenção das cheias do Rio Betim, que são orçadas em R\$94.000.000,00. O governo quer fazer 40% das obras de cheias em Muriaé, que estão orçadas em R\$237.000.000,00. O governo quer fazer essa obra com R\$500.000,00. O governo quer fazer uma tal de obra do Córrego Riacho das Pedras, em Contagem, orçado em R\$120.000.000,00, com R\$500.000,00. Não sei como fazer obras desse porte.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* – Para contribuir com os seus números, vou citar números reais fornecidos por nós, através da Federação das Indústrias, que mostram a queda da arrecadação no Brasil e em Minas Gerais. Em 2 minutos posso falar para você.

A indústria em geral, no Brasil, já caiu este ano 7,4%; em Minas, 7,2%. O faturamento, 14,5% a menos. A extrativa é 7,3% no Brasil; em Minas, 0,8% – que ainda foi pouco –, em Minas 2,7%. A indústria de transformação no Brasil caiu 9,2%; em Minas, 9,8%; e o faturamento, 15,3%. Veículos automotores, que pesam muito no orçamento do Estado, no Brasil, caíram menos 23%; em Minas, caíram 31,9%; e o faturamento, 33,3% da indústria automotiva no Brasil. Agora vem outro pior ainda. Máquinas e equipamentos, no Brasil, caíram 13,1%; em Minas, 37,5%; e o faturamento caiu 48,1%. Metais, no Brasil, menos 10%; Minas, menos 10%; e o faturamento, 31% a menos. E vai por aí adiante.

Para terminar esses números, rapidamente, vou falar de arrecadação. O faturamento da indústria em geral: se ela caiu 14,5%, o ICMS em Minas está caindo 1,9%. Na indústria extrativa 2,7%; o ICMS vai arrecadar 32% a menos. Os números são todos ruins. A mineração vai diminuir 15,9% o faturamento do ICMS. A metalurgia vai cair o faturamento em 9%, mas o ICMS, 31,2%. É muita coisa. Há ainda os produtos de metal... Tudo caindo. O faturamento de máquinas e equipamentos está caindo 48%. É quase metade do faturamento, e vai ter um ICMS a menos de 9,5%. Veículos automotores: o faturamento cai 33,3%; e o ICMS, 25%. Imagine que cada R\$4,00 vão cair para R\$3,00. Isso quer dizer que vai se perder muito. O pior, que você conhece muito: a construção civil vai cair 46,9%, praticamente 50%.



O deputado Felipe Attiê* – O País está derretendo. A atividade econômica está derretendo, a depressão está deformando o Brasil.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* – Muito obrigado, deputado.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, eu quero dizer ao deputado Antônio Carlos Arantes que tínhamos uma previsão de semestre de R\$34.000.000.000,00, e vão-se arrecadar R\$31.000.000.000,00 – R\$3.000.000.000,00 a menos. Já foi de R\$37.000.000,00, quando o Alberto Pinto Coelho mandou para esta Casa o orçamento, em setembro do ano passado. De setembro do ano passado a setembro deste ano, o ICMS caiu de R\$37.000.000.000,00 para R\$31.000.000.000,00 – caiu R\$6.000.000.000,00 só na queda do ICMS.

Então, na verdade, a situação é de deterioração das contas públicas, que não colabora em nada, deputado Antônio Carlos Arantes. V. Exa. é um homem atuante na indústria, nos negócios, junto com os deputados Dalmo e Mourão. V. Exas. sabem da importância dessa arrecadação, da atividade econômica para a arrecadação. Tenho certeza de que o governo não vai conseguir nada com esse aumento de ICMS de 180 produtos, no processo em que estamos, entrando em depressão econômica, com um desaquecimento brutal da atividade econômica. Este Natal será um fracasso. Tenho visto, andando nas ruas, nos *shoppings* e nos locais; tenho conversado com os comerciantes, ouvido o povo. A preocupação é muito grande, e precisamos ser realistas e ter seriedade aqui em Minas Gerais.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Deputado Felipe, parabéns V. Exa. por essa explanação fundamentada e consistente. V. Exa., que é professor, sabe perfeitamente como lidar com números, principalmente quando se fala em orçamento. Até no orçamento doméstico precisamos ter responsabilidade, imaginem o orçamento do Estado. Quando V. Exa. anuncia esses números fictícios, somente para abrir janela, isso não podemos admitir. Essa colocação de V. Exa. estamos tendo o desprazer de ver em todos os setores da indústria mineira, inclusive na indústria de transformação, um verdadeiro caos, o desemprego assolando todas as fábricas, principalmente as próprias indústrias que não têm tido essa garantia de sustentabilidade, principalmente na área econômica.

Quero manifestar a V. Exa. essa preocupação, e por que não dizer que vamos buscar exatamente nas suas lições? Não podemos votar um orçamento fictício, uma peça de ficção para ser aprovada sem trazer absolutamente nada de consistente à população mineira. Por isso estamos unidos e devemos debater e conhecer o assunto. V. Exa., desde o primeiro momento, na Comissão de Fiscalização Financeira, tem procurado clarear essa situação. Lamentavelmente, sua palavra, seu conhecimento não encontraram eco, principalmente quando faz essa explanação neste momento. Todos os setores estão trazendo os mais sérios prejuízos à economia mineira. Não temos nenhum setor que não tenha esse desestímulo, principalmente o do vestuário. Na nossa região são constantes as preocupações com esse decreto que será editado a partir do dia 1º, com aumento da carga tributária de 152 produtos, inclusive na área farmacêutica. Já debatemos e fomos várias vezes demonstrar ao secretário de Fazenda, apresentando quadros do que acontecerá com o aumento da carga tributária de 7% para 25%, de 12% para 18% nas mais variadas modalidades. Isso com certeza trará o caos e o desemprego ao povo de Minas. Obrigado.

O deputado Felipe Attiê – Presidente, quero agradecer a esse grande deputado defensor da indústria mineira, presidente da Frente Parlamentar da Indústria, esse gigante do Sul de Minas, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Sr. Presidente, espero que o Tribunal de Contas do Estado tenha a sua bíblia. Na igreja cristã, a Bíblia é o livro mais sagrado. No Tribunal de Contas do Estado, muitos conselheiros são políticos, e precisam ser menos políticos e mais técnicos. O Tribunal de Contas é o lugar das coisas técnicas, e a bíblia de vocês se chama Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal nº 101, de 2000. Essa é a bíblia do Tribunal de Contas do Estado. Vocês devem andar com isso aqui e apertar o Sr. Fernando Pimentel, e quero ver, porque já vai fazendo tudo quanto é pedalada fiscal. Não entregam a nós. Creio que já estão usando dinheiro de convênio carimbado, usam numa semana, redepõem na outra, não fornecem os extratos para nós, da oposição, das contas dos bancos, para acompanharmos a movimentação. Negam isso, e já estão dando marretada fiscal para todo lado, e no desespero do ano que vem vão dar mais ainda, porque querem gastar o que não podem.



Sr. Presidente, agradeço a V. Exa., mas não vou me demorar mais porque, na verdade, está aqui demonstrado o que este governo veio a fazer. Governar não fácil, governar é encontrar dificuldade. Disse aqui numa das primeiras frases nesta tribuna ao PT: a rapadura é doce, mas é dura, e pode quebrar a dentadura do PT. Avisei vocês em fevereiro, e estou avisando novamente: cuidado, pelas coisas que estão nesse orçamento, vocês vão tocar o Estado nos cocos. É assim que se diz em Uberlândia: nos cocos, sem planejamento, sem nada. Corre daqui para pegar dali, como no boteco de pinga.

Quando chega o leiteiro, pega-se o dinheiro do cigarro para pagar ao leiteiro; quando chega o cara do cigarro, pega-se o dinheiro da cerveja para pagar o cigarro; quando chega o cara da cerveja, pede-se a ele voltar amanhã, que não dá mais para pagar-lhe. E assim vai.

Vocês estão administrando desse jeito, o que não funciona num estado desse tamanho. Vocês precisam enfrentar os problemas e fazer o maior enxugamento da máquina pública de Minas Gerais, o maior corte de despesa da história deste País, para que consigam atravessar a conta. Com aquele discurso de campanha, vocês já enganaram o povo e já ganharam a eleição. Qual era o discurso de vocês? Gordos aumentos salariais para os funcionários públicos, o que não têm como fazer, como está demonstrado aqui. Você prometeram, já ganharam a eleição, já passaram a perna no funcionalismo. E agora o que vocês vão fazer? Para os outros, para os empresários e a classe média, vocês falam que vão reduzir impostos. Também já enganaram a classe média e os empresários, pois ganharam a eleição e já subiram os impostos em mais de 180 produtos, dos quais o ICMS vai aumentar em 1º de janeiro. Então, o discurso de vocês acabou. Agora, vocês têm de cair na real, porque os servidores têm de receber em dia. Não se pode dizer aos servidores que não há dinheiro para pagar-lhes. E isso não está longe de acontecer. Estou falando de outubro, de novembro... É a partir de novembro.

Então, se vocês estão vendo esses problemas, tomem as medidas gerenciais e administrativas necessárias para a condução do Estado. Retomem a atividade de planejamento, porque na crise é preciso ter planejamento, ordem, eficiência e rigor. Vocês não podem dar um curto-circuito histórico nas contas públicas de Minas Gerais, com o apagão fiscal, baseado numa gambiarra elétrica, uma gambiarra que é um trambique fiscal e orçamentário, que é essa peça que vocês enviaram a esta Casa e a que vou dizer não. Vou votar contrariamente, baseado em tudo o que disse aqui. E poderia dizer muito mais, mostrando tanta incoerência e desplanejamento. Eu até disse que conheci o MST, mas não o MSeplag, ou seja, o movimento dos sem-planejamento, que se instalou no coração do governo Pimentel e vai fazendo as coisas aos poucos.

Então, nós, da oposição, por responsabilidade com Minas Gerais, vamos votar contrariamente a esse orçamento, que vai dar com os burros n'água. Não queremos ter nosso voto ligado a isso. No início do ano, já aprovamos, contrariados, um orçamento com um déficit que não existia na época, mas considerando que a economia estava derretendo, a receita estava indo abaixo, e o País foi quebrado por aqueles que nos antecederam: Sr. Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento Econômico; Sr. Guido Mantega, ministro da Fazenda; Sra. Míriam Belchior, ministra do Planejamento; Sra. Dilma Rousseff e seu ilustre pai e guru, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Foram esses que colocaram o Brasil nesta situação, deputados. Foram eles. Eram eles que ocupavam os postos-chave da República e da Nação, no comando da economia brasileira, e fizeram uma asneira atrás da outra, até quebrar as finanças públicas, criando o maior rombo que eu, nascido em 1969, já vi nas contas brasileiras, com a forma como vêm caminhando as contas públicas, que é como a boca do jacaré: a receita na mandíbula de baixo, apontando para o fundo do rio, e a despesa na mandíbula de cima, apontando para o céu, para o infinito. É isso, presidente, o que está acontecendo. Não podemos aceitar administradores como esses, com cérebro de macaco, a esperteza de macaco e a boca de jacaré, que é essa turma do PT. Temos de dar duro neles, deputados, aqui e em qualquer lugar; temos de dar duro nesses administradores de meia-tigela, como diria minha mãe, esses homens que só pensam com o cérebro esperto do macaco e com a boca de cobrar impostos. Não podemos mandar a conta para vocês pagarem; não podemos mandar a conta para vocês, trabalhadores; vocês, pequenos empresários; vocês, industriais; vocês, que sustentam este país. Até porque político não sustenta o Brasil; juiz não sustenta o Brasil, promotor não sustenta o Brasil. Os funcionários públicos vivem, como eu, da receita que a iniciativa privada paga aos cofres. Pelo poder dos impostos e dos tributos, nós cobramos a nossa renda deles. Se acabarmos com a iniciativa privada, com aqueles que produzem, se não dermos condições de

crescimento a este país, não teremos como pagar os nossos salários, tocar adiante o Estado e oferecer educação, saúde, segurança, transporte e qualidade de vida à população.

Este orçamento que está aqui é o maior trambique fiscal que eu vi e digo não a ele. Vamos votar “não”. Convoco a oposição em Minas Gerais do Bloco Verdade e Coerência, meus colegas e companheiros a votarmos “não” a essa farsa que se manda aqui, para evitarmos amanhã compactuar com um dos maiores desastres financeiros e orçamentários que Minas Gerais está por ver no ano que vem. Deixo claro aos senhores: não vamos compactuar com isso em momento nenhum.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Mais um aparte, deputado, exatamente porque quero agradecer ao deputado Bosco, no exercício da presidência, por ter dado mais 15 minutos a V. Exa., num pronunciamento extremamente importante para Minas Gerais. Mas, pelo que entendi de tudo que V. Exa. falou – e ficamos muito atentos –, traduziria isso para um pai de família. V. Exa. falou: um pai de família tem a mulher e três filhos. Com os três filhos ele gasta R\$1.000,00 na escola. Depois, com aluguel, conta de luz – que está alta –, telefone e assim por diante, vai para R\$1.800,00. Ele tem de ganhar, pelo menos, R\$1.900,00, R\$2.000,00 para sobrar dinheiro para comprar remédio. Ora, se ele ganha R\$2.000,00 e gasta R\$5.000,00, como vai viver? Ele vai chegar no final do ano quebrado. Não tem alternativa nenhuma.

O deputado Felipe Attiê – Hora que os agiotas vão aumentar o crédito.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Ele vai ter de tirar os filhos da escola, não vai ter dinheiro para comprar roupa, sapatos para eles. No ano seguinte não vai ter mais. É o que V. Exa. está demonstrando: uma falta de planejamento absoluta, deputado Dalmo Ribeiro Silva, por parte do governador do Estado e do secretário de Planejamento, Sr. Helvécio Magalhães, que, só de gratificação agora – e V. exa. sabe disso –, está recebendo mais de R\$28.000,00 nos diversos conselhos, além de seus vencimentos de secretário.

Então, o governo sem planejamento não tem condição de realizar. Governo tem de ter, conforme nos ensinou Antonio Augusto Anastasia, planejamento, sobretudo as prioridades.

O deputado Felipe Attiê – Mário Henrique Simonsen já dizia isso.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Não é isso? E ele não tem planejamento. Estamos vivendo num governo sem planejamento. V. Exa. demonstrou com clareza solar essa situação aí.

O deputado Felipe Attiê – É aquela expressão popular: vende o almoço para fazer a janta. Esse é o governo.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Exato, quando V. Exa. mostra que ele vai arrecadar muito menos do que está prevendo, vai gastar muito mais do que está orçando. V. Exa. demonstrou isso com números, ficou mais do que claro.

Então, estou plenamente convencido de que não podemos aprovar um orçamento desse. Temos de votar contra.

O deputado Felipe Attiê – Agradeço ao deputado Bosco a gentileza, a clareza, bem como ao deputado Dalmo Ribeiro Silva e demais deputados que me ouviram. Espero estar errado, porque os números vão aparecer. Veremos quem tem a verdade nas mãos. A matemática é uma ciência exata; nas previsões matemáticas, um mais um são dois, para o PT, para o PSDB, para o “p” que for.

Estou aqui na defesa do povo de Minas Gerais, cumprindo meu papel constitucional de deputado, fiscalizador do orçamento, membro da Comissão de Fiscalização Financeira. Lá, fui impedido, pela Maioria do Governo, que faz o que o governo manda, de dizer isso. Mas aqui, no Plenário, enquanto puder, vou alertar os mineiros para o que vai se instalar ano que vem em Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

**105ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 16/12/2015**

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, cumprimento V. Exa. mais uma vez pela condução serena e firme dos nossos trabalhos, em virtude de sua experiência no Parlamento. Saúdo meu querido amigo, deputado Dirceu Ribeiro, que hoje tanto se dedica a esta Mesa.

Caríssimos deputados e deputadas, quero fazer um pequeno balanço. Estamos terminando o ano, que foi de muitas dificuldades. Acompanhamos as dificuldades desde a porta da prefeitura, desde as câmaras municipais, desde este momento, que assolou e tem assolado nossa economia e o desenvolvimento de cada município. Sabemos muito bem que a sede do desenvolvimento do Estado está no município. É no município onde as coisas acontecem, com prefeito dedicado, incansável. Quero saudar todos os prefeitos, que fazem esse trabalho, na pessoa do meu querido prefeito Maurício Lemes de Carvalho, que esteve conosco esta semana em Belo Horizonte. Estamos preocupados com a queda do fundo de participação, essa falta de repasses do governo do Estado aos municípios. Temos sentido muito a falta do desenvolvimento contínuo. Hoje muitos prefeitos ainda não têm o recurso necessário para pagar o décimo terceiro salário, para pagar a folha de dezembro. Eles têm enfrentado as maiores dificuldades na administração municipal.

Quero fazer essa reflexão com nossos deputados. Foi um ano extremamente difícil. Tivemos abatimento moral e político que tem assolado todas as partes do Brasil e do exterior.

Há essa dificuldade de transparência, essa corrupção desenfreada que traz realmente uma mancha maléfica à política brasileira.

Mas quero destacar, acima de tudo, nossa enorme preocupação como parlamentares, essa preocupação de cada um dos que já estivemos nesta tribuna defendendo nossas regiões, nossos municípios. No meu caso, tenho a honra de ser o deputado mais votado do Sul de Minas, o mais votado pelo PSDB no Estado. Temos trabalhado incansavelmente na construção, com os prefeitos e as comunidades, para que os municípios, acima de tudo, tenham sua representatividade de cada municípe e de cada mineiro.

Vejo, deputado Arlen Santiago, que estamos cumprindo nosso papel de representantes da comunidade. Muitos que aqui se encontram pela primeira vez têm procurado efetivamente defender, com unhas e dentes, sua cidade, sua região, levando recursos, apresentando projetos e principalmente fazendo com que cada município, cada região realmente tenha sua garantia de desenvolvimento.

O que tanto tem nos preocupado, já falamos aqui, é o custo de vida altíssimo, é a carga tributária que assola todas as empresas que temos, as nossas indústrias. Há ainda o decreto do governador: a partir de 1º de janeiro haverá aumento substancial do ICMS em vários produtos, em vários materiais, até em remédios, em material escolar, que praticamente está nessa lista. Pudemos até manifestar, como presidente da frente parlamentar, essa grande preocupação. Muitas das empresas do Sul de Minas, como de todo o Estado, têm tido dificuldade de interlocução. Há questão de uns 20 dias, reunimo-nos aqui com os representantes das indústrias farmacêuticas. Tive o prazer de convidar o deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, para trabalhar conosco a fim de que o Estado tenha sensibilidade para a não edição desse decreto, que, com certeza, inviabilizará muitos investimentos.

Quero destacar a nossa satisfação na construção dessas propostas, principalmente em defesa dos mais variados setores, a exemplo da saúde do Sul de Minas, como acabei de falar, pelo exemplo que representa o hospital Samuel Libânio, de Pouso Alegre. Temos a minha santa casa de Ouro Fino; temos, no hospital de Poços de Caldas, um projeto para construção do importante hospital do câncer, projetado, há muito tempo, a várias mãos para toda a região; temos a santa casa de Itajubá, o hospital de Itajubá; temos o Hospital Maternidade São Lucas, de Extrema, que tem prestado os mais relevantes serviços. Tivemos, há poucos dias, uma crise seriíssima no hospital de Santa Rita, no Hospital Antônio Moreira da Costa, por falta de recursos.



Deputado Arlen Santiago, V. Exa., como profundo conhecedor da saúde, está acompanhando muito de perto. V. Exa. já me deu o prazer, por nosso requerimento, de estar em Pouso Alegre fazendo uma audiência das mais concorridas que tivemos, com a presença também do deputado Antônio Jorge, ex-secretário da Saúde, momento em que V. Exa. pôde perceber a seriedade do que estamos tratando, a nossa responsabilidade parlamentar em busca de recursos para as nossas unidades hospitalares, a exemplo de Cambuí, de Camanducaia, de São Gonçalo do Sapucaí e de tantas outras. O que aconteceu, deputado? Depois de tantas e tantas convocações que fizemos, não conseguimos absolutamente fazer com que o Estado tivesse sensibilidade para fazer com que esses hospitais tivessem o mesmo atendimento, um atendimento altamente qualificado, com médicos competentes, com enfermeiras e enfermeiros. Lamentavelmente falta essa parceria, faltam recursos, falta o custeio.

Deputado Arlen Santiago, mais uma vez, quero agradecer muito a V. Exa. ter ido a Pouso Alegre, à audiência, quando reunimos 48 municípios. V. Exa. deve se recordar de que todos os municípios estavam presentes, apresentando as reivindicações, uma pauta mínima de atendimento para a área da saúde.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Deputado Dalmo, como sempre V. Exa. abordando temas extremamente importantes. Foi uma alegria a Comissão de Saúde ter ido a Pouso Alegre, em que estavam presentes quase 50 cidades para demonstrar a maneira como V. Exa. cuida daquele Sul de Minas.

Além disso, ficamos sabendo a respeito do Hospital Samuel Libânio, do qual V. Exa. já tinha falado várias vezes comigo: bem-gerenciado, com transplante, oncologia do Primeiro Mundo, um hospital universitário. O governo do PT federal está acabando com toda a saúde do Brasil. Eles não dão conta de gerenciar nada.

Além disso, o governo do PT, que assumiu Minas Gerais, está importando a maneira de gerenciar do governo federal. Como é que ele gerencia? Deixa para lá, acaba com a Santa Casa de Araxá, acaba com Uberlândia, acaba com tudo. Rapa o tacho e resolve o problema da população? Não, não resolve.

Nós fizemos um documento porque, até setembro, infelizmente, o governo do PT investiu pouco mais da metade do que seria sua obrigação investir na área da saúde, pouco mais da metade: R\$2.000.000.000,00 até o fim de setembro, de um total de mais de R\$4.500.000.000,00. E nós mandamos esse documento ao secretário de Saúde, ao secretário de Planejamento, ao presidente Adalclever Lopes, para que se empenhassem um pouquinho para cada um dos hospitais de câncer, como o hospital de Passos, como o Hospital Samuel Libânio, a Santa Casa de Belo Horizonte, o Hospital da Baleia, que está passando por dificuldades enormes, o Hospital Mário Penna. Por que pedimos para os hospitais de câncer? Porque são hospitais de ponta, são os maiores.

Em relação aos hospitais federais, o governo teria de, pelo menos, empenhar-se em chegar perto dos 12%. Eu não acredito, V. Exa. e eu quase ficamos surdos de tanto ouvir a oposição passada dizer repetidamente que tinha de investir 12%. O governador atual prometeu, prometeu, prometeu e não cumpriu, esqueceu, como tudo que o PT faz. E aí nós colocamos no documento para mandar um dinheirinho para o Hospital Samuel Libânio, uns R\$3.000.000,00; uns R\$4.000.000,00 para o Mário Penna, uns R\$3.000.000,00 para a santa casa, empenhar-se no custeio para que os hospitais não fechassem, principalmente porque os remédios já subiram 20% este ano, numa inflação de quase 11%, e a luz elétrica subiu quase 100%.

Deputado Dalmo, estamos vendo o seguinte: é PT federal, é PT estadual, e o povo morrendo à porta dos hospitais, o povo sofrendo com a saúde, e agora as coitadas da Lei nº 100 sendo espezinhadas pelo governo do PT.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Realmente, V. Exa. tem razão. Nós temos de cobrar, com responsabilidade, principalmente fazendo com que todas as ações que temos desempenhado, que até hoje não conseguimos, sejam efetivamente atendidas. Pedimos pelo menos conhecimento dos projetos. Todos estão, praticamente, necessitando. São projetos que se encontram na secretaria aguardando uma solução e um olhar por parte do secretário.

Aproveito esses últimos minutos que me restam, Sr. Presidente, para fazer uma alusão: junto à Comissão de Segurança Pública realizamos, há poucos dias, duas importantes audiências públicas. A primeira a que vou me referir, quando realizamos

uma das maiores já ocorridas no seio da Comissão de Segurança Pública, no Município de Andradas; a outra, recentemente, ocorrida aqui, na Assembleia, a respeito de Santa Rita de Sapucaí, em que tratamos da segurança pública dos dois municípios. Aliás, precisamos ter um olhar como um todo porque todos os municípios estão com problema seriíssimo de segurança pública.

Quero me dirigir a Andradas. Tenho recebido constantes apelos. Fizemos uma audiência importante para debater e conhecer as causas do alto índice de criminalidade de Andradas. Hoje, Andradas, na divisa com São Paulo, apresenta um alto índice de criminalidade. Já solicitamos várias providências ao Comando-Geral da Polícia Militar, ao secretário de Defesa Social quanto ao aumento de efetivo, e também um olhar diferenciado para esse município.

Nessa audiência pública ficamos preocupadíssimos, assim como toda a sociedade e autoridades constituídas, a exemplo também de Santa Rita do Sapucaí, os vereadores estiveram aqui, praticamente toda a câmara municipal, apresentando reivindicações, uma solicitação especial para atender esses dois importantes municípios.

Quero, mais uma vez, renovar nosso apelo ao secretário Bernardo Santana e ao Comando-Geral da Polícia Militar: que tenham um olhar diferenciado de atenção aos nossos municípios, particularmente os do Sul de Minas, que fazem parte do cinturão de segurança na divisa com São Paulo. Como é o caso de Passa-Quatro, em que houve crimes há 30, 90 dias. E em outros municípios também sabemos que a falta de efetivo tem sido a tônica de todos prefeitos, que hoje reivindicam aumento de efetivo. Quero mais uma vez, aproveitando que apresentamos requerimentos, pedir que o secretário dê atenção especial a nossos municípios da região.

O deputado Isauro Calais (em aparte)* – Deputado Dalmo Ribeiro Silva, muito obrigado por esses 30 segundos, só quero agradecer a V. Exa. e dirigir-me, na sua pessoa, a todos os deputados que estão na Casa há dois, três, quatro, cinco, seis mandatos, pela receptividade que tive. V. Exa. representa o carinho, a atenção com os deputados novatos. Estou me dirigindo a V. Exa. para que represente a todos os decanos desta Casa pelo carinho e atenção que sempre me dirigiu, o que sempre tentou nos ensinar neste primeiro ano de mandato. Quero estar sempre seguindo os passos desse professor que V. Exa. representa para este deputado. Muito obrigado pelo carinho e pela experiência que transmite a todos os novatos. Que Deus abençoe V. Exa. e seus familiares no Natal e que 2016 seja um ano maravilhoso para todos vocês!

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado. V. Exa. é quem enriquece o Parlamento mineiro pela sua vida extraordinária junto à Defensoria Pública.

Para encerrar, e como talvez amanhã não tenhamos oportunidade de usar da tribuna, gostaria de apresentar meus votos de um feliz e santo Natal a todos os deputados e deputadas, a todos os servidores desta Casa, indistintamente. Hoje sabemos que o Parlamento mineiro é o melhor parlamento do Brasil, pela prestação de serviço, pela experiência, pelo conhecimento de cada servidor. Quero apresentar meus agradecimentos, em meu nome e no de minha família, aos queridos servidores do meu gabinete, que não mediram esforços na elaboração e execução de muitos projetos; a meu filho Felipe, que está comigo; a minha esposa Dalvinha e ao Lucas, em Ouro Fino; a todos os parlamentares e a toda a Mesa o agradecimento pela construção de mais um ano importante, em que preservamos acima de tudo uma amizade filial e respeitosa, que, sem dúvida alguma, nos engrandece. Aqui as ideias são divergentes, mas temos comportamento de respeito à vida de cada um. Desejo a todos um feliz e santo Natal, repleto de alegrias, e que tenhamos um ano novo com muitas realizações. Que o Parlamento mineiro continue a ser plural, respeitoso, combativo, guerreiro, dando-nos gosto fazer parte desta querida Casa Legislativa. E, na pessoa do nosso presidente, Adalclever Lopes, e na do deputado Hely Tarquínio, abraço toda a nossa Mesa, parabenizando-a pelo extraordinário trabalho ao longo deste primeiro ano legislativo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, visitantes desta Casa, boa tarde. Gostaria de cumprimentar o presidente Hely Tarquínio e, ao fazê-lo, destacar a forma tranquila e moderada com que dirigiu a maioria das nossas reuniões neste ano. Deixo os meus cumprimentos e agradecimentos ao nosso colega médico, Dr. Hely Tarquínio.



Estamos praticamente na nossa última reunião do ano, já no apagar das luzes do processo político e administrativo da Assembleia de Minas de 2015, e, infelizmente, como fiz no início do ano, gostaria de fazer novamente algumas referências às dificuldades que vivenciamos na saúde pública do nosso país.

Na Comissão de Saúde, de que sou vice-presidente, tivemos a preocupação de fazer inúmeras audiências públicas e visitas variadas e de receber nesta Casa não só os gestores da saúde, como o secretário e sua equipe, mas também os gestores de hospitais que servem à rede pública e a população, de que grande parcela veio pedir socorro à Assembleia para a saúde pública do nosso estado. É um triste fim de ano; talvez não tenhamos muito a comemorar na saúde pública. Sem dúvida, houve uma grande perda de qualidade no atendimento que o SUS oferece à maioria dos brasileiros que não podem custear um tratamento, pagar uma consulta ou uma internação particular. Aos milhões de brasileiros e mineiros que não tiveram acesso a um plano de saúde e que dependem do SUS; àquele trabalhador que vai para a porta dos hospitais à espera de uma vaga para internação ou para a porta dos postos de saúde em busca de uma consulta; àquela mãe que carrega o seu filho doente, febril, esperando um socorro médico; a esses brasileiros, gostaria de prestar a minha homenagem.

É preciso dizer, em alto e bom som, que o governo do nosso país basicamente abandonou o atendimento à nossa população. A saúde pública do Brasil, hoje, envergonha qualquer pessoa. A saúde pública do Brasil me envergonha, como médico, como parlamentar e como cidadão brasileiro, porque não se preocupa em acolher, atender e abraçar a nossa população. Aquela paciente que foi estimulada a procurar os serviços públicos para fazer uma mamografia e descobriu que está com câncer de mama ou aquele paciente que foi estimulado a aderir ao Novembro Azul e fazer o exame de próstata e descobriu que está com câncer, esses brasileiros, infelizmente, não conseguem dar continuação a seus tratamentos. Mas o governo, mais do que deixar de atender a nossa população, fez recair nas costas dos médicos e dos hospitais o dever de atendê-la.

Mas, no meio de tanto caos, gostaria de destacar algumas coisas. Não estou falando de um país muito mais pobre do que o nosso; estou falando do nosso Brasil, mesmo. Basta irmos a um posto de saúde ou a um pronto-socorro que serve à população, para constataremos essa triste realidade.

No entanto, no meio de tanto infortúnio e tanta dificuldade para o nosso povo, gostaria de destacar o atendimento das santas casas e dos hospitais filantrópicos. Muitas vezes, mesmo sabendo que estão tendo prejuízos terríveis, monstruosos e impagáveis, sendo obrigados a recorrer a bancos, não deixam de atender a nossa população com suas possibilidades, ou seja, como é possível atender.

No meio de todos esses hospitais, peço licença para destacar o papel da Santa Casa de Montes Claros, que certamente é o hospital mais importante que temos da metade de Minas para cima, envolvendo o Sul da Bahia, o Jequitinhonha e o Noroeste. Essa casa de saúde centenária tem cumprido o seu papel e faz de tudo para atender aos seus pacientes. Agora ela não tem mais como recorrer aos bancos e, muitas vezes, deixa de cumprir outras responsabilidades para não interromper os seus tratamentos e passou por dificuldades quando o Estado e a prefeitura da nossa cidade não repassaram regularmente os seus recursos. Ela sempre esteve presente e, para mim, é o símbolo de toda essa luta e esse trabalho da sua direção, na pessoa dos Drs. Heli Penido, seu provedor, Maurício, diretor, Hugo e Carlos, do seu corpo clínico, dos médicos, dos funcionários, das pessoas que se doam para ajudar a amenizar um pouco o sofrimento da população de Montes Claros e de todo o Norte de Minas.

Como se não bastasse todo esse cenário que estamos observando aí, há falta de sensibilidade da parte do Ministério da Saúde – às vezes, a culpa não é tanto do ministro, porque, no ano, foram trocados três ministros por conveniência política –, há falta de programa e de atendimento. Além disso, falta uma sensibilidade maior, pois se deixou encerrar o Farmácia Popular, que é um programa importantíssimo para o nosso povo. As farmácias vendiam medicamentos 90% mais barato do que as farmácias comerciais. Esse programa atendeu a milhões de pessoas e controlava o uso do remédio, ou melhor, do medicamento para combater a hipertensão arterial, o diabetes, assim como várias outras doenças. O paciente tinha o endereço



certo, que eram farmácias populares. Só que, de uma hora para outra, esse programa terminou sem explicação, sem corte de verbas para manter o custeio e segurar o orçamento da União.

Depois vieram outras maldades contra a população de Minas Gerais, caro Sargento Rodrigues. Em Minas, nos últimos meses, cortaram milhares de cirurgias eletivas; cirurgias de hérnia e pedra na vesícula, mioma uterino, catarata, nódulo mamário, Doutor Wilson, estão cortadas até segunda ordem. Foram cortadas milhares de cirurgias eletivas. Pergunto: quem precisa desse atendimento do SUS, caro Mourão? Os pobres, o trabalhador, a pessoa que não tem Unimed ou outro plano de saúde e aquele coitado que, no final do mês, faz as continhas para ver se fecha o mês.

E ele está vendo ali a sua doença, o seu problema, mas se depara com essa maldade imensurável do governo federal, mandando cortar as cirurgias eletivas. Por que não cortaram a corrupção que campeia este país? Por que não tiveram a coragem de evitar a roubalheira que se estabeleceu em todos os órgãos do governo federal? Se você olha para a Eletrobras, tem roubalheira. Se você olha para o processo de transposição do Rio São Francisco, estão ali os cinco dedos de maus brasileiros, de pessoas que não têm sensibilidade, que querem encher as suas contas no País e fora dele, insaciavelmente para roubar, para assaltar este país. E agora querem equilibrar as contas, fazendo covardemente com que a população injustamente pague essa conta.

É este o país em que estamos vivendo, um país onde a inflação já passou da casa dos 10%, onde a inflação corrói, onde a inflação acaba com o sonho do brasileiro de ter um Natal melhor, de fazer uma pequena viagem, de comprar um presentinho para o seu filho. Essa inflação corrói. E os milhões de brasileiros que estão desempregados, Dr. Wilson? O governo não está pensando nisso. O governo não sabe ou não quer saber ou finge que não sabe, e temos os mais altos juros do mundo aqui no País. A nossa gasolina é a mais cara do mundo, o óleo diesel do Brasil é o mais caro do mundo, o gás de cozinha é o mais caro do mundo, e esse povo finge que não está acontecendo nada.

Será que não tem alguém que chegue perto da presidenta Dilma e fale: “Presidenta, pare de se preocupar com *impeachment*, pare de se preocupar com Eduardo Cunha, pare de se preocupar com o vice-presidente Temer, pare de se preocupar com Renan Calheiros. Preocupe-se, presidenta, com o seu povo neste apagar das luzes”? Depois não sabem por que 70% do povo brasileiro querem o *impeachment* e desaprovam a administração desta presidenta. Parece que nada está acontecendo. Que país é este? Onde estamos vivendo? Vivo no meu país, vivo no meu Brasil, no meu estado. E isso tudo, Doutor Wilson Batista, está aí doendo na carne da gente, no coração da gente. É por isso que este ano vai ser um dos mais tristes da história do Brasil.

Não quero aqui trazer a discussão de PT, de PSDB. Briguem para lá. Não é isso. Estou falando o que o povo está sentindo. Será que sou só eu? Será que são só as pessoas de bem? Será que as pessoas não estão entendendo a gravidade do que estamos vivendo? Bonifácio Mourão, salvo engano, o senhor já pertenceu ao PMDB, ao antigo MDB – o meu partido também pertenceu ao antigo MDB. Esse partido de tradição caiu de joelhos ontem com a ação premeditada, incentivada pelo governo federal, de invadir o gabinete do presidente da Câmara Federal, de invadir as casas do presidente da Câmara, do Senado, Doutor Wilson Batista, de ministros do PMDB. Esse partido, que tem uma história tão bonita, ficou ontem de joelhos assistindo incrédulo ao que estava acontecendo, à maldade que extravasou contra o PSDB e partidos de oposição. E hoje eles atacam impiedosamente o partido que levou a presidente a ganhar o nosso país, este país da incredulidade, este país que não estou conseguindo entender, Dr. Hely.

Sinto muito, Doutor Wilson Batista, mas gostaria de fazer este desabafo porque estamos no caos. O Brasil chegou à beira do abismo e quem pode nos tirar dessa situação é somente o Congresso Nacional, que tem de ter altivez, que tem de ter a responsabilidade de dizer “não”. Basta o que estão fazendo com o nosso país. Muito obrigado e peço desculpas ao Doutor Wilson Batista.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Antônio Jorge* – Presidente deputado Hely Tarquínio, deputado Sargento Rodrigues... V. Exa. falará porque serei breve. Estamos caminhando para o encerramento desta sessão legislativa, e eu gostaria de manifestar uma preocupação aos pares, como sempre no sentido de ser contributivo com os interesses mais elevados da sociedade de Minas, na agenda que, muito particularmente para este deputado, tem uma relevância muito grande, a agenda da saúde. Aliás, às 15h15min, é possível que muitos brasileiros estejam já plugados na TV Justiça, porque hoje haverá uma manifestação importante do Supremo Tribunal Federal no que tange à continuidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma.

Não quero exatamente entrar nesse aspecto a despeito de tantos indicativos, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, pares aqui presentes, público da galeria. Temos hoje um país de certa forma dividido e muitas questões. Mas, no que tange ao *impeachment* da presidente Dilma, uma ampla maioria da população entende que ela perdeu a capacidade de governar o País. A despeito disso, queria chamar a atenção para um aspecto bastante nefasto da conduta do PT no que tange à máquina pública. Desde o nosso núcleo familiar, deputado Doutor Wilson Batista, a qualquer organização mais complexa, o sistema de mérito é fundamental. As pessoas atingem metas, as pessoas crescem nas organizações, quaisquer que sejam elas. E as organizações serão mais eficientes se esse crescimento, se essa progressão das pessoas atender a critérios de mérito.

Assistimos, em todos os espaços públicos do País, nos últimos anos, a uma avalanche de ocupação de espaços executivos por pessoas que não têm mérito em gestão. Podem ter mérito partidário – companheiros, militantes, alguns sindicalistas, pessoas que são caras ao PT –, mas não são exatamente pessoas habilitadas para posições executivas.

O presidente – Deputado Antônio Jorge, com a sua permissão, quero registrar a presença do nosso ex-colega, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, ex-vice-presidente, que se encontra entre os deputados. É um prazer a sua presença aqui, Doutor Viana. Esteja à vontade para dialogar com todos os nossos companheiros.

Para nós também esse é um motivo de satisfação, até porque estamos falando de saúde, e o ex-deputado Doutor Viana é uma pessoa com uma longa história, nesta Casa, de contribuições a Minas e à saúde.

Mas eu dizia dessa prática do PT e de uma certa ganância, deputado Bonifácio Mourão, em contemplar a companheirada com a ocupação dos espaços públicos. E o pior: se é verdade – e aí a presidente Dilma merece parte do perdão –, temos um sistema presidencialista que depende muito de uma base no Congresso Nacional. Presidencialismo de coalizão. Isso tem fragilizado muito a República brasileira, e a presidente Dilma também foi refém dessa situação, mas usou a pior tática, do toma lá da cá, para tentar manter sua base. E aí entro na questão da saúde.

Tivemos e temos, na saúde brasileira, uma tradição sanitarista de quadros técnicos muito expressivos; uma tradição de Arouca, Eugênio Vilaça, para falar de alguém muito próximo a nós aqui, de Minas Gerais, e tantos outros sanitaristas importantes para o Brasil. E o Ministério da Saúde tem um corpo técnico qualificado. As pessoas, com seus cargos de confiança, que ali transitaram no passado e no presente recente, traziam, na sua história, a bagagem da militância na saúde, esse grande movimento social, o movimento social da saúde, do sanitarista brasileiro, que não tem partido nem dono; diria que o partido é o do SUS, o partido da saúde.

A presidente Dilma vai ser lembrada, já disse na Comissão de Saúde, como a presidente que mais desprestigiou a saúde. Traiu a nação brasileira por ocasião da emenda constitucional. Ficamos 12 anos, deputado Cristiano, lutando pela regulamentação da emenda. Quando veio a regulamentação da emenda, a presidente Dilma colocou a sua base para votar contra o mínimo constitucional na saúde para o ente federal, que é quem detém os maiores recursos. Os estados, hoje, têm de aplicar 12%; os municípios, 15%, mas aplicam 25%, 30%; e a União, em vez de aplicar 10%, aplica pouco mais de 5%, porque mudou a regra para si. Uma renúncia, uma frustração de receita na saúde da ordem de R\$50.000.000.000,00 por ano. Talvez aqui, em Minas, pudéssemos hoje ter R\$5.000.000.000 a mais por ano.

Os orçamentos são sempre comprimidos pelos governos. Sempre digo aqui que os governos – para ficar bem claro, essa é uma tradição nossa no País – aplicam pouco em saúde, não valorizam a saúde. A presidente Dilma, e isso é fato, foi a



presidente que mais constrangeu os orçamentos da saúde. Não é que os orçamentos fossem pequenos, ela sequer executou os orçamentos ano a ano. Para piorar, neste ano tivemos, usando uma linguagem muito própria do grupo de poder do governo federal, como nunca antes, neste país, um corte orçamentário na saúde dessa natureza que a presidente fez, presidente Hely. Foram mais de quinze bilhões em cortes.

Para piorar o desprestígio à saúde, agora, no apagar das luzes deste segundo semestre, botou o Ministério da Saúde, deputado Sargento Rodrigues, como moeda política, para manter a sua fragilíssima base política no Congresso Nacional. Tirou inclusive companheiros. Sei do mal-estar entre pessoas da área sanitária, ligadas ao PT, pessoas importantes, históricas, as quais não quero expor aqui, que estão horrorizados. Tiraram o Ministério da Saúde do ministro Arthur Chioro, um sanitarista, uma pessoa com tradição no movimento da saúde, e o entregaram ao PMDB, para uma pessoa que não tem nenhuma tradição; mas isso era importante para a manutenção da sua base. Recentemente, tiraram o Dr. Tykanori, uma figura queridíssima no Brasil no movimento da saúde mental, para colocar um ex-proprietário de hospício, o diretor da Casa de Saúde Dr. Eiras, que foi talvez o nosso último grande espaço de resistência à reforma psiquiátrica. O seu diretor, hoje, é o coordenador nacional de saúde mental, ligado ao PMDB, mas patrocinado pela presidente Dilma. É uma coisa inacreditável. E isso repercute em todos os escalões.

Vou fazer uma ressalva: em Minas, temos quadros muito qualificados. Felizmente aqui temos muita história: o secretário Fausto, o secretário Helvécio e tantas pessoas importantes têm se mantido à frente da nossa saúde, em Minas Gerais, e isso é muito salutar. Teremos, sempre que pudermos, a expectativa muito positiva de colocar a nossa confiança e o nosso respeito naqueles que dirigem a Secretaria de Estado de Saúde hoje. Mas é preciso que o nosso amigo secretário Fausto e os líderes do governo estejam atentos para que essa ganância de ocupação dos quadros não prejudique o trabalho em Minas Gerais.

Em minha cidade – vou conceder um aparte a V. Exa., deputado Felipe Attiê –, nos últimos 20, talvez 30 anos, a Superintendência Regional de Saúde foi ocupada por pessoas ligadas à saúde, com tradição.

Passaram por ali ex-gestores de Juiz de Fora; ex-gestores de cidades do entorno de Juiz de Fora; ex-professores universitários; o Dr. Sebastião Helvécio, hoje presidente do Tribunal de Contas; o Dr. José Laerte, ex-secretário de Saúde de Juiz de Fora; o Dr. Cláudio Reis, ex-secretário de Juiz de Fora; a Dra. Eunice, ex-secretária de Saúde de Juiz de Fora, hoje diretora da nossa santa casa; o Dr. José Eduardo, psicanalista e psicólogo que tem mestrado na área de saúde pública. Sabem quem está hoje lá? Um sindicalista do PT, um professor de história, que não deve ser uma pessoa muito qualificada nessa área. Tem jeito de dar certo? Não tem jeito de dar certo. E esse cidadão, que respeitamos até o momento, não está merecendo de nós, neste momento, nenhum tipo de reserva, porque está ali fazendo o que sabe fazer: política partidária. Ele não está fazendo política de saúde.

Há poucas semanas, ele se reuniu com vereadores de seu partido na sede de Andrelândia para discutir o hospital. E deu entrevista com os vereadores do seu partido, deixando o prefeito de lado. Quer dizer, há uma ausência de visão republicana. Agora tenta mudar as centrais de regulação de Juiz de Fora, numa discussão absolutamente republicana, horizontalizada, com toda a região, para colocar sob o seu controle uma única fundamentação: a de fazer política partidária.

Então quero deixar claro que vou usar as nossas notas taquigráficas, para não parecer que estamos tomando nenhum tipo de conduta superficializada. Quero que o Dr. Oleg Abramov – aliás, doutor ele não é –, que o nosso superintendente Oleg Abramov saiba que estamos fiscalizando o seu trabalho, que ele não terá espaço para proselitismo partidário, que não terá espaço para fazer política menor e que ou aprende a fazer política de saúde, ou sai do cargo, porque vamos cobrar isso do secretário Fausto e do governador Pimentel, se for preciso. Nesse espaço, no espaço sagrado da saúde, não vão caber perseguições, o olhar pelo retrovisor, a preocupação em atingir, de prejudicar companheiros, de se valer da estrutura partidária para prejudicar adversários. Ali, não, Sr. Oleg. Ali não há esse espaço. Ali é o espaço do trabalho sério, e vamos fiscalizar, viu, Felipe? Vamos colocar alguém ali dentro, para ele saber que está sendo fiscalizado. Ou trabalha pela saúde, pela sociedade de Minas, ou vai fazer política partidária em outro lugar.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Caro grande ex-secretário e deputado Antônio Jorge, homem de lucidez nesta Casa, quando se trata de assunto da saúde, o PMDB e o PT têm essa mania.

O PMDB adveio da luta contra o regime militar, contra a Arena. Os governos militares eram governos técnicos. O PMDB se infiltrava nas igrejas, com aquela conversa de honestidade, num movimento de paz, em cursinho de casal, com aquele discursinho de não sei quê. (– Intervenção fora do microfone). Primeiro, foi o PMDB. Aí ele foi lá e dominou. Como chegaram ao poder pela militância, o PMDB nunca teve o cuidado de ver a meritocracia, de colocar pessoas técnicas. Aí criaram o tal do PT, que veio do sindicalismo. Aí danou-se tudo! Se o PMDB já não tinha esse cuidado, o PT é o caos. Ele pega um sem-terra e o põe como chefe da unidade de um pronto-atendimento. Pega o Oligolev – isso é russo, comunista, o que é isso? Repita o nome dele, porque para mim esse nome é russo.

O deputado Antônio Jorge* – O nosso superintendente é o Oleg Abramov.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Oleg Abramov. Ele pegou esse Oleg Abramov, cujo pai e avó devem ser comunistas, e o colocou para tomar conta da saúde. Rapaz, isso é o fim do mundo. Pegam um sem-terra e o colocam para chefiar hospital. O PT não tem cabimento; é um povo para o qual tudo é no voto; então, só na próxima eleição. Como um país funciona sem meritocracia, deputado, sem organização, sem competência, sem eficiência? O PT é o PMDB ao expoente, ao quadrado, à 10ª potência, com essa mania. O povo que arrumou voto fala “vamos nos infiltrar aqui” e não tocam o País.

O Abramov é o responsável por comprar insulina Lantus, que está faltando?

Quem é esse cidadão?

Deputado, a D. Florípedes Bonifácio chegou ao meu gabinete, em Uberlândia, querendo vender a máquina de costura para comprar a tal da insulina Lantus, porque não pode deixar de tomar, senão adocece e morre. Ela não trabalha e quer vender a sua máquina de costura.

Dei R\$400,00 para ela porque não tinha como comprar essa máquina. Quase chorei com ela.

O deputado Antônio Jorge* – Deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Devolvo a palavra a V. Exa.

O deputado Antônio Jorge* – Quero encerrar de forma talvez cirúrgica. Estamos muito preocupados com a regional de Juiz de Fora. Estamos também preocupados com a regional de Leopoldina. O superintendente Pedro, de Leopoldina, num proselitismo barato e partidário, tomou a palavra numa reunião pública para dizer que, quanto à rede de urgência e emergência, que foi discutida com a presença do MP e de toda a sociedade, as bases foram decididas partidariamente.

Estamos oficiando a regional para nos dar cópias dessa intervenção. Vamos acionar esse cidadão na justiça para que ele demonstre que bases partidárias são essas que definiram a rede de urgência e emergência. Enfim, é uma intervenção de uma política menor. A Casa não merece que este deputado se ocupe desse assunto. Como é muito relevante para a região, é preciso que saibam que fiscalizaremos e não permitiremos essa utilização barata da estrutura da regional de saúde de Juiz de Fora e de Leopoldina. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, tenho 3 minutos. Farei apenas um apelo aos deputados, encarecidamente. Apesar de o clima estar meio quente no Plenário, temos vários requerimentos que são da comissão de barragens. É essa atenção que queria pedir aos deputados e às deputadas.

Quanto a esses requerimentos da comissão de barragem, fizemos um acordo para que eles pudessem ser aprovados e já tivéssemos aquilo que foi solicitado ao DNPM e à Secretaria de Meio Ambiente, assim como requerimentos referentes à Samarco, à BHP etc. Solicitamos que esses requerimentos sejam aprovados porque a comissão, deputado Sargento Rodrigues, ficará trabalhando no período de recesso. Temos, na segunda-feira, uma reunião importante com a Samarco, com a Vale, com a BHP. O deputado Bonifácio Mourão, que é da comissão, também está aqui. Precisamos aprovar esses



requerimentos. É a última reunião que temos. Esses requerimentos precisam chegar às autoridades, para que elas nos deem as respostas para a comissão funcionar.

Estou utilizando o tempo que me restou para fazer esse apelo. Para V. Exas. terem uma ideia, colocarei o tipo de requerimento que é esse. Ontem estivemos em Barra Longa. Fiquei impressionado. Só mesmo indo lá e vendo a situação das pessoas. Estivemos em Valadares. Mourão, acompanhamos lá o nível das águas, a turbidez e as pessoas em fila recebendo água. Pudemos ver o drama daquelas pessoas.

Bonifácio Mourão, lá em Barra Longa é impressionante. Como a lama chegou até a cidade, a cidade está um caos. Vai se tirando lama das casas, tirando lama de todos os lugares, e essa lama vai sendo depositada na beira do rio, sujando a cidade toda. Um maquinário pesado trinca casas, e as pessoas vão ficando cada vez mais dependentes da Samarco, deputado Felipe Attiê. A Samarco não negocia aquilo que resolverá o problema do município, considerando os recursos. Ela quer resolver individualmente.

Perguntaram para uma senhora se ela tinha a nota fiscal da máquina de lavar. Ela respondeu que estava na lama, se achassem. A assistente social pediu a essa senhora a nota fiscal da máquina de lavar, que estava no terreiro da casa dela. Foi perguntado: “A senhora tem nota fiscal?”. A senhora respondeu: “A nota fiscal, minha senhora, infelizmente a lama levou. Se a senhora achá-la na lama, posso apresentá-la”.

Digo isso, deputado Bonifácio Mourão, para que saibam como as coisas estão. O drama dessas famílias é muito grande. Não há como tirar toda aquela lama. Teremos de saber se há algum procedimento em que aquela lama, aquela terra possa passar por algum processo de tratamento, do ponto de vista de fertilizantes, etc., para que ali nasça alguma coisa que possa reflorestar o próprio curso do rio.

Porque é muita coisa, é impressionante. A lama lá chegou... Eu tenho uma foto, com o braço estendido com uma caneta – a deputada Ione Pinheiro foi comigo lá –, e a marca da lama estava muito acima, e a gente estava em cima da lama, porque o nível do rio estava lá embaixo. Deve ter chegado a uns 10m essa lama em Barra Longa. Imaginem isso numa. O pedido que faço aos deputados é que não desfaçamos o quórum e possamos votar os requerimentos referentes à comissão e trabalhar durante o período de recesso, pois foi o que nos comprometemos a fazer.

Agradeço ao presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, eu não poderia deixar de ocupar a tribuna desta Casa na tarde de hoje para, mais uma vez, dar repercussão à insegurança pública dos mineiros. Não há outra forma de cobrar do governador – diria que é tão insuficiente – a não ser ocupando a tribuna para dizer-lhe: “Governador, o senhor deveria estar com a cabeça voltada para governar o Estado de Minas Gerais”. Nos últimos meses ele tem ficado meio apavorado, com a cabeça em outro lugar, talvez na Lua ou em Marte, mas não em Minas Gerais. Por que digo isso? Não sei se é a Operação Acrônimo que o preocupa. Aliás, hoje foi deflagrada a quarta fase dessa operação que investiga o superfaturamento, o abuso de poder econômico, a lavagem de dinheiro, a formação de quadrilha e uma série de outros crimes conexos relacionados ao governador Fernando Pimentel, do PT, a sua esposa Carolina e a um moço muito famoso nos jornais de Minas Gerais e do Brasil chamado Benedito, mais conhecido como Bené, testa de ferro do Fernando Pimentel. Atuando na Comissão de Segurança Pública na qualidade de presidente, percebo que o governador está muito preocupado com isso. Enquanto isso, o crime e a violência em Minas Gerais ganham números assustadores.

Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, temos uma matéria do jornal *Estado de Minas* do dia 10 de dezembro mostrando duas mortes em duas horas. Microempresária reage a assalto e é morta a tiros ao sair de um banco no Bairro Cidade Nova. Ao lado, no Bairro Providência, ladrões matam proprietário de uma casa lotérica e levam malote com R\$16.000,00. Foram dois latrocínios cometidos num prazo de duas horas apenas. Os dois crimes aconteceram na Zona Leste



de Belo Horizonte. Há cerca de dez dias o Cb. Pedro Henrique, da Polícia Militar, lotado no 33º Batalhão, de Betim, foi vítima de latrocínio também. Deputado Gilberto Abramo, quais são os motivos, as causas? Não é preciso ser especialista em segurança pública.

Basta perceber que nenhuma das promessas feitas pelo governador Fernando Pimentel na área de segurança pública, absolutamente nenhuma, foi cumprida.

Deputada Ione Pinheiro, falo aqui na qualidade de deputado que acompanha sistematicamente a execução orçamentária da segurança pública, que acompanha os movimentos das polícias, do secretariado na área de segurança pública. Deputados Gilberto Abramo e Ricardo Faria, se V. Exas. perceberem na região de atuação de vocês e se a população, as lideranças comunitárias estiverem cobrando dos senhores, não é por acaso. Olha, o governador disse que ia contratar 12 mil policiais militares. Há uma matéria publicada, logo no finalzinho da campanha do ano passado, nos jornais *Hoje em Dia* e *O Tempo*, falando das promessas. Hoje é dia 16 de dezembro. Faço aqui uma pergunta ao governador: quantos policiais chegaram à rua depois de um ano de governo? Zero! Não fique triste, deputado Ricardo Faria, mas os primeiros policiais chegarão às ruas em janeiro de 2017, já no início do terceiro ano de mandato do governador Fernando Pimentel, se ele chegar ao terceiro ano. Não acredito que chegue. Talvez, no mais tardar, deputado Bonifácio Mourão, até junho do ano que vem o governador já estará cassado.

Talvez o deputado Cristiano não tenha as mesmas informações que tenho da Operação Acrônimo. Se tivesse, talvez não balançaria a cabeça negativamente. Sei que a Polícia Federal deste país não chega à quarta fase de uma operação, Deputado Gilberto, sem que haja muito carço debaixo desse angu. Sabemos de onde têm vindo esses recursos; a Polícia Federal tem mostrado claramente. Hoje mesmo está sendo executado o cumprimento de mais de 50 mandados de busca e apreensão, em Brasília e São Paulo, da operação que investiga o governador Fernando Pimentel.

Vamos fazer aqui, deputado Hely Tarquínio, uma avaliação da segurança pública em Minas Gerais. O que mudou? O que nós podemos esperar? O que os mineiros podem esperar? Não vejo uma sinalização positiva, porque, no final deste ano, o número de policiais militares que normalmente se reformam a cada ano é em torno de 700, 800. Quando chegar o final do ano que vem, teremos, em média, deputado Bonifácio Mourão, só na Polícia Militar, em torno de 1.600 aposentados, pois a média é de 800 por ano.

Deputado Gilberto, estou falando com a mais absoluta sinceridade dos números. Não estou criando factóides para bater no governo. Estou expondo números reais. A média de aposentadorias na Polícia Militar é em torno de 800 policiais por ano. Quando chegarem os primeiros 3 mil policiais, em janeiro de 2017, 1.600 já serão buraco de dois anos, só de aposentadoria na Polícia Militar.

No concurso do ano passado na Polícia Civil, que não foi feito por este governo, deputado Felipe Attiê, 1.080 investigadores estão esperando – já cobraram, inclusive, do deputado Gilberto Abramo. São 1.080 investigadores. Fizemos uma audiência pública, deputado Mourão, no salão em frente ao Hall das Bandeiras. Os deputados do PT e do PMDB, inclusive o vice-líder do PMDB, boicotaram a reunião e não deixaram nenhum secretário de governo, chefe de polícia, diretoria da Acadepol comparecer, Ione, porque não tinham o que falar para os 900 concursados que lá se encontravam.

A Comissão de Segurança Pública é disparadamente campeã em audiências públicas, em reuniões ordinárias e extraordinárias nesta Casa. Ganha disparadamente das outras 20 comissões permanentes desta Casa, deputado Hely Tarquínio, porque sabemos o tamanho da cobrança. Fizemos audiência pública em Andradas, e havia quase mil pessoas. Fizemos uma no Plenário para tratar dos agentes penitenciários contratados, e havia 800 pessoas. Na audiência dos concursados do concurso para investigador de polícia, havia aqui 900 pessoas.

O governador Fernando Pimentel, como sempre, fazendo uma série de promessas sem cumprir nenhuma delas. Tenho aqui, deputado Bonifácio Mourão, um vídeo que ilustra com perfeição as falas, as promessas, as mentiras do governador Fernando Pimentel. Nos bastidores, há pessoas chamando-o de Fernando Pinotel, em referência ao Pinóquio, de nariz muito



grande e mentiroso. Mentiroso por quê? Porque prometeu mundos e fundos na campanha. Deputado Bonifácio Mourão, em entrevista, ao lado do vice-líder do governo, do PMDB, ele diz: “Nós vamos garantir a segurança do policial militar”. Bom, Fernando Pimentel disse aqui que equiparia a polícia. Vamos ver os números? Vamos ver se está equipando?

O Siafi é o órgão que tem o conjunto dos dados da execução orçamentária. Vejam o que o Siafi nos trouxe de informação do fechamento do 11º mês de governo de Fernando Pimentel. Nestes meses decorridos desde 2014, foram investidos na Polícia Civil R\$32.761.000,00. Foi investido esse valor na rubrica de investimento, deputado Felipe Attiê. Nos 11 primeiros meses de 2015, o atual governo investiu R\$3.816.000,00; isso dá 10% do investimento. A fala de Pimentel é que ele iria investir e investir, mesmo. Iria comprar colete, fazer força-tarefa e dar segurança, inclusive para a polícia. Em 2014, a rubrica “custeio” – deputado Felipe Attiê, V. Exa. é do ramo, conhece demais de orçamento, mas vou esclarecer para o cidadão nos entender melhor – é aquilo que faz a máquina pública funcionar. É a gasolina, a troca de óleo, o cartucho de impressora, o papel A4, a luz, o material de escritório, o material de limpeza, a bateria do veículo.

Nos 11 primeiros meses de 2014, a Polícia Militar recebeu do governo anterior R\$349.000.000,00 para a área de custeio. Já nos 11 primeiros meses deste ano, o governador Fernando Pimentel destinou R\$269.000.000,00. Destinou R\$80.000.000,00 a menos para o custeio.

Por que quase quarenta por cento da frota de viaturas estão parados? Por que o cidadão está sendo vítima de latrocínio? Porque não tem viaturas circulando em número suficiente para dar capacidade de resposta à altura ao crime. Em média, deputado Bonifácio Mourão, 40% da frota da Polícia Militar está no estaleiro, está quebrada. Não tem dinheiro para consertar, cortaram R\$80.000.000,00. Mas ele disse o contrário, disse que investiria.

Está aqui: o vice dele aparece ao lado do vice-líder do governo, do PMDB. Faz ele mil promessas. Onde estão essas promessas? O que melhorou na segurança pública, deputado Bonifácio Mourão? A segurança pública em Minas Gerais está combalida, esfacelada. Sabe por quê? Vamos lá: Polícia Civil. Além dos problemas, falta de efetivo, porque ele não chamou em nenhum dos concursos, nem mesmo aproveitando o concurso do ano passado, não chamou nenhum investigador de polícia. A Polícia Civil está sem investimento. Aí, sofre interferência política constantemente, deputado Bonifácio Mourão. Caíram o Dr. Wanderson Gomes e o seu adjunto com 10 meses de governo. Desestruturou a Polícia Civil. O sistema prisional, deputado Bonifácio Mourão, está há cinco meses sem o subsecretário. A pasta está acéfala, não tem subsecretário de Administração Prisional. Só na Suapi, são 60 mil presos. As pulgas começaram a pipocar, as rebeliões começaram a pipocar – Mariana, Machado, Barbacena. E vai piorar, deputado Bonifácio Mourão. O pior é que não estou aqui sendo profeta de algo ruim, mas estamos vendo nos números, na falta de política pública desse governo.

Se não bastasse o governador fazer essas mil promessas, prometeu que não aumentaria impostos da conta de energia elétrica, deputada Ione Pinheiro. O que ele trouxe de presente para os mineiros? Prometeu que não aumentaria, mas aumentou os impostos de mais de 180 produtos. Você, que está assistindo à TV Assembleia: o PT de Minas Gerais, na pessoa de seu líder maior, o governador Fernando Pimentel, deu de presente para a senhora, para o senhor, para a dona de casa, para a trabalhadora, para o trabalhador, o aumento da alíquota do ICMS de 12% para 18%. Aumentou em 50% a alíquota do ICMS de 180 produtos. Sabem quais produtos? A senhora que é dona de casa e que tem filhos vai pagar o material escolar mais caro em 50%, vai pagar uniforme escolar. Para o senhor que está na periferia, na favela, pensando em construir um barracão – talvez porque o governador não tenha morado lá, ele não saiba da dificuldade do mais humilde –, a alíquota do ICMS do material de construção também aumentou em 50%. A alíquota do ICMS do material de construção em Minas Gerais era de 12%, deputada Ione Pinheiro, e ele aumentou por decreto para 18%. Para a senhora e o senhor que são aposentados ou que têm filhos pequenos e acabam tendo de fazer uso de remédios numa constância maior, o Fernando Pimentel está dando de presente de Natal também o aumento da alíquota do ICMS. Não há como nenhum deputado da base do governo contestar isso, porque ele aumentou por decreto. Ele disse, deputada Ione Pinheiro, que não aumentaria a conta de luz.

Peço ao rapaz do som que fique atento ao vídeo que vou passar. O governador disse que iria reduzir o ICMS em Minas e aumentou o ICMS da conta de energia elétrica da indústria, do comércio e da prestação de serviços. Mas onde isso vai ter



impacto? Na hora em que sua esposa for ao salão de beleza, na hora em que você for ao sacolão, na hora em que você for à padaria, aí, sim, vai ver os 39% que ele aumentou. Ele disse que iria reduzir o ICMS e fez o contrário, por isso é que o chamei de Fernando Pinotel.

Então, não há como não chamar o governador Fernando Pimentel de mentiroso. Ele prometeu. Está aqui. Não há como contestar o vídeo com a entrevista que foi dada à Rede Globo durante a campanha. Ele disse que iria reduzir o ICMS. Ele entregou de presente para os mineiros, deputada Ione, 39%. Saiu da alíquota de 18% e foi para 25%. São 39% na alíquota do ICMS da energia elétrica. A indústria, o comércio e a prestação de serviços vão repassar para você, cidadão. Foi esse o presente que Fernando Pinotel lhe entregou, agora, no Natal.

Segurança pública? Não fez absolutamente nada; só fez promessas, promessas e discursos. Não fez absolutamente nada. Por isso é que a criminalidade e a violência são campeãs no nosso estado, e, com certeza, a situação vai piorar. Eu tenho absoluta convicção do que estou falando, porque falta investimento, falta o governador priorizar aquilo que ele deveria priorizar para o Estado de Minas Gerais. Infelizmente, essa é uma realidade, e contra fatos não há argumentos, Sr. Presidente.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, presidente. Agradeço a possibilidade de fazer o debate com os nobres colegas que me antecederam. Na verdade, são vários temas, e a gente fica provocado a querer falar um pouco sobre tudo, já que diversos assuntos aqui foram tratados: a saúde, a política, a segurança.

Aqui, nesta tribuna, um deputado colega nosso disse o seguinte: “O governo do PT acabou com a saúde, foi péssimo para a saúde. A presidenta Dilma marca sua passagem como aquela que não teve o compromisso com a saúde no nosso país”.

Olhem só: o SUS é novo, o Sistema Único de Saúde é novo. A Constituição de 1988 veio definir claramente o acesso a todos, a universalização da saúde é nova. Eu sou de 1978, presidente, e não me considero muito velho. Então, o SUS, na sua formatação, é mais jovem que eu. Eu costumo dizer que temos os melhores sistemas de saúde do mundo, de universalização. Claro que há falhas. Inclusive, o presidente Barack Obama, para ser reeleito nos Estados Unidos, teve de levar alguns elementos inspirados no nosso SUS. É claro que há problemas, é claro que não está perfeito. Eu, sinceramente, não tenho coragem de subir aqui na tribuna e ficar fazendo cortina de fumaça, como se tudo estivesse perfeito, como se tudo estivesse às mil maravilhas, mas também não concordo que quem vem aqui coloque como se fosse uma tragédia instalada. A análise do que o PT fez no Brasil, nos últimos anos, tem de ser uma composição dos nossos três mandatos e deste próximo, o quarto mandato da presidente Dilma.

Estamos falando de saúde, a rede Samu de urgência e emergência, e em Minas Gerais neste ano instalamos novas bases, inauguramos novas regionais. O Samu é aquele que, no momento do drama, da urgência, da emergência, tem uma ambulância do sistema público para socorrer, com socorristas qualificados. Temos ampliado a presença do Samu no estado de Minas Gerais. Isso é criação, iniciativa do governo do PT. Se eu perguntar a quem estiver na plateia, à equipe da TV ou à assessoria, todos conhecem alguém que já foi atendido pelo Samu no governo do PT.

Estão dizendo que o PT está acabando com o Farmácia Popular. Nesta última década em que o Farmácia Popular atendeu plenamente a todos, até credenciou-se com as redes de farmácia do comércio, ninguém veio elogiar, mas agora o PT está “acabando com a farmácia popular”. Não está acabando, o que está acontecendo é que os estabelecimentos comerciais credenciados não comercializarão os medicamentos, porém as prefeituras que possuem a unidade do Farmácia Popular continuarão ofertando esse tipo de medicamento. E aqueles medicamentos de uso contínuo, que representam 80% do que a população mais pobre precisa, inclusive medicamentos para diabetes e hipertensão, continuarão sendo ofertados pela rede credenciada. Discutem como vai ficar o Farmácia Popular, mas não vêm aqui dizer que foi o PT que criou o Farmácia Popular. Foi o PT que o criou para a população mais pobre, que não pode comprar remédio caro nas farmácias.

Depois vem mais: Rede Cegonha, criada pela presidenta Dilma, e aqui em Minas colocaram o rótulo de Mães de Minas. Mas a Rede Cegonha foi feita no nosso governo.

E aquele que, para mim, é um dos maiores programas da história deste país na saúde, o Mais Médicos. Médicos alemães, cubanos, espanhóis e brasileiros estão atendendo no sistema público na periferia. Há comunidades no nosso país que nunca haviam visto a cara de um médico, e agora estão sendo atendidas. As pesquisas feitas junto ao povo brasileiro sobre aprovação do programa não dão menos do que 80% de aprovação ao Mais Médicos. Esse programa é uma revolução na saúde deste país, e ele não fica limitado à presença do profissional nas comunidades para atender as pessoas. Ele fala na ampliação de vagas nas universidades.

Programa deve ter hora para começar e para terminar, uma hora o programa vai acabar, e os médicos voltarão a seus países, mas enquanto não houver número de profissionais suficientes para atender o povo brasileiro, numa lógica de formação da saúde – porque essa não é a lógica da formação, lamentavelmente –, teremos médicos para atender e não precisaremos mais do programa. Como isso se dará? Mais 11 mil vagas serão criadas nas universidades. Falo da minha cidade, São João del-Rei, em que no ano passado houve dois novos cursos de medicina, na Universidade Federal de São João del-Rei e no Instituto Presidente Tancredo Neves – Iptan. O MEC autorizou a criação dos cursos de medicina nas duas instituições. Mais perto de nós, em Lavras, foi criada mais uma faculdade de medicina, e já havia em Divinópolis. O Mais Médicos quer formar novos médicos, mais profissionais para conseguirmos atender a população. Mas, enquanto isso – saúde não espera –, temos os profissionais do Mais Médicos atendendo em todo o País.

As pessoas que estão me vendo agora, quem está acompanhando a TV Assembleia, principalmente quem vive na periferia, os mais pobres sabem do impacto que tem esse programa. Viajo muito pelo interior de Minas Gerais, e em todo município a que vou todos batem palmas e elogiam, satisfeitos com o Mais Médicos.

Então, dá a impressão que nada na saúde avançou, nada se resolveu, que foi um fracasso total, que não houve iniciativas e criatividade, mas vejam o tanto de coisas que listei, tudo no governo do PT, na saúde. É claro que a saúde poderia estar melhor, mesmo em Minas Gerais, se o ex-governador Aécio Neves não tivesse, segundo o Ministério Público Federal, deixado de aplicar R\$14.000.000.000,00 na saúde. Eu já falei nisso; na prestação de contas, lança vacina no gado, no IMA, falando que investiu na saúde. Aqueles mesmos que cobram uma ação imediata do governador Fernando Pimentel, que, ainda sem completar um ano de mandato, tivesse de resolver todo o problema da saúde em Minas Gerais. Se houvesse essa mesma energia nos últimos 4, 8, 12 anos, até mais tempo, que foram base de sustentação do governo passado, não estaríamos discutindo metade dos problemas que estamos. Queria tanto que essa energia estivesse presente lá atrás para eu não ter de fazer este debate agora.

Isso serve também para a segurança, deputado Sargento Rodrigues. Segundo o Mapa da Violência, o crescimento dos crimes violentos em Minas foi consecutivo nos últimos cinco anos. Esse crescimento não foi verificado somente agora, depois que o governador Pimentel assumiu. Estamos pegando uma curva. Ao assumir o Estado, o governador se deparou com vários problemas, entre eles o da criminalidade, que tem de ser resolvido. Mas a gente não dá conta de resolver tudo isso no primeiro ano, dadas a contingência e a demanda instalada.

Vou explicar como funciona. O Lincoln compra uma geladeira na Ricardo Eletro e pergunta ao vendedor em quanto tempo ela vai ser entregue. O vendedor fala que vai entregar em uma semana. Esse é o contrato. Mas, passados dois dias, o Lincoln volta lá perguntando por sua geladeira. O vendedor responde que havia pedido uma semana para entregar a geladeira, não dois dias. É a mesma coisa, deputado Sargento Rodrigues: o contrato que temos com o eleitor e com o povo mineiro é para quatro anos. Temos de entregar o nosso produto em quatro anos. Aí, falam que Fernando Pimentel disse isso ou aquilo durante a campanha e ainda não resolveu. Ora, mas ninguém contou para o Pimentel que ele ia pegar R\$7.000.000.000,00 de dívidas. Se aquela história do déficit zero e do choque de gestão, aquela papagaiada toda, fosse verdade, não teríamos R\$7.000.000.000,00 de dívidas para este ano e não teríamos de tomar medidas de contingência. Aprovamos, por exemplo, o ICMS. Por quê? Contingência. Não se deixou escolha para o governador. Também dizem que o governo aumentou a conta de luz. Mas não para a D. Maria, que é chamada desta tribuna a toda hora. O governo não aumentou a conta para a D. Maria, mas para os estabelecimentos comerciais. Quem aumentou a conta para a D. Maria, o seu João, o seu Pedro e o seu Manoel



foram os governos passados, do PSDB – esses, sim, aumentaram as alíquotas residenciais. Então, não tem jeito: sabemos que se governa na contingência. Não tenho nenhum problema em falar sobre isso. Não estava aqui na legislatura passada, e não há como falar em incoerência de minha parte. Alguém poderá questionar minha coerência no futuro, quando poderá se remeter ao que eu disse ou deixei de dizer neste primeiro mandato. Mas estou tentando estabelecer uma linha de raciocínio de coerência e de contingência do governador Fernando Pimentel neste momento.

Também na segurança não foi fácil, deputado Sargento Rodrigues, porque o número de viaturas paradas que o governador encontrou não é brincadeira, assim como o déficit de investigadores na Polícia Civil e de peritos – convocou lá 98 peritos, mais 98 excedentes, coisa e tal, mas isso não resolve o problema. Então, vejam o tamanho da confusão. É claro que temos de cobrar. Esse é o nosso papel. A oposição está no seu papel, assim como nós, na defesa do governo. Mas também faço cobranças; não é por ser da base do governo que deixo de fazer cobranças. Mas, sinceramente, sei do tamanho da limitação do governo, especialmente pela circunstância que ele pega.

Mas, se não podemos falar ainda dos quatro anos – para a entrega da geladeira –, vamos falar parcialmente. O que aconteceu neste ano, falando parcialmente? Foi um ano de conquistas para Minas em um cenário de crise política e econômica e no cenário do déficit que herdamos, ou seja, em um cenário muito complicado. Mas ninguém nega que foram avanços a negociação com os professores, o cronograma do pagamento, a convocação dos 15 mil concursados para a educação e a aposentadoria – todo mês são aposentados de 1.000 a 1.200 profissionais da educação que esperaram 6, 7 ou até 10 anos para isso. Foram conquistas. Tivemos conquistas nesta Casa. Não dá para negar que a criação das Secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular e do Desenvolvimento Agrário foram avanços. Foram avanços importantes. Nesse contexto, aprovamos o bolsa-habitação, para mediação de conflitos. Eu, que já estive em frentes de negociação de conflitos de sem-terra e latifundiário, sei da importância de termos mecanismos e instrumentos para fazer as negociações e dar condição para essas famílias, que estão cheias de crianças – quem for aos acampamentos verá o tanto de crianças que há lá. Então, foi uma vitória importante do nosso governo. Também conseguimos aprovar o plano do transporte escolar, demanda antiga dos prefeitos. A prefeitada reclama que, historicamente, o Estado sempre terceirizou suas obrigações: “É a gente que paga o convênio com a Emater, com a polícia e com outros órgãos do Estado e, ainda por cima, é a gente que transporta os alunos da rede escolar estadual, e com um valor muito defasado”.

O governador foi sensível às demandas do prefeito, mesmo neste período de crise. O que ele fez? Mandou à Casa o Plano de Transporte Escolar reajustando até em torno de 30% o valor que é repassado às prefeituras e facilitando a adesão ao programa; não tem de ser através dos contratos, basta uma simples adesão. Ajudou, foi importante.

Os fóruns regionais de participação, por que são importantes já no primeiro ano? Porque tem de estar no PPAG, porque temos de programar o governo para os próximos quatro anos. Participei dos fóruns. É algo incrível chamar as pessoas a participar deles. Político é danado e fala assim: “Você é meu amigo, você é minha amiga, você é cidadão porque você tem de pagar o imposto em dia e votar no dia das eleições”. É o conceito de cidadania: sou cidadão porque pago meu imposto em dia e voto no dia das eleições. Não, para nós o conceito vai além: você vota, você paga imposto, mas fiscaliza, você ajuda a decidir quais são as prioridades do governo. O Fernando Pimentel teve essa experiência na prefeitura de Belo Horizonte e a trouxe para o governo. Participei dos 17 e 18 fóruns, com a presença de 800 pessoas, lideranças comunitárias, prefeitos, vereadores. Houve uma grande mobilização de Minas Gerais, porque o povo já há muito tempo tinha muita ansiedade para ser ouvido em nosso estado – e isso não vinha acontecendo. Então, foi uma conquista.

As conferências que foram realizadas: conferência de LGBT, conferência da igualdade racial, conferência das mulheres, conferência dos direitos humanos, conferência de crianças e adolescentes, uma grande mobilização da sociedade civil organizada para também debater as diretrizes da política em cada um dessas áreas que citei para os próximos anos. Muito importante. Olhem, é um governo de diálogo. O governador Pimentel, ao contrário dos governos que aqui passaram, teve muito respeito por esta Casa. Ainda que alguém reclame: “Ah, o projeto tal e coisa e tal não precisava ter sido em caráter de urgência”, mas Fernando Pimentel não governou por lei delegada na Assembleia. Os deputados não perderam suas



prerrogativas, sua premissa de opinar sobre as matérias importantes, concordando ou discordando e fazendo as disputas que são da democracia sobre cada um dos assuntos que aqui surgiram. Isso é importante, isso a gente não pode esquecer.

O governador tem tentado criar formas de tocar essa máquina. Com essa dívida... Já falei sobre a questão do ICMS. Tivemos também a dos depósitos judiciais, que foi uma ação junto com o tribunal que ajudou o Estado a ter um sobrefôlego. Votamos a questão da repactuação da dívida do Estado, que poderá nos dar mais um fôlego de R\$5.000.000.000,00. Então, o governador tem pensado, tem sido criativo, tem trabalhado para sustentar isso.

Para encaminhar minha conclusão, presidente, gostaria de dizer que o governador Fernando Pimentel, já desde o início do mandato, ainda com a contingência, o déficit orçamentário, com problema de dinheiro, que não há dinheiro em caixa, está tendo atenção especial com a saúde. Há a retomada das ligações das vias, da reconstrução de obras consideradas importantes pelo Estado. Os hospitais regionais não foram esquecidos, suas obras foram retomadas. O governador teve esse compromisso. Acho que não há que se dizer que não há compromisso e responsabilidade do Estado para com a saúde. O Estado tem tentado, dentro dos limites, criar um novo modelo para a saúde pública.

Para finalizar, dialogando novamente na questão da segurança pública, o problema de segurança no Brasil é sério. Não é que se ponha mais ou menos dinheiro, o problema é de modelo. O que a gente gasta com a saúde no País – acho que em torno de R\$120.000.000.000,00 –, quanto se gasta na educação – mais uns cento e tantos bilhões –, não é o mesmo valor que se gasta na segurança, em torno de R\$250.000.000.000,00. A gente gasta mais em segurança do que em saúde e educação no Brasil, para vocês terem ideia, sem termos resultado diferente. O Brasil é um país violento. O povo fala assim: “Não, o Brasil é o país do samba, é a terra do futebol, é um povo acolhedor”. Não, não é. O Brasil é violento. Só de jovens se matam uns 60 mil por ano, e tudo jovem negro. O Brasil está violentíssimo. Se contarmos o que já matamos nos últimos 10 anos, dará a população inteira do Uruguai. Modelo. Fazer as mesmas coisas esperando resultado diferente, como dizia Einstein, é insanidade. A gente precisa repensar esse modelo de segurança que temos. Já se começa discutindo assim: “Temos duas meias polícias: meia Polícia Militar, meia Polícia Civil”. A Polícia Militar não lavra ocorrência. A investigação da Polícia Civil é precarizada porque não tem independência de perícia. Enfim, é um negócio complicadíssimo. Dos homicídios no nosso país, 3% a 8% são elucidados. Não é isso? Então, é algo complicado.

Temos de defender o novo modelo de polícia para o nosso país. Não se trata só do tanto de recurso que tenho, mas como gasto esse recurso e faço esse investimento para que eu tenha resultado. Então, se a gente não se inspira em práticas de outros lugares que deram certo, continuaremos repetindo o modelo: entrega-se viatura, solta-se foguete, o prefeito comemora, a população bate palma; aumenta-se o calibre da arma porque o do traficante aumentou, a gente bate palma; aumenta-se o efetivo, a gente bate palma; constroem-se mais cadeias, a gente bate palma. É isso que vamos fazer, Sargento Rodrigues. Não estou fazendo dizendo aqui que se deve abrir mão do sistema repressivo. Acho que ele é fundamental, mas ainda não é possível que a gente o tenha. Porém, temos de viver de sonhos. Só existimos porque sonhamos. Se pararmos de sonhar, viveremos, mas deixaremos de existir – o Dr. Hely gostou, não é? Filosofia existencial foi o que fizemos aqui.

O que quero dizer é que precisamos buscar um novo modelo de segurança. Sabe por que estou falando disso? Durante dois anos fui consultor da Unesco no monitoramento do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, o Pronasci, do Ministério da Justiça. Bom programa; inclusive, havia a bolsa-formação, que formou uma série de profissionais de segurança. Tivemos a ampliação da Defensoria Pública em Minas – viu, Sargento Rodrigues? – com recurso do Pronasci. Entregamos uma aeronave com asas giratórias, que é o termo no convênio, que, traduzindo, é o helicóptero, apesar de o Estado não ter falado nada na época. Fizemos formação e até hoje temos pelo Cenap a bolsa-formação de diversos profissionais no conceito de um policiamento mais comunitário. Poderia citar outras ações do Pronasci.

Lamento que a presidenta Dilma não tenha dado continuidade ao Pronasci, iniciado pelo governo do presidente Lula e o ex-ministro da Justiça Tarso Genro. Mas os elementos estão ali estabelecidos, e não há nada de novo. Foi uma série de práticas e iniciativas que ocorreram em vários lugares do Brasil e do mundo que se consolidaram no programa para discutirmos. Conclusão: a ideia é que a gente tenha também investimentos em prevenção e ações de combate à violência e



criminalidade de forma articulada. A Constituição é muito clara: é dever do Estado, mas obrigação de todos. Então, os municípios têm o seu papel, ainda que não seja o papel de polícia. Os estados têm o seu papel, o governo federal tem o seu papel. Então, isso é o que vamos defender aqui. Temos de começar a discutir qual modelo de segurança queremos, e que Minas Gerais possa estar pactuada nesse conceito.

Volto a ser romântico – afinal, o Sargento Rodrigues vive me chamando de romântico e sonhador. Qual é o meu sonho, Sargento? Meu sonho é o seguinte: hoje temos no sistema carcerário 40 mil?

Hoje temos 60 mil presos, mês que vem cai para 55 mil, no outro mês cai para 50 mil, no outro mês cai para 40 mil, e vai caindo o número de presos. Aí o Sargento Rodrigues fala assim: “Cristiano, mas a polícia não está prendendo?”. Vou dizer: está prendendo como nunca. “Cristiano, mas a justiça não está executando?” Vou dizer: está executando como nunca. E o que está acontecendo? O Estado aprendeu a fazer disputa do indivíduo, e, aí, começamos a vencer a disputa. Assim, teremos um contexto em que o nosso sistema vai funcionar não porque a gente prende mais, mas porque menos pessoas estarão cometendo crime. É um sonho, sei que é, mas só vai valer a pena continuar fazendo política se me for permitido sonhar por uma cidade melhor, um estado melhor, um país melhor. Que esse sonho seja acalentado em 2016 e que a gente possa renovar as nossas esperanças, porque ainda há jeito. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/12/2015

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos terminando nossos trabalhos neste ano de 2015. Quero fazer considerações ainda sobre o orçamento, mas, antes, quero agradecer a todas as colegas e todos os colegas pelo convívio que tivemos neste ano, convívio elegante, tranquilo. Gostaria de saudar os deputados novos e aqueles que retornaram à Casa na pessoa de Marília Campos e tantos outros. Gostaria de dizer que, apesar das divergências, nosso balanço, a nosso ver, é positivo. Tivemos uma convivência muito boa. Não podemos nunca confundir nossas divergências com a nossa amizade e com o nosso convívio, que é essencial. Acho sempre bom lembrarmos isso desta tribuna, por meio de um tratamento delicado, educado, que todos nós precisamos, até para ter melhores condições de trabalho aqui e fora daqui.

A política no País anda numa situação muito difícil para todos os políticos. Nós sabemos disso e sofremos as consequências dessa situação.

Em razão disso, precisamos cada vez mais elevar o nível desta Casa, o nível de tratamento entre nós, e não deixar nunca que as divergências nos distanciem. Vou criticar o orçamento agora, mas é claro que isso não pode ser visto como divergência pessoal entre qualquer um de nós. Estou fazendo o que espero que todos os colegas façam. Ao sair da tribuna, somos sempre os mesmos, somos amigos e companheiros com um objetivo comum: servir da melhor forma possível o Estado de Minas Gerais e o nosso povo.

Esse orçamento que aqui está é, na verdade, fictício. Várias críticas já foram feitas, não vou entrar mais em detalhes, até porque as janelinhas que se abriram de R\$1.000,00 para cobrir obras que custam R\$50.000.000,00 não podem enganar ninguém. O planejamento do governo Pimentel precisa ser mais cuidadoso, não pode enviar a esta Casa um orçamento tão fora da realidade, como esse que chegou. Pode o governo dizer que está sem recurso, mas por quê? Teve tantas oportunidades para conseguir recursos... Nós mesmos aprovamos a transferência dos depósitos judiciais para os cofres do Poder Executivo. A oposição votou contra, batalhou do início ao fim, mas o projeto foi aprovado. O governo pegou nada menos que R\$4.800.000.000,00, e ainda assim se encontra em dificuldade.

Ontem, desta tribuna, ao lembrar da dívida pública, aproveitamos que votávamos a adequação para que o governo pudesse aderir ao projeto do governo federal que transfere o indexador, transforma o IGP-DI em IPCA, transfere a correção



para o IPCA, e fizemos críticas a essa situação. Por quê? Porque no governo passado, por iniciativa do então presidente deputado Dinis Pinheiro, foi criada uma comissão chamada Comissão Especial da Dívida Pública, da qual fui relator e o deputado Adelmo Carneiro Leão foi presidente. O que estou falando é, a meu ver, extremamente importante. Muito bem, caminhamos, movimentamos, o presidente Dinis Pinheiro nos levou a uma convivência nacional através da Unale, da qual um dos diretores é o nosso companheiro e amigo Alencar da Silveira Jr. A Unale uniu 26 estados brasileiros. Falamos a mesma língua sobre a dívida pública do Estado, deputado Alencar. Naquela época, todos os estados deviam, e muito, à União; pagavam juros absurdos. Nós, em conjunto, fizemos uma proposta ao governo federal: transferir a correção de IGP-DI para IPCA. Agora, adequamos o nosso estado à medida aprovada pelo governo federal. Os dois outros pedidos o governo não atendeu. O primeiro deles é a redução dos juros de 7,5% para 2%. Por que essa redução? Minas Gerais paga 7,5% de juros pela sua dívida. No entanto, o governo federal empresta dinheiro a Cuba, Venezuela, Bolívia, Gabão e assim adiante a juros de 2%. Minas paga 7,5%, por quê? Fizemos um demonstrativo aqui, os juros deveriam ser de 2%. Em 1997, quando foi votada a Lei nº 9.496, que criou esse sistema para corrigir situações anteriores dos estados que estavam endividados até o pescoço, exatamente por causa da inflação galopante, os juros normais eram de 19%, e o governo federal passou a cobrar 7,5%. Então, abateu 60%.

Na época o IPCA era 19%, agora está em muito menos, em torno de 5,1%. Então, era 60% de 19%; 60% de 5% equivalem a 2% dos juros. Então, agora teriam de ser 2%, mas a presidenta da República fixou em 4%. Se atendesse ao terceiro pedido, que era diminuir o comprometimento da dívida, que é de 13%, o governo Pimentel, do PT, não teria de pagar todo ano 13% da receita líquida real, o que representa cerca de R\$6.000.000.000,00 por ano, R\$500.000.000,00 por mês. É isso que está deixando o governo sem obras, sem realizações. Nós, deputados, os prefeitos, o povo somos prejudicados e muito por causa disso, além das áreas de saúde, educação, de segurança, enfim tudo, isso porque o governo está pagando R\$500.000.000,00 por mês só de juros, sem amortizar a dívida. Isso porque a presidenta Dilma Rousseff não aceitou, não acatou nosso pedido de redução do comprometimento da dívida de 13% para 9%, quer dizer, em vez de pagar 13%, pagaríamos 9%. Se houvesse isso, o governo Pimentel, em vez de pagar R\$6.000.000.000,00, estaria pagando R\$4.800.000.000,00. Sobrariam R\$1.200.000.000,00 por ano. Com esse valor dá para construir 800 UBS por ano, 500 escolas por ano ou fazer 1.000km de asfalto por ano, e assim vai.

Então, queremos deixar claro que este orçamento é fictício. Por que isso? Porque ele está mal planejado, porque o governo está sem recursos, conforme está alegando, mas podia tê-los se votasse, conforme fizemos, o nosso relatório. Todos os estados brasileiros estariam em melhor situação. E, estando todos em melhor situação, o governo também estaria, isso sem a menor dúvida. É o que estamos falando. Essa questão da dívida pública está arrasando o Estado e os municípios que devem à União. O pacto federativo é fundamental. É preciso votar um novo pacto federativo para que estados e municípios tenham mais autonomia. Todo mundo fala, e é a grande verdade: moramos e vivemos é nos municípios, portanto precisamos valorizá-los. Tenho certeza, deputada Marília, já falei seu nome e o de todos os que foram prefeitos, de que sabem da verdade que estou falando. Tudo cai em cima do município. O prefeito tem de responder por tudo. Então, é preciso ter mais arrecadação em termos municipais e estaduais. Precisamos, pois, de um novo pacto federativo.

Termino minhas palavras, presidente, lamentando o que está ocorrendo na Superintendência Regional de Saúde – SRS – de Governador Valadares. O senhor superintendente, Derli Batista – a deputada Celise Laviola sabe do que estou falando, não vou dizer se compartilha ou não, mas sabe –, está desagradando a todo mundo. Há um movimento permanentemente de todos os funcionários para tirá-lo, porque ele não respeita ninguém. Os jornais estão divulgando que ele não respeita e não sabe se conduzir.

Então, apesar de ter feito esse desabafo, termino minhas palavras com os braços estendidos. Um abraço solidário e amigo a todos os colegas. Feliz Natal, saúde e paz e que estejamos juntos aqui trabalhando por Minas Gerais em 2016. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Gustavo Valadares* – Só um minuto, presidente. Presidente, ocorreu um acidente, e as emendas ficaram pelo chão. Deixe-me achá-las.

O presidente – Não há nenhum problema. O Plenário está em tranquilidade. Aguardamos a entrega da emenda.

O deputado Gustavo Valadares* – Presidente, a Emenda nº 1...

O presidente – Nºs 445 e 455.

O deputado Gustavo Valadares* – É a nº 455, é porque vi outra numeração aqui, presidente. É essa mesmo, Spielberg.

Fizemos o destaque dessa emenda, Sr. Presidente, pelo momento em que estamos vivendo no Estado. Ela traz um novo aporte financeiro para a Secretaria de Meio Ambiente e para os seus braços operacionais, a fim de que acidentes como o acontecido recentemente em Mariana, da empresa Samarco, não venham mais a acontecer. Discutimos aqui, ao longo do último mês, e agora, em especial, na Comissão Extraordinária das Barragens, que um dos fatores que ajudou ou facilitou o acidente da barragem em Mariana foi a pouca ou nenhuma estrutura dos braços operacionais da Secretaria de Meio Ambiente em nosso estado. Minas Gerais tinha previsto um valor de apenas R\$119.000,00 para fiscalização dessas barragens. Nós, do Bloco Verdade e Coerência, estamos fazendo um aporte a essa rubrica no valor de R\$1.000.000,00. O que estamos pedindo é para elevarmos de R\$119.000,00 o valor que será disponibilizado à Secretaria de Meio Ambiente para a fiscalização das barragens. E não são poucas, o deputado Rogério Correia mesmo sabe disso, tem ficado quase rouco de falar na Comissão Extraordinária das Barragens: “São mais de 700 barragens instaladas pelos quatro cantos de Minas”. O deputado Agostinho Patrus Filho, presidente daquela comissão, também.

Estamos fazendo um novo aporte. Muitos podem se perguntar: “De onde vocês estão tirando dinheiro?”. Está ali o relator do orçamento, a quem eu chamei de Spielberg, que participou da confecção dessa obra de ficção. Criaram uma obra de ficção no Estado o senhor governador e o senhor relator do orçamento na Assembleia Legislativa. Muitos devem estar se perguntando isso, e o nosso relator tem a resposta: tiramos da rubrica da publicidade. Esse governo é aquele que assumiu o governo com a rubrica do orçamento do ano passado gastando R\$40.000.000,00. Mais do que dobrou, chegamos a R\$90.000.000,00. O nosso Spielberg, relator do orçamento, sabe que esse R\$1.000.000,00 que tiramos da rubrica da publicidade para levarmos para o braço operacional da Secretaria de Meio Ambiente, a fim de ajudar na fiscalização das barragens, não fará falta. R\$1.000.000,00 a mais, R\$1.000.000,00 a menos para quem gasta R\$89.000.000,00 ou R\$90.000.000,00 em publicidade é nada.

Agora, para quem só tem R\$119.000,00 para gastar com a fiscalização das barragens, passar para R\$1.119.000,00, é muito dinheiro.

Quero falar a vocês nesta hora: eu falei aqui brincando, mas, com toda a franqueza e sinceridade, essa é uma emenda suprapartidária. Essa é uma emenda que não tem lado, não tem cor, não tem facção ideológica. Somos todos hoje sensíveis a essa situação de Mariana para que ela não mais aconteça. Para que ela não mais aconteça, precisamos dar estrutura a quem precisa de estrutura para trabalhar. Quem já tem pouco funcionário não tem carro para rodar; quando tem o carro, não tem a gasolina para rodar; quando tem a gasolina, não tem o pneu para colocar.

É por essa razão que estamos tirando R\$1.000.000,00 de quem tem R\$90.000.000,00 para gastar com publicidade, para gastar R\$1.119.000,00 em vez de apenas R\$119.000,00, com a fiscalização de barragem.

É por essa razão, presidente, que peço não só aos companheiros, estes são solidários desde o início, sempre foram – está aqui um deles, o deputado Tito Torres, como os deputados do Bloco Verdade e Coerência –, mas a todos os demais deputados: vamos juntos dar esse presente de Natal à população das cidades que têm barragens no seu entorno ou localizadas dentro dos seus limites, R\$1.000.000,00 a mais para que o Estado fiscalize melhor as mais de 700 barragens que temos espalhadas pelo Estado. É o que tinha a dizer, presidente. Por isso é que peço o encaminhamento votando “sim” à Emenda nº 455.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, serei rápido. Dentro do que estamos falando, ao longo do orçamento importantes despesas foram escondidas, as receitas são utilizadas para fazer caixa, e diversos temas importantes são deixados em segundo plano, tratados como janelas orçamentárias.

Uma das janelas é o caso dessa nossa emenda. O governo tem uma janelinha de R\$1.000,00 para fazer a fiscalização da qualidade da água em Minas Gerais. Veja V. Exa., agora, com essa tragédia de Mariana, o Rio Doce está todo contaminado, desde Minas Gerais até o Espírito Santo. Inúmeras, centenas de cidades em Minas Gerais estão contaminadas. Como se vai controlar a qualidade da água, adquirir novos equipamentos, novos laboratórios para melhor examinar a água, com R\$1.000,00? Então, fica estampado o orçamento.

Como diz muito bem o deputado Gustavo Valadares, é uma peça de Spielberg, completamente fictícia. Estamos vendo toda hora alguns laboratórios, empresas, universidades encarregados da análise da qualidade da água do Rio Doce, depois do acidente, uns dizendo que a água está boa, que se pode beber, que se pode fazer comida, assim por diante; outros dizendo que não, que não se pode beber nem consumir qualquer alimento produzido com essa água.

É o caso do pronunciamento da Universidade de Brasília, da Fundação SOS Mata Atlântica, dizendo que não pode, porque tem arsênio, chumbo, manganês, e que arsênio consumido em quantidade contínua pode causar até câncer. Ficam assustando e preocupando o pessoal. O governo precisa acompanhar o mais de perto possível essa situação. Colocam uma janelinha de R\$1.000,00, não faz sentido. O nosso encaminhamento é favorável à emenda por esse motivo que exponho. Solicito que votem “sim”.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, deputados e deputadas, essa emenda havíamos destacado no PPAG e a destacamos aqui também. O governador Fernando Pimentel vem retirando, de forma drástica, recursos da área de segurança pública. Quando fazemos um comparativo dos 11 primeiros meses do ano anterior, 2014, com os 11 primeiros meses deste ano em relação à rubrica de investimento na Polícia Civil, a diferença é de apenas 88%, deputado Bonifácio Mourão. O governo anterior, nos 11 primeiros meses, investiu R\$32.700.000,00 na Polícia Civil. O atual governo, que fez o maior estardalhaço, que prometeu mundos e fundos, que disse que melhoraria muito a segurança pública, investiu R\$3.800.000,00 no mesmo período. Nessa emenda que aportamos, o governador Fernando Pimentel colocou apenas R\$1.000,00 para compra de 46 viaturas para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. É uma vergonha! Mas é uma vergonha, deputado Adalclever Lopes, como o governador do Estado trata a peça orçamentária em relação ao Poder Legislativo. Um governador do Estado colocar no orçamento R\$1.000,00 para a compra de 46 viaturas da Polícia Civil, conforme está na Emenda nº 466, é no mínimo debochar do cidadão, é debochar da população. Isso porque o governador não vai comprar mil viaturas em 2016 com uma rubrica de R\$1.000,00.

É capaz de não conseguir comprar sequer mil viaturas de rodinhas de plástico para entregar às crianças como presente de Natal. É uma vergonha, mas os deputados da base costumam votar como cordeirinhos: quando a gente encaminha a votação de uma emenda, eles ouvem, mas o que se diz entra em um ouvido e sai pelo outro; e, se o governo fala para votar “não”, votam “não”. Depois vão reclamar da falta de segurança pública em seu município ou da falta de viaturas da Polícia Civil para fazer as diligências necessárias ao inquérito policial. Depois também vão dizer que nós, nesta Assembleia, não os alertamos para a fraude engendrada pelo governador Fernando Pinotel – por causa do enorme nariz, de mentiroso –, com uma peça orçamentária mentirosa, para enganar o cidadão mineiro. Por isso, deputado Bonifácio Mourão, votamos contra essa farsa que foi a peça orçamentária, porque não se trata de dinheiro do bolso do governador ou dos deputados, trata-se de dinheiro do contribuinte. Isso é algo sério. Não se pode lidar com o dinheiro do povo com esse desleixo e essa desfaçatez com que o governador está lidando.

Ora, uma janela de R\$1.000,00 no orçamento para investimentos, para a compra de 46 viaturas para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais? Coitada da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais! Aliás, até hoje os 1.080 investigadores que passaram no concurso estão aguardando as promessas do governador Fernando Pinotel, do moço do nariz grande, daquele www.almg.gov.br Página 78 de 90



que, durante a campanha, falou que iria reduzir o ICMS da energia elétrica, que era a mais alta do País, mas que nos mandou um projeto aumentando o imposto, ao qual os deputados da base de governo, cordeirinhos, votaram favoravelmente. É vergonhoso. É mentiroso esse governador. Mas tenho certeza de que a Operação Acrônimo vai responder à altura.

A esta emenda, peço o voto “sim”, para que a Polícia Civil não passe por esse constrangimento, essa vergonha.

O deputado Antônio Jorge* – Presidente, caríssimos pares, destacamos essa emenda por se tratar de matéria de altíssimo interesse da sociedade de Minas Gerais e de altíssima relevância para o governo e para a Secretaria de Estado de Saúde. Estou me dirigindo aqui aos pares para chamar a atenção para o nosso Centro de Tecidos Biológicos – Cetebio. O Cetebio é a nova unidade da Fundação Hemominas, que é uma instituição de renome internacional, com um quadro técnico de cientistas reconhecidos em qualquer ambiente técnico-científico do País. E o nosso Cetebio vem preencher uma lacuna fundamental em situações de transplante, urgência e emergência, principalmente de pesquisa no ramo de células-tronco e tantas outras pesquisas celulares.

Sr. Presidente, caríssimos pares, líder do governo, deputado Durval Ângelo, prezado relator do orçamento, deputado Tiago Ulisses, o nosso Cetebio já tem três estruturas funcionando, das sete previstas. A primeira etapa foi concluída e já está em funcionamento o nosso banco de medula óssea, o que tem possibilitado o aumento de transplantes de medula óssea, uma questão fundamental para as pessoas e para a saúde pública. O banco de sangue de cordão umbilical e placentário é uma novidade. É o primeiro banco de sangue placentário público do País. Era uma situação somente privada, de custo altíssimo para a sociedade. É a primeira situação de iniciativa pública e que estimula muito a pesquisa na área de célula-tronco do nosso Estado. Também já está funcionando o banco de sangues raros. O Hemominas, a despeito de todo seu êxito, por muitas e muitas vezes é constrangido em relação aos seus estoques pela dificuldade de manutenção de sangues que são muito raros, em situações de falência de órgãos ou de transplantes.

Ainda temos a previsão de mais quatro etapas. Queria destacar a questão do banco de pele, que vem resolver ou dar sequência à iniciativa, que também é reconhecida em nosso país, aqui, de Belo Horizonte, da Fhemig e do Hemominas, que é a nossa unidade de queimados. O grande cirurgião Ivo Pitanguy esteve, em dois ou três anos, reconhecendo-a como uma das unidades de queimados mais desenvolvidas na área pública em todo o País. Mas nós muitas vezes temos dificuldade de acesso a bancos de tecidos de pele, fundamentais para a recuperação dos grandes queimados. Essa também é uma lacuna que o Cetebio vem preencher.

Então, por tudo o que representam o Cetebio e esse arrojadíssimo projeto, não posso imaginar que o atual governo esteja funcionando numa ação de tanto interesse público de forma rancorosa ou desconsiderando a questão, por ser do governo passado. Vejam, senhoras e senhores deputados que nos acompanham pela TV Assembleia, o governo deixou R\$1.000,00 para a conclusão da segunda etapa do Cetebio, enquanto, na realidade, são necessários R\$2.500.000,00. Ora, R\$2.500.000,00 em termos de capital no orçamento da saúde é muito pouco. Então, não se trata de uma questão financeira ou orçamentária, mas, sim, de uma questão política, de valência política, ao abandonar um projeto tão essencial para a sociedade.

Por isso, peço aos pares – já concluindo – que votem pelo acolhimento da emenda, deixando de lado qualquer questão partidária, binária, porque esse é um projeto essencial para a sociedade mineira, e é muito pouco recurso, considerando-se os recursos e investimentos do orçamento da saúde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, estamos propondo emenda no valor de R\$2.500.000,00, que já é extremamente insuficiente. Observamos a manutenção, reforma e ampliação das escolas nesse item do orçamento, e sabemos que há quase quatro mil escolas no Estado. É um estado grande.

Uma coisa que Uberlândia deve a Minas Gerais, e a única coisa que deve, são as suas escolas estaduais, que lá foram colocadas a partir do Ginásio Mineiro, em 1929, que é a Escola Estadual de Uberlândia, o Museu, escola em que estudei. Não



só eu como Rondon Pacheco, Virgílio Galassi, Renato de Freitas, Zaire Rezende, Homero Santos, João Pedro Gustin, Adib Jatene, Otávio Lage, ex-governador de Goiás, e tantos outros. Esse era de Cascalho Rico, não estudou lá.

Na verdade, temos de agradecer. Porque a ferrovia veio de São Paulo; as comunicações, tivemos de fazer a CTBC; as estradas, foi o governo federal que fez. Então devemos a Minas as escolas. E o que há no orçamento de Minas? R\$1.000,00. A primeira companhia energética foi a Força e Luz. O Cel. Clarimundo Carneiro fundou a empresa, depois São Paulo a comprou com a Prada, depois o Juscelino teve coragem, a encampou e fez a Cemig. Até lá tivemos de fazer tudo por nossa conta, nada de o Estado de Minas Gerais fazer por nós. É só levantar a história. Mas, para as escolas estaduais, que foram importantíssimas para o desenvolvimento econômico e social de Uberlândia, temos de tirar o chapéu. O governo de Minas foi fundamental na história da educação de Uberlândia. Há lá mais de cinquenta e tantas escolas, e elas foram importantíssimas. Cito a estadual, mas há a Messias, a Eneias e várias outras escolas em toda a grande Uberlândia.

Mas não podemos permitir o que aconteceu este ano. O investimento nas escolas estaduais em manutenção caiu 71,2% na execução orçamentária, Sr. Presidente, em relação ao ano passado. Foram gastos, para manter as escolas, 71,2% menos este ano do que o ano do último governo. E o pior de tudo, presidente, é que deixaram R\$1.000,00 para fazer manutenção, reforma, ampliação e construção de novas escolas no Estado. O valor de R\$1.000,00 para manter as 4 mil escolas.

Estamos tirando dinheiro dos R\$96.000.000,00 da publicidade, que é a única coisa que cresceu nesse orçamento. Estamos tirando R\$2.500.000,00, que também não dá para nada. Mas é melhor R\$2.500.000,00 porque, quando cair um telhado ou alguma outra coisa, quero ver essas escolas sem manutenção, como já ficaram este ano. No terceiro ano é o caos. Já caiu telhado de uma escola em Uberlândia em cima do povo, e cairá mais. O deputado Leonídio é professor, está aqui, mantém escolas particulares, como outros aqui também. Tem de haver manutenção, ainda mais sendo quase 4 mil unidades espalhadas em Minas, R\$1.000,00 não dão.

Então, peço aos deputados que, pelo menos, coloquem esses R\$2.500.000,00 para manutenção, reforma e ampliação das escolas estaduais em Minas Gerais, porque R\$1.000,00 não dão. Isso demonstra que o governo não tem planejamento, que o Estado não está preocupado em fazer manutenção das escolas e que isso se tornará o caos nesse cobertor pequeno e curto que se tornaram as finanças do Estado, com esta crise, esta queda astronômica da arrecadação, esta recessão sem precedentes, que jogará em situação calamitosa as escolas estaduais.

Votem nessa emenda, Srs. Deputados, e ajudem as escolas estaduais com esses R\$2.500.000,00, pelo menos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, presidente. Serei muito rápido. Essa emenda diz respeito ao Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica. Vou fazer questão de ler a ementa e justificção. (– Lê:)

“O incentivo ao desenvolvimento de projetos inovadores é de suma importância para que o Estado possa diversificar sua matriz econômica, tornando-se menos independente do mercado de *commodities*.”

O governo pretende dedicar apenas R\$1.000,00, em 2016, para o apoio à inovação. É somente para destacar a preocupação da nossa bancada. Sabemos da importância, hoje, da inovação tecnológica em todos os setores. Isso é muito importante para as escolas, no dia a dia, e, principalmente, no desenvolvimento socioeconômico do nosso estado, tendo em vista vários empreendimentos dependentes da inovação tecnológica.

Quero ressaltar que temos o exemplo da capital tecnológica do Brasil, Santa Rita do Sapucaí, onde está o Inatel, o berço do polo tecnológico. Com R\$1.000,00, como consta aqui, não teremos nenhum avanço, que é tão importante na inovação tecnológica. Minas Gerais tem de olhar para frente. Não podemos olhar de lado. Nesse aspecto, tivemos grandes momentos de garantia do desenvolvimento socioeconômico, principalmente, com a inovação tecnológica. Como exemplo, quero citar também a Helibras, em Itajubá, em que o Estado, o governo de Minas tem a sua participação na fabricação de helicópteros, com a inovação tecnológica. Então, são tantos e tantos projetos desenvolvidos pela própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, conforme determinação que estamos acompanhando, em todos os setores.

Quero mais uma vez ressaltar que, com os R\$1.000,00, estabelecidos, infelizmente não temos como apresentar nem às escolas nem ao ramo da ciência e tecnologia nenhum projeto inovador, que, com certeza, seria o marco do desenvolvimento do Estado. Por essas razões, pedimos que votem “sim” a essa emenda tão importante, não somente para Santa Rita do Sapucaí, mas para todos os setores que têm o ramo da inovação tecnológica para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Acompanhem com “sim”.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente desta Casa, graças ao bom nível, à boa conduta desta Casa, estamos chegando ao final de mais um ano legislativo, de acordo com as determinações que foram colocadas pelo governo, que é liderado pelo deputado Durval Ângelo.

O apelo, o pedido que faço agora, desta tribuna, a cada um dos deputados é para a aprovação dessa emenda, que vai tocar no coração de cada um neste final de ano, neste Natal. Estamos finalizando, Sr. Presidente, Sr. Ulysses Gomes. Peço destaque a essa emenda. Há um deputado da bancada de governo desta Casa, da bancada que está votando com o governo, que tem um problema na família. Ele me dizia: “Minha tia-avó está com esse problema”. Deputado Durval Ângelo, tenho a certeza de que V. Exa., se der o voto favorável a essa emenda, neste momento, pelo menos vai dar alguma esperança à tia-avó desse nosso colega.

Tenho a certeza de que V. Exas. e o telespectador da TV Assembleia – há 20 anos, desta tribuna, pedimos a criação dessa televisão, e hoje está sendo acompanhada por mais de 300 municípios, e vamos chegar agora à TV digital – vão olhar isso. Os deputados Tiago Ulisses, o Tiaguinho do PT, ou melhor do PV; Duarte Bechir, meu companheiro; e a deputada Arlete também vão me ajudar nessa emenda.

A emenda é muito simples, senhoras, senhores e companheiros da galeria. A emenda vai beneficiar as pessoas, as mulheres, as trabalhadoras e trabalhadores da Lei nº 100 que estão afastadas por problemas de saúde e sendo custeadas pelo Ipsemg.

A partir do dia 1º de janeiro, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, deputado Tiago Ulisses, esta pessoa ficará sem o tratamento médico, essa pessoa ficará na amargura, essa pessoa já não terá assistência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado.

O deputado Gustavo Valadares, líder do meu bloco, tem uma empregada, uma servidora que trabalha com a babá de sua filha. Há um problema na família dessa servidora. Temos de fazer alguma coisa. Como ela fará a partir do dia 1º? Ficar sem o tratamento. O Ipsemg já não ajudará.

Estamos tirando com essa emenda, Sr. Presidente, R\$5.000.000,00 da publicidade do governo. São R\$5.000.000,00 de verba de publicidade que serão transferidas para o Instituto de Previdência dos Servidores da nossa Minas Gerais. Esse dinheiro é para essas pessoas continuarem com seu tratamento de saúde até que se restabeleçam.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, como ficará a tia-avó de um colega deputado? Como ficarão as pessoas que estão fazendo tratamento de saúde? Peço aprovação dessa emenda. É uma questão de humanidade. Não estamos mexendo em nada. Ninguém aqui precisa disso. Nenhum familiar de primeiro grau dos Srs. deputados precisa do Ipsemg, pois têm plano de saúde; todavia as pessoas que estão em tratamento precisam dessa emenda, pois ficarão sem assistência a partir do dia 1º de janeiro.

Todos sabem dos problemas da saúde em todo o Brasil. O que essas pessoas farão sem esses recursos, sem essa emenda? Faça esse apelo em nome das pessoas carentes, dos trabalhadores da Lei nº 100 que estão internados. Fica aqui o pedido de voto favorável à emenda ou então o pedido ao deputado Durval Ângelo para que traga alívio a essas pessoas. Peço compromisso para vencer o voto “não” de V. Exas. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Dois minutos, presidente. Exatamente, essa emenda é muito importante. Acho que o governo deve ter se equivocado, ou o relator do projeto, ao qual não se deu a importância que o governo deve dar à



cafeicultura mineira. Sabemos do pilar forte do desenvolvimento socioeconômico, principalmente, do nosso estado, que é o maior produtor de café do Brasil – 52.8% –, particularmente nosso Sul de Minas, que produz café de qualidade. Chama-me muito a atenção, de tantas e tantas outras vezes, essa trapalhada maior ainda, porque aqui o governo estabeleceu, somente para recepcionar esse projeto, R\$1.050.000,00, e o objetivo da ação programática é financiar cafeicultores, pessoas físicas, jurídicas, suas associações, cooperativas e empresas na cadeia produtiva, bem como realizar o diagnóstico da produção cafeeira do Estado, entre outros objetivos, o fundo estadual do café.

Sabemos que, desde o início, este governo reuniu todos os cafeicultores do Estado, e pudemos ouvir o compromisso com o fundo estadual do café, fundo, aliás, iniciado pelo governo passado, e também o compromisso de dar garantias, de fomentar, com os recursos necessários, a melhor cadeia produtiva do café. Vejo R\$1.075,00 para abrigar todo o Estado de Minas Gerais.

Estamos defendendo a emenda para que tenhamos mais recursos para o homem do campo, para nossa cafeicultura, para a cadeia produtiva. Com isso, daremos um bom exemplo ao Brasil. Obrigado.

O deputado Gustavo Valadares* – Eu gostaria de pedir mais um pouco de paciência aos nobres pares. Já estamos quase acabando nossos destaques, mas pediria às Sras. deputadas e aos Srs. deputados que nos ajudem, pelo menos nos atendendo numa emenda, uma que fosse. Há deputados dizendo que já votaram, que já nos prestigiaram, mas precisamos da vitória. Nada adianta fazermos 10 gols e tomarmos 20. Vamos sair derrotados do mesmo jeito. A emenda que tenho aqui agora é uma emenda que, tenho certeza, agrada a maioria. Que não fiquem, pelo amor de Deus, constrangidos, chateados, mas vou citar nome de amigos aqui: deputados Nozinho, Emidinho Madeira, Fabiano Tolentino, que são pecuaristas ou ligados ao meio.

O que estamos fazendo, meus senhores e minhas senhoras, caros colegas, é pegando R\$1.000.000,00 da publicidade, que tem R\$90.000.000,00 para gastar, sobrando, então, R\$89.000.000,00, para colocar na Emater, num programa de apoio aos pecuaristas mineiros. Há muito produtor rural na nossa região do Jequitinhonha. Sabe quanto eles estão colocando lá, Jean? R\$1.000,00. O programa de apoio aos pecuaristas mineiros tem R\$1.000,00 no orçamento do Estado hoje. Essa obra de ficção que ora estamos votando, de Tiago “Spielberg” Ulisses, destinou R\$1.000,00 para o programa dos pecuaristas. O que estamos querendo é tirar R\$1.000.000,00 dos R\$90.000.000,00 da publicidade e destinar a esse programa.

Peço às senhoras e aos senhores que nos deem essa alegria. Estamos fazendo esse pedido em nome dos pecuaristas, dos produtores rurais do Estado. De R\$90.000.000,00 para R\$89.000.000,00 não é nada. Mas para quem recebe R\$1.000,00 e passa a receber R\$1.000.000,00 é muita coisa. Por isso, peço voto “sim”, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa – Presidente, vou pegar a deixa do deputado Gustavo Valadares. Os senhores e as senhoras, sobretudo os parlamentares ligados ao setor do agronegócio, sabem as dificuldades que o homem do campo enfrenta, deputado Durval Ângelo. Tenho a certeza de que terei o apoio do deputado João Alberto, até porque o secretário João Cruz será beneficiado com essa emenda que estamos apresentando. Todos sabem da importância da agricultura para Minas Gerais.

Como bem dito aqui, estamos atravessando um período de seca excepcional. O deputado Doutor Jean Freire sabe muito bem que no último final de semana estive no Vale do Jequitinhonha. A população do Município de Divisa Alegre se encontra sem água há cerca de uma semana. No ano passado, ficaram 30 dias sem água. Sem contar as outras cidades, sobretudo do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha.

O deputado Gustavo Valadares disse que o deputado Tiago Ulisses é o Steven Spielberg do orçamento. Esse projeto do orçamento desse governo está parecendo aqueles prédios de não sei quantos andares construídos na China com 1 milhão de janelas.

A janela que destinaram, deputado Celinho, para o setor da agricultura irrigada, para a atividade de irrigação, investimentos em irrigação é de R\$1.000,00. Para quem conhece, sabe muito bem, com R\$1.000,00 não se constrói nem um



metro de cano de irrigação. Como o produtor rural, que gera receita para o Estado, que gera ICMS, terá condições de irrigar a sua propriedade? Agora, sobretudo com a energia elétrica subindo, o ICMS da irrigação vai aumentar e vamos até propor que o governo, às vezes, dê isenção para a irrigação noturna, horário em que os produtores vão irrigar suas atividades produtivas.

Então, venho pedir, deputado João Alberto, mais uma vez, apoio a essa nossa emenda. O secretário João Cruz vai ficar muito feliz porque terá na sua secretaria R\$1.000.000,00 a mais para novos investimentos. Vai poder, sobretudo, fazer um volume grande de metragem de irrigação. Tenho a certeza de que a produção de nosso estado vai continuar crescendo, como vem ocorrendo nos últimos anos. Para que isso ocorra, peço, encarecidamente, sobretudo aos deputados ligados ao setor do agronegócio – o deputado Fabiano Tolentino está aqui e sabe muito bem, assim como outros tantos – que votem favoravelmente a esta emenda, a fim de que o produtor – volto a dizer – tenha condições de receber recursos da Secretaria de Agricultura para implementar irrigação na sua propriedade.

O deputado Gustavo Corrêa – Sr. Presidente, estou começando a achar que vou fazer parte da bancada ruralista, porque essa emenda que venho aqui defender é mais uma ligada ao setor produtivo do agronegócio.

O deputado Durval Ângelo, líder do governo, sabe muito bem que a produção de café de Minas Gerais é, sem dúvida, a maior produção nacional – o deputado Dalmo me corrija agora, se eu estiver equivocado. Ela representa um volume alto de arrecadação de impostos para o nosso estado, e conseqüentemente entendemos que o governo deve dar a devida atenção a essa atividade produtiva. Sabemos muito bem que, dia após dia, as novas tecnologias vêm avançando, deputado Gustavo Valadares, e, para variar um pouquinho, esse governo, que é recordista em janelas, colocou uma janela para certificação de café no Estado no valor de R\$1.000,00. Estamos, então, sugerindo que os deputados votem favoravelmente a essa emenda. Estamos colocando na mesma a importância de R\$1.000.000,00, deputado Durval Ângelo.

Imaginamos que, com esse recurso, a qualidade do café será cada vez mais reconhecida internacionalmente. Aqueles que frequentam o setor, inclusive a Feira de Londres, sabem da importância dessa emenda. O deputado Ulysses Gomes sabe muito bem disso. Já estivemos lá várias vezes. O café brasileiro é sempre reconhecido como um café de qualidade, deputado Agostinho Patrus. Seria até uma homenagem a um mineiro lá de Pedra Azul, deputado Doutor Jean Freire, o meu amigo Robério, que é presidente da Organização Internacional do Café. Podemos dizer que ele é o brasileiro que mais conhece de café nos dias de hoje. Ele tem o mais alto cargo junto às entidades cafeicultoras. Saiu de Pedra Azul e representa muito bem o Brasil em Londres.

Temos certeza de que, com R\$1.000.000,00, teremos um café de melhor qualidade, deputado Braulio Braz, e melhoraremos cada vez mais o DNA do legítimo café mineiro. O deputado Tiago Ulisses também esteve conosco algumas vezes, em Londres, na feira do café. Possivelmente ele voltará em 2016 para dizer ao nosso amigo Robério que votou favoravelmente à janela, disponibilizando um volume maior de recursos para que o café mineiro continue sendo reconhecido como o melhor café do mundo.

Deputado Agostinho Patrus, lembrei agora que V. Exa. é majoritário lá no Carmo, onde há o melhor café do mundo. V. Exa. sabe da importância que esses R\$1.000.000,00 terão para o aprimoramento da genética do café naquela região. Espero contar com V. Exa. e com tantos outros parlamentares para continuar, presidente Adalclever Lopes, representando o café mineiro cada vez melhor. O deputado Emidinho Madeira também é nosso representante número um. Aliás, fomos a Nova Resende para um evento que ele organizou com todo o setor cafeeiro. Ele sabe da importância dessa emenda. Os cafeicultores estão esperando a aprovação dessa emenda. Peço a todos que gostam do café mineiro que votem favoravelmente à Emenda nº 494.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, fizemos três emendas – aliás, no total, quatro, mas uma assino com o deputado Durval Ângelo – para corrigir, sob minha ótica, sob minha análise, a questão da Polícia Civil. Fizemos um apelo ao presidente e ao deputado Durval Ângelo e, em concordância com o Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de Minas Gerais – Sindepominas –, conseguimos encontrar um termo adequado para que o chefe de Polícia Civil possa escolher, nos próximos três anos, integrantes do último grau da carreira de delegado, ou seja, www.almg.gov.br Página 83 de 90



delegado-geral de polícia, para a chefia de gabinete, que não tenha o tempo mínimo no cargo de delegado; para chefe adjunto, que tenha no mínimo 15 anos de experiência; e para a chefia da Polícia Civil, que seja delegado-geral de polícia e tenha no mínimo 20 anos de serviço. Essa emenda foi acordada pelo presidente, pelo deputado Durval Ângelo e pelo sindicato. Acredito que, havendo acordo, ela deverá ser aprovada e, com certeza, trará tranquilidade aos delegados de Polícia Civil do Estado.

Para as outras três emendas, Sr. Presidente, é que quero fazer um encaminhamento, eu diria, mais detalhado. Mas gostaria, presidente, que a Mesa me fornecesse o projeto. Até então se esqueceram de me entregar o PL nº 3.107, para orientar nosso encaminhamento.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Peço à assessoria que entregue a V. Exa. agora.

O deputado Sargento Rodrigues – Deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, no projeto que uniformiza os critérios da execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual, os projetos chamados projetos programas sociais, deputado Durval Ângelo, líder de governo, não vimos, em nenhum momento, nada que indicasse que os órgãos da Defesa Social tenham possibilidade de serem também beneficiados por esses programas. Temos situações, circunstâncias em que os órgãos da Defesa Social também poderiam... Na verdade, a emenda não é impositiva – é bom deixar isso claro para os deputados da base de governo. As três emendas que apresentei permitem ao governador do Estado também fazer transferência, dentre esses programas sociais, para os órgãos de Defesa Social.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que gostaríamos de encaminhar as três emendas favoravelmente. Votaremos favoravelmente ao PL nº 3.107. Entendemos que o projeto é necessário e bom para o governo.

Tive oportunidade de falar com o deputado André Quintão, na festa dos servidores, na Casa Pampulha, no dia 11 próximo passado, sobre esse mesmo projeto. O deputado Durval Ângelo me solicitou que não discutisse a matéria por uma hora, pois se tratava de um projeto que impactaria decisivamente a Pasta do André Quintão, nosso colega deputado, uma pessoa muito querida, um deputado honrado – é bom que se deixe claro – sério, trabalhador e que hoje ocupa o cargo de secretário da Sedese. Em face do pedido do líder de governo, deixamos de utilizar o tempo regimental de 1 hora para obstrução desse projeto, entendendo que, realmente, poderia trazer algum prejuízo para aquela pasta. Portanto, o projeto foi votado, com o nosso voto favorável, e retorna agora; e vamos votar favoravelmente a ele.

Estou encaminhando para que os líderes, deputados Gustavo Corrêa e Gustavo Valadares, orientem os deputados da oposição. Peço voto aqui. Nas três emendas que eu apresentei, estamos pedindo que, nos programas sociais e na transferência desses bens, o governador também possa... A expressão utilizada é “ele poderá”, não há nada impositivo. Ou seja, é mais uma autonomia que o governador passa a ter em relação aos órgãos que compõem o sistema de defesa social. Portanto, peço o voto favorável. E peço ao ilustre presidente, deputado Adalclever Lopes, que faça a leitura das emendas antes de sua votação, porque acredito que elas devem ser votadas em separado.

Então, peço que o presidente faça a leitura de cada emenda, para que a gente possa proceder à votação e, assim, os deputados tenham noção do tipo de emenda que nós apresentamos.

O deputado Durval Ângelo* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Projeto nº 3.107/2015, do governador, é um projeto importante, porque vai permitir que a Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenada pelo nosso colega deputado André Quintão, possa, em ano eleitoral, exercer, com plenitude, suas ações, de forma que muitas entidades conveniadas não sejam prejudicadas, especialmente entidades como a Apae, de assistência social, instituições filantrópicas, ou mesmo obras sociais ligadas a igrejas e religiões.

Nesse sentido, a votação desse projeto é de muita valia, porque não vamos proibir e impedir a continuidade dos projetos. Sobre as quatro emendas apresentadas, por que estamos encaminhando o voto contrário às Emendas de nºs 1 a 3? Porque há um princípio básico no direito: quem pode o mais pode o menos. Se estamos permitindo ao governador estabelecer



convênios, auxílios e parcerias com entidades privadas, é evidente que pode fazer isso com relação à área pública e aos órgãos públicos também. Entendeu? Então, isso já está no projeto. Há uma garantia no projeto.

Então, estamos encaminhando contra, “não” às Emendas nº 1 a 3. E para a Emenda nº 4, que eu assinei com o deputado Sargento Rodrigues, estamos pedindo voto “sim”. A Emenda nº 4 trata da ocupação do cargo de chefe da Polícia Civil, de chefe adjunto e de chefe de gabinete. Esse foi um trabalho do presidente, deputado Adalcleber Lopes, que se reuniu com o sindicato, com um grupo de delegados, com o Sindpol, que é um sindicato sério e respeitado, chegando-se a esse consenso, em que haverá um equilíbrio entre a experiência e o tempo de serviço e também a renovação na Polícia Civil.

A Polícia Civil é uma polícia séria, fundamental para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos e das cidadãs. Uma polícia que o governador preza muito e com que teve muitas parcerias, individualmente, entre seus membros, e não como instituição, durante o período eleitoral. O governador trata com carinho a Polícia Civil e tem um apreço pessoal por ela.

Então, nesse sentido, eu e o deputado Sargento Rodrigues fomos porta-vozes dessa Emenda nº 4, que é uma emenda de consenso. Assim, peço o voto “não” às Emenda nº 1 a 3 e a aprovação da Emenda nº 4, do deputado Sargento Rodrigues.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, só para manter a coerência. Votei contra o projeto em 1º turno e votarei contra novamente. Deputado estadual não pode legislar sobre essa matéria. Essa matéria está tratada de forma muito cristalina no art. 37, inciso X, da Constituição da República. Os reajustes dos membros do Poder Judiciário e dos membros do Ministério Público só podem ser feitos por lei específica; portanto, não podemos tratar de matéria do chamado automatismo de reajuste dos membros do Judiciário e do Ministério Público. Dessa forma, novamente meu voto é contra o projeto.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, vou encaminhar esse projeto e o do Ministério Público. O meu encaminhamento é favorável ao projeto. Acho que, até mesmo pela independência dos Poderes, estamos dando uma demonstração de respeito ao Poder Judiciário.

O meu pai foi juiz de direito durante toda a sua vida. Uma pessoa correta, uma pessoa que sempre teve um comportamento ético, um comportamento moral. Fui criado dentro desse ambiente. Desde meu nascimento, meu pai era juiz de direito. Acho que os membros do Poder Judiciário, principalmente os juízes, os desembargadores, têm de ter tranquilidade. Imaginem ficar dependendo de o Poder Legislativo autorizar ou não o reajuste. A coisa tem de ser automática; eles é que estão gerindo o seu próprio orçamento. Então, em homenagem ao Poder Judiciário, em respeito ao Poder Judiciário, até mesmo às minhas origens, tenho o meu voto consciente, tranquilo, favorável ao projeto. E que o Poder Judiciário possa nos proporcionar a melhor Justiça de todos os estados brasileiros. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Encaminho também favoravelmente, pelo bom trabalho apresentado, Sr. Presidente; principalmente em homenagem ao trabalho sério realizado pelo desembargador Jair Varão – nosso amigo, amigo de todos e, acima de tudo, homem da lei. Homem sério e que trabalha com seus processos em dia. Então fica aqui o meu voto também favorável em homenagem ao trabalho sério, principalmente do nosso amigo Jair Varão. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, no Poder Legislativo temos um certo automatismo ao fixar o nosso salário conforme o teto dos deputados federais, o que é estabelecido na Constituição Brasileira. Não vejo problema nesse projeto, porque esses reajustes serão discutidos sempre, em âmbito nacional, e os magistrados e os membros do Ministério Público terão a capacidade de receber esses aumentos. Lógico que isso obedecerá à Lei de Responsabilidade Fiscal, à disponibilidade orçamentária. Há toda uma questão que envolve isso, não se trata de um automatismo ilimitado. Existem as regras do jogo estabelecidas.

Meu voto é favorável. Encaminho também pedido ao bloco de oposição, para que votem favoravelmente a esse projeto.



* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, alguns deputados que me sucederam – parece-me – confundiram alhos com bugalhos. Ilustre deputado Carlos Pimenta, tenho enorme respeito por V. Exa. e pelo Judiciário; inclusive tenho bons amigos no Judiciário, mas isso não me impede de fazer uma interpretação correta da lei, deputado Carlos Pimenta. A administração pública é regida por princípios, e os princípios que norteiam a administração não são assim: “Ah, porque o meu pai, porque a minha mãe, porque o meu tio e o meu primo pertenciam ao quadro disso ou daquilo”. A administração pública não pode, em hipótese alguma, permitir que a interpretação de uma votação permeie seu caminho.

O art. 37 da Constituição da República diz o seguinte: (– Lê:) “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.” O inciso X desse mesmo artigo, Sras. e Srs. Deputados, não pode ser alterado por deputado estadual, e não é porque a lei seja ruim ou boa, mas porque não temos competência para isso. Deputado estadual não pode alterar a Constituição da República.

O inciso X diz o seguinte: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39” – lê-se subsídio de juiz, desembargador, procurador e promotor – “somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica”. Qual é o deputado estadual que pode alterar essa matéria? É uma questão normal, não é uma questão de mérito. Por mérito o juiz merece ganhar bem, os promotores merecem ganhar bem. Mas não é, deputado Carlos Pimenta, o que diz o governador Fernando Pimentel. O governador Fernando Pimentel não disse isto: que juiz e procurador têm de ganhar bem.

Esta matéria que está aqui, em minhas mãos, causou mal-estar enorme ao governador e a vários desembargadores. Diz o seguinte: “Pimentel vê excesso de benefícios para o Judiciário, MP e órgãos fiscalizadores”. Está aqui a matéria, não fui eu que disse, não. Em resposta ao governador Fernando Pimentel, “desembargador mineiro rebate a declaração ofensiva e desrespeitosa do governador de Minas Gerais sobre o Judiciário. Com sentimento de profunda indignação, o desembargador Dárcio Lopardi Mendes, do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, rebateu veementemente, durante sessão do TJMG no dia 24 de setembro, manifestação em que o governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel, atribuiu responsabilidade pela atual crise do País ao Poder Judiciário. O desembargador Dárcio, em defesa ao Judiciário, culpou a corrupção e os ladrões que estão roubando o erário pelas mazelas que assolam o País.

A pedido do desembargador Dárcio, a desembargadora Heloísa Combat, que presidiu a sessão da IV Câmara Cível do TJMG, enviou ao presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais – Anamages –, o juiz de direito Dr. Magid Nauef Láuar, o Ofício nº 232/2015, com as notas taquigráficas do voto proposto pela referida câmara no dia 24”.

A matéria, deputado Carlos Pimenta, em que o governador Fernando Pimentel disse que as mazelas do dinheiro público são por causa de penduricalhos, por causa de excesso de benefícios do Judiciário, do Ministério Público, foi publicada no dia 16/9/2015. Eu não disse isso no meu encaminhamento e não entendo dessa forma. O juiz e o desembargador têm de ganhar muito bem, principalmente quando se trata de juízes da envergadura e da estatura moral de Sérgio Moro. Olhem quanta coisa boa Sérgio Moro está fazendo pelo País. Deem uma olhada na carceragem da 13ª Vara do Judiciário do Paraná. Olhem para a carceragem da Polícia Federal para ver o que um juiz honrado e sério pode fazer pelo País: coisas maravilhosas. Esse tipo de Judiciário todos nós temos de defender aqui. Esse, sim, temos de defender. Agora, o que disse – e repito – é que deputado estadual não tem competência para alterar a Constituição da República. Por quê? Porque a Constituição é clara. Por que o deputado que teve coragem de votar favoravelmente ao reajuste automático não votou favoravelmente às emendas que aportei, para que o reajuste do servidor do Judiciário também fosse automático? Por que o reajuste dos servidores do Ministério Público também não pode ser automático? Não há que falar em autonomia. É a Constituição.

Para isso, ilustre colega, deputado Carlos Pimenta, há outro nome. O direito nos ensina que essas parcelas de poderes, chamadas, no direito clássico, de freios e contrapesos, foram divididas. Vocês mandam o projeto, e nós o aprovamos. O governador manda a lei orçamentária, e nós a aprovamos. Se não houvesse necessidade de freios e contrapesos, o governador não precisaria de parlamento para votar a lei. O governador faria a execução orçamentária do que jeito que www.almg.gov.br Página 86 de 90



quisesse. Não se trata de desdém da minha parte. Não estou tratando a questão do mérito. Tratei a questão do ponto de vista formal, e, do ponto de vista formal, deputado estadual não pode alterar o dispositivo do inciso X do art. 37. Ponto, e acabou. Apenas isso. Apenas isso.

Então, não se trata do fato de que o juiz fulano de tal é meu amigo ou a desembargadora fulana de tal é minha amiga; não se trata disso. Trata-se do aspecto formal, e, no aspecto formal, não existe esse direito. Por isso, mantive a coerência, votei contra no 1º turno e vou votar contra no 2º turno. Agora, quem disse, deputado Carlos Pimenta, que as mazelas do País são por culpa dos benefícios do Judiciário foi o Fernando Pimentel. Ele disse isso. Está publicado aqui o que ele disse. Não foi à toa que guardei este jornal para este momento.

Mas quero dizer que, neste ano, ficamos devendo muito, muito ao Poder Judiciário. Basta olhar a carceragem da Polícia Federal no Paraná, que está uma maravilha. O que tem de bandido do colarinho branco preso não é brincadeira. E abram os olhos aqueles que acham que a Lava Jato vai parar. Não vai, não. Há cidadão que nos acompanha que acha que aqui não temos coragem de tocar nesses assuntos. Pelo contrário, gostaria de ficar aqui por uma hora falando sobre esse assunto: falando de quem está preso, de quem está sendo investigado, de quem recebeu dinheiro do petrolão e do mensalão, até mesmo do mensalão mineiro. Gostaria de ficar aqui muito tempo falando.

Disse ao presidente que apenas encaminharia a matéria, mas repetirei – a Constituição da República, Doutor Jean, é clara: somente poderão fazer o reajuste com lei específica. Não sou eu quem fala isso. Está escrito na Constituição. Desde quando um deputado estadual, por lei ordinária, tem competência para alterar a Constituição da República? Se alguém aqui pensa diferente, paciência.

Em qual dia, em qual ano, ilustre presidente, o Judiciário mandou aqui um pedido de revisão de seus salários que tenha sido negado? Nunca foi negado. Óbvio, nunca foi negado, mas a Constituição manda. Somente poderão ser reajustados por lei específica. Todas as vezes em que acontecer reajuste em Brasília, o Ministério Público e o Poder Judiciário terão de mandar projeto de lei para a Assembleia.

É só um aspecto formal, não estou entrando no mérito. Nessa questão, fico com o dispositivo constitucional, Sr. Presidente.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, não entrarei em celeuma ou polêmica com o Rodrigues, porque percebo que ele vê por um ângulo, enquanto eu vejo por outro. Respeito a formação jurídica do deputado Sargento Rodrigues, um companheiro, um amigo de primeira e de todas as horas. É um parlamentar que tem sido coerente em todas as suas posições aqui na Casa. No entanto, continuo a entender diferente, com a devida vênia, pois não sou advogado, mas médico. Segundo minha experiência, são duas coisas absolutamente distintas.

Quem estabelece, Dr. Hely, os salários do Poder Judiciário, dos juízes, do Ministério Público, dos promotores é o Congresso Nacional, é a Constituição. Agora, se os estabelece e o aumento já é automático no momento em que se aumenta o salário dos ministros, dos juízes, dos promotores, resta à Casa o preciosismo de dizer se isso é para vigorar ou não. Aí entra esse preciosismo. Eu me sinto como se estivesse fazendo ingerência em outro Poder. Quem sou eu para estabelecer se o juiz vai receber em dezembro ou em janeiro? Ora, deixa para lá. Eles estão cumprindo o seu papel. Essa é a minha visão. Posso estar longe do entendimento jurídico do Sargento Rodrigues, mas essa é a visão que tenho.

Assisto ao esforço do Poder Judiciário. São pessoas corretas, que estão fazendo um trabalho maravilhoso, fantástico, mesmo. Temos, graças a Deus, bons juízes, que têm segurado o Poder Judiciário. Temos bons promotores, abnegados e envolvidos. Vejam o caso da Samarco. Quando fazemos uma reunião da comissão extraordinária, percebemos que o promotor fala com autoridade. É ele que está à frente dos problemas ambientais. Ele é o guardião da moralidade nos dias de hoje. É ele que vai atrás das pessoas corruptas. É ele que apresenta as denúncias. Por isso, no meu humilde entendimento, ele tem de ter liberdade.



Neste momento, renovo meu voto favorável tanto ao projeto do Judiciário, que já votamos, que está aprovado, quanto ao do Ministério Público. Quero ressaltar a importância desses dois poderes. A Assembleia hoje está dando demonstração de respeito. Não estamos participando em absolutamente nada quando são estabelecidos salários de promotores e juizes. Eu me sinto desconfortável ao dizer que a partir de agora o Juiz vai ganhar, vai poder receber aquilo a que tem direito e, da mesma forma, o Ministério Público. Meu voto é favorável, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Serei bem rápido, presidente. Apenas quero dizer que considero justos todos os dois projetos. Para dizer a verdade, todo ano votamos reajuste, seja para os desembargadores, seja para o Ministério Público.

Em nenhum ano vi nenhum deputado votar contra. Aliás, temos sempre o desgaste de todo ano votarmos exatamente aquilo que eles solicitam. Acho que, do ponto de vista prático, para a Assembleia Legislativa e para eles, é melhor dar um papel autônomo, tanto para o Ministério Público quanto para o Tribunal de Justiça. Acho que é diferente o que fazemos em relação à suplementação orçamentária; aí, sim, na suplementação orçamentária, cabe aos Poderes Legislativo e Executivo verificar se há ou não orçamento nessa questão.

O que tínhamos em relação a essa questão da Justiça – e, na comissão, coloquei isso claramente – era que estava havendo um momento de greve, de reação da categoria dos servidores públicos. Diante disso, fizemos uma intervenção para buscarmos uma conciliação, como fazemos no próprio Poder Executivo. Voto favorável, mas não podia deixar de apresentar meus argumentos, até pela postura que assumi na comissão. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Felipe Attiê* – Sr. Presidente, vou votar favoravelmente ao projeto desse reajuste automático do Ministério Público porque, na história da Assembleia, nunca foi negado nenhum reajuste solicitado a esta Casa pelo Judiciário ou por esse órgão do Poder Executivo que é o Ministério Público, que se transformou num poder pela sua própria natureza de acusar, investigar e ter uma série de prerrogativas constitucionais. Vou votar favoravelmente.

Não vamos esquecer que ele tem um orçamento a ser seguido, tem uma Lei de Responsabilidade Fiscal a ser seguida lá, tem os créditos especiais e suplementares, que eles poderão abrir. Aí, sim, precisarão da nossa aprovação, do nosso estudo, da nossa análise. Meu voto é favorável a esse projeto do Ministério Público que fixa os subsídios de seus membros, conforme estabelecido pela Suprema Corte.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* – Sr. Presidente, esse é um bom projeto. Daqui a pouco o deputado Noraldino Júnior mostrará as razões dessa proposta. O pessoal da Sociedade Protetora dos Animais pede a sua aprovação há muito tempo. Peço atenção ao deputado João Vítor Xavier. Hoje, esta Casa perdeu a oportunidade de fazer um reconhecimento. Eu não quis interromper a votação, mas, como disse o deputado Mourão, esta Casa perdeu a oportunidade de lembrar o trabalho que fizemos ao viajar para todos os estados com a comissão de renegociação da dívida. Eu não estaria confortável hoje – e tenho a certeza de que todos os deputados, incluindo V. Exa., concordariam – se não citasse, ao final desta sessão legislativa, o nome do ex-presidente Dinis Pinheiro e o seu trabalho no colegiado de presidentes. O deputado Mourão se esqueceu de falar o que foi feito. Ele foi líder por dois anos. O ex-deputado e conselheiro Sebastião Helvécio também participou da comissão. Eu sei que o deputado João Vítor não participou desse trabalho que fizemos para renegociação das dívidas dos Estados. É lógico que essa comissão lutava por uma causa maior.

A economia gerada com o projeto que votamos hoje foi de R\$5.000.000.000,00 para os cofres públicos. Gostaria de parabenizar e lembrar essa comissão. Lembrar do deputado Sebastião Helvécio, hoje conselheiro, por todo o trabalho e estudo que o Tribunal de Contas das nossas Minas Gerais fez em relação a essa dívida. Por todo o trabalho desta Casa, do deputado Mourão visitando todas as assembleias do País. Foi aqui, nesta Assembleia, que começou a renegociação da dívida. Relembro ainda o trabalho dos deputados Durval e Rogério Correia.



Fica aqui o nosso muito obrigado ao Sebastião Helvécio, ao ex-presidente desta Casa deputado Dinis Pinheiro e a V. Exa., que também viajou por todos os estados, juntamente com a comissão, para discutir a dívida. Hoje, esta Casa cumpre o seu papel de fiscalizar, legislar e colher frutos. Foram economizados R\$5.000.000.000,00 com o último projeto. Parabênizos V. Exa., o deputado Mourão, os deputados da última legislatura, o ex-deputado Sebastião Helvécio e o deputado Dinis Pinheiro. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Noraldino Júnior* – Sr. Presidente, caros deputados, antes de encaminhar esse projeto, gostaria de fazer alguns agradecimentos. Primeiramente, agradeço ao presidente desta Casa Legislativa, deputado Adalclever Lopes, pelo grande apoio que tem dado à Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais. V. Exa. permitiu que o nosso trabalho fosse muito eficaz e ofereceu-nos toda a estrutura. Agradeço ainda ao deputado Alencar da Silveira Jr., autor desse importante projeto. Desde que chegamos, deputado Alencar, essa foi a nossa proposta inicial, mas, quando verificamos que já havia essa iniciativa de V. Exa., ficamos muito satisfeitos, não apenas este deputado, mas todos os protetores e ativistas do Estado de Minas Gerais. Também agradeço ao deputado Cássio Soares, pois, sempre que solicitamos o apoio da Comissão de Meio Ambiente, temos um retorno imediato e, sempre que se trata da questão animal, contamos com a sua ajuda.

O deputado Gilberto Abramo, talvez o responsável por esse projeto que está em votação hoje – ontem, ele pediria a recomposição de quórum, o que impossibilitaria a apreciação do nosso requerimento para colocar essa matéria em regime de urgência, e não estaríamos votando esse importante projeto.

Deputados membros da Comissão de Meio Ambiente, deputada Ione Pinheiro, deputados Fred Costa, Ricardo Faria, Leandro Genaro, deixo o meu agradecimento pelo apoio que têm dado a essa comissão.

Ressalto que a Assembleia hoje não está lotada porque a maioria dos ativistas, dos defensores, das pessoas das ONGs estão trabalhando para custear o que é responsabilidade do poder público. Grande parte das pessoas que apoiam os animais são trabalhadores comuns que disponibilizam grande parte dos seus recursos para que os animais sejam respeitados, para que tenham um mínimo de atendimento digno em todo o Estado de Minas Gerais.

Deputado João Vítor, esse projeto é defendido pela Organização Mundial de Saúde, pela Organização Pan-Americana de Saúde e declara a ineficácia e a ineficiência de política de captura e sacrifício de animais. Aliás, essa captura é feita ainda em diversas cidades. Então, o projeto estabelece como único meio eficaz de controle de zoonoses, de controle da densidade populacional de cães e gatos a educação da sociedade e a adoção de políticas públicas para esse segmento.

Não vou me aprofundar, nobres colegas, mas faço um agradecimento antecipado, deputado Antônio Jorge, a todos os membros desta Casa Legislativa. A aprovação desse projeto é um marco na defesa dos animais no Estado de Minas Gerais.

Agradeço a todos os deputados. Peço desculpas pela insistência, com visitas a diversos gabinetes, mostrando a importância desse projeto. Conseguimos até mudar a opinião de alguns parlamentares. A luta não foi em vão, obtive um resultado, que é o que veremos daqui a pouco com a aprovação desse importante projeto. Muito obrigado a todos. Tenham um feliz Natal e um próspero ano-novo!

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 114/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Lagoa Santa – Apae. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993).



TERMO DE CONTRATO Nº 120/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Movimento Comunitário da Seara. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada (art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993).